

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem

**BRANQUITUDE, GÊNERO E PERFORMATIVIDADE NO DISCURSO DE
MULHERES BRANCAS ACADÊMICAS**

Mariana

2016



Eliana Sambo Machado

Branquitude, gênero e performatividade no discurso de mulheres brancas acadêmicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras. Aprovada em 04 de março de 2016 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

Kassandra da S. Muniz

Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz
(Orientadora da pesquisa)
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Rivânia M. Sant'Ana

Profa. Dra. Rivânia Maria Trotta Sant'Ana
(Coorientadora da pesquisa)
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Joana Plaza Pinto

Profa. Dra. Joana Plaza Pinto
Universidade Federal de Goiás - UFG

Adail Sebastião Rodrigues Júnior

Prof. Dr. Adail Sebastião Rodrigues Júnior
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

M149b Machado, Eliana Sambo.
Branquitude, Gênero e performatividade no discurso de mulheres brancas acadêmicas [manuscrito] / Eliana Sambo Machado. - 2016.
195f.: il.: tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz.

Coorientadora: Profa. Dra. Rivânia Trota Santana.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Branquitude. 2. Discursos. 3. Identidade. I. Muniz, Kassandra da Silva. II. Santana, Rivânia Trota. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 37-055.2

*Dedico esta dissertação às mulheres negras injustiçadas pelos racismos
e às mulheres brancas para que se unam à luta antirracista.*

AGRADECIMENTOS

A construção desta dissertação se deu numa longa caminhada que se tornou mais leve, porque foi feita com a presença de grandes pessoas que o destino encarregou de colocar na minha vida. Algumas não se fazem mais presentes, mas, mesmo assim, foram significativas e contribuíram para que este trabalho se concretizasse. Portanto, seguem alguns agradecimentos que mereciam maior espaço, mas que na falta dele, algumas palavras tentam sintetizar a importância de cada um/a deles/as nessa caminhada.

Agradeço, primeiramente, à primeira mulher negra acadêmica que entrou de fato na minha vida, minha querida orientadora Dr^a Kassandra da Silva Muniz, por me ensinar a pesquisar dosando seriedade e bom humor. Levo comigo seus sábios ensinamentos desses anos todos de parceria, respeito e confiança. Obrigada por sempre se preocupar comigo, por acreditar em mim e por me ajudar a agir e a pensar nas feridas dos racismos de cada dia. Minha profunda admiração e gratidão por você.

Agradeço às mulheres que se dispuseram a participar da entrevista comigo, me ajudando a compreender suas trajetórias. Nossas conversas contribuíram imensamente para esta pesquisa e para o aprofundamento do lugar social das nossas identidades.

Agradeço a minha família que nesses anos todos, nunca deixaram de me apoiar e se fazerem presentes mesmo com a longa distância. Obrigada mãe e pai, pelo incentivo, amor e por compreenderem minhas escolhas me mostrando que é preciso ir à luta sem se esquecer de que é necessário olhar para o outro de coração sempre aberto. Obrigada Evandro, por olhar de perto nossos pais e por aparecer, de vez em quando, com suas mensagens espontâneas e engraçadas.

Agradeço à minha co-orientadora prof^a Dr^a Rivânia Maria Trota Santana, pela disposição em me ajudar, pelos textos indicados e pela contribuição com a metodologia desta pesquisa.

Agradeço a minha banca que desde a qualificação, foi mais que generosa comigo e fundamental para que este trabalho fosse concluído. Obrigada professor Dr. Adail Sebastião Rodrigues Júnior e professora Dra. Joana Plaza Pinto, por aceitarem fazer parte da minha banca que não poderia ser mais competente, bonita e bem humorada.

Ao Grupo de Estudos sobre Linguagens, Culturas e Identidades, GELCI, da UFOP. Lá tive a oportunidade de viver a diversidade identitária e epistemológica dentro da

academia. Agradeço, sobretudo, aos colegas que me provocaram com as discussões intensas que se voltam para as questões da vida.

As parcerias que fiz ao longo das pesquisas. Sou grata à Aline Ruiz, Carolina Araújo, Naiara Vieira, Yaisa Colares e Victor Guedes pelos momentos de aprendizagem compartilhados, pelas companhias divertidas nos eventos acadêmicos e pelas trocas de conhecimento sempre com boas risadas.

Agradeço especialmente

À Larissa Accorsi, pela sinceridade e irmandade de longa data. Obrigada por unir papo acadêmico e de vida de forma bem humorada. Sem você a caminhada teria sido mais pesada. Agradeço por compartilhar as intensidades da vida comigo nestes anos todos.

À Beatriz Toledo pela amizade de longa data. Obrigada pela presença desde o início da minha graduação. Você foi uma das pessoas iluminadas e de coração grande que tive o privilégio de conhecer.

À Gabriele Flausino por sempre me salvar com as ajudas acadêmicas, profissionais, sempre muito solidária, prestativa, atenciosa e amiga desde o início. Sou imensamente grata a você por tudo.

Ao Guilherme Souza, obrigada pela presença sempre bem humorada nesses anos todos, por me escutar abertamente e pensar comigo as questões da minha pesquisa.

À Fabiana Correa Justo por me acalmar com seus conselhos sempre compartilhando suas experiências de coração aberto. Grata pela honestidade e pela descoberta das leituras raciais.

À Karolina Vasconcelos que chegou para dividir casa e tornou-se parceira ouvindo meus desabafos acadêmicos e de vida. Obrigada pela paciência, compreensão e convivência nesses dois últimos anos.

Ao Rafael Baeta pelos anos de convivência e pelas vezes em que fez “divã” comigo ouvindo meus desabafos. Obrigada por tudo.

À família Intocáveis, pela atenção e carinho de sempre.

Aos colegas do mestrado, em especial, Leandro Moura e Sineide Gonçalves que compartilharam momentos de desespero, dúvidas, incertezas e desabafos. Obrigada pelas risadas durante esse processo árduo.

À CAPES pelo auxílio financeiro que deu suporte necessário para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar os discursos das mulheres brancas acadêmicas refletindo como elas se posicionam em relação às suas identidades sociais articuladas às suas vidas profissionais acadêmicas. Para tal, esta pesquisa se baseia no referencial teórico que entende a estreita relação que se estabelece entre linguagem e identidades, concebendo a linguagem como performativa, ou seja, pensando na realidade concreta, no seu uso e na sua ação determinada pela intenção de quem fala e pelo contexto caracterizado por certas normas e convenções. Para dar fôlego a tais discussões, trazemos uma abordagem conceitual ligada aos estudos raciais e de gênero que abordam, mais detidamente, a identidade racial branca ou a branquitude, compreendendo tanto a raça quanto o gênero como construções históricas e como categorias analíticas que têm existência social e linguística no mundo. As perspectivas que permitem pensar tais categorias dessa forma, se apresentam nos estudos da psicologia social (CARRONE&BENTO, 2002) e nos estudos de algumas teóricas feministas, como (1997), Pinto (2007), entre outras, que unem às suas pesquisas, corpo e linguagem, reinterpretando a Teoria dos Atos de Fala do filósofo Austin (1990). O intuito foi compreender, por meio de entrevistas com mulheres brancas acadêmicas da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, como suas identidades raciais- influenciadas por outros fatores-, como o de gênero, a escolaridade, a origem social e etc, atravessaram seus discursos que se centraram sobre suas trajetórias profissionais. As análises demonstraram que as mulheres entrevistadas estão influenciadas por aspectos biológicos e sociais das construções racializadas da identidade racial branca acadêmica, não enxergando o lugar delas como um lugar social influenciado pelas nossas escolhas de gênero e de raça. As análises revelaram ainda impasses nos discursos destas acadêmicas em relação às suas escolhas profissionais, pois prevaleceu uma perspectiva universal e heteronormativa que contribui para a hierarquização das identidades no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Linguagem. Performatividade. Identidades. Gênero. Raça.

ABSTRACT

The main goal of this essay is investigate white academic women's speech, reflecting on how they relate their social identity and their academic and professional lives. To do so, the research is based on the theoretical framework that understands the strait relation established between language and identity, conceiving language as performative. In other words, thinking on the concrete reality of its use and its action determined by the speaker intention, and the context characterized by certain rules and standards. To motivate these discussions, we bring a conceptual approach connected to racial and gender studies that are focused on the white racial identity, understanding race and gender as historical constructions and as analytical categories that have social and linguistics existence in the world. The perspectives that allow thinking in these categories in this way are presented on the studies of social psychology (CARRONE&BENTO, 2002) and the studies of some theoretical feminists as (1997), Pinto (2007) that unite their research, body and language reinterpreting J.L Austin's Speech Act Theory (1990). The goal was to understand, by interviewing white academic women of the Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, how their racial identity – influenced by many elements – as gender, level of education, social origin etc, interfered their speech which centered their professional path. Analysis showed that biological and social aspects of the white racial academic identity influence the interviewed women and they cannot see their place as social influenced by choices of gender and race. Analysis also revealed obstacles on these academic women on their professional choices, influenced by a universal and heteronormative perspective, which contributes to the hierarchy on the academic world.

Keywords: Language. Performativity. Identities. Gender. Race.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 –	Dados funcionais presentes nas fixas de cadastro das professoras entrevistadas.....	98
Tabela 2 –	Quantidade de professores/as efetivos/as nos cursos de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP	99
Quadro 1 –	Modelo de Análise da Conversação (AC).....	77
Quadro 2 –	Síntese dos lattes das professoras entrevistadas	90
Quadro 3–	Respostas presentes no questionário eletrônico.....	177

LISTA DE SIGLAS

B	Branca
P	Parda
PR	Preta
A	Professor assistente
PA	Professor adjunto
PT	Professor titular
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
PROAD	Pró- Reitoria de Administração

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Questões que nortearam a pesquisa	15
Objetivo principal	15
Objetivos específicos	16
Processo de geração dos dados	16
Bibliografia e estrutura da dissertação	17
CAPÍTULO 1	
1.1 A visão performativa da linguagem	20
1.1.1 Política em linguística: a perspectiva crítica da linguística	28
1.2 Identidades performativas, diferença e contradição	33
1.3 Colonialidade, identidades e ciência: entre o local e o global	38
CAPÍTULO 2	
2.1 Identidades, linguagem e corpo	46
2.1.1 O uso do conceito raça como realidade social e política: relações de dominação e de exclusão	50
2.1.2 Os usos do gênero e da raça enquanto categorias políticas e linguísticas.....	55
2.1.3 Identidade branca: rompendo o silêncio da branquitude	59
CAPÍTULO 3	
3.1 Procedimentos metodológicos	73
3.1.1 Análise dos dados	78
3.1.2 Resumo dos <i>lattes</i> das entrevistadas	78
3.1.3 Dados funcionais obtidos por meio da PROAD	96
3.2 Análise das entrevistas	99
3.3 Como se dá a percepção do ser branca a partir das visões das mulheres acadêmicas	102
3.3.1 A classe social e a escolarização na trajetória das mulheres brancas acadêmicas	118
3.3.2 A experiência do racismo na universidade a partir das visões das mulheres brancas acadêmicas	131
3.3.3 O lugar das mulheres na academia e o desejo em pertencer à universidade...	144
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	169
ANEXOS	177

INTRODUÇÃO

O desafio consiste em saber como trabalhar com as diferenças e contradições. A diferença pode ser uma porta criativa. Nós não precisamos de homogeneidade nem de mesmice. Não precisamos forçar todas as pessoas a concordar com uma determinada forma de pensar. Isso significa que precisamos aprender a respeitar as diferenças de cada pensar, usando todas as diferenças como uma “fagulha criativa”, o que nos auxiliaria a criar pontes de comunicação com pessoas de outros campos.

(ANGELA DAVIS)

Esta dissertação é fruto de iniciativa pessoal que surgiu a partir da minha trajetória acadêmica, no momento em que tive meus primeiros contatos com o complexo tema das identidades, mais especificamente, durante a pesquisa de iniciação científica realizada durante a minha graduação em Letras. Desde então, tal interesse pelo assunto aumentou à medida que as incertezas e incômodos se tornaram frequentes a ponto de começar esta dissertação na tentativa de compreender minha própria inserção social, enquanto mulher branca e acadêmica, numa sociedade em que os sujeitos são marcados por discursos hegemônicos que perpassam suas vidas, constituindo-os em posições sociais que dão sentido as suas existências ao longo da história.

A redescoberta do meu lugar social deu-se num processo que foi além das leituras sobre o tema das identidades, sobretudo, da identidade branca, passando pelas experiências do dia-a-dia, nas pequenas ações dentro e fora da academia, nas conversas com mulheres brancas e negras sobre o que significa ser uma “mulher”, especialmente, ser uma mulher negra nesse país onde são comuns os estereótipos racistas do tipo negro é pobre, é feio, é ladrão, é burro e, é por isso, dizimado, silenciado e apagado a cada dia, em especial, na academia, lugar em que estou inserida e que historicamente, é ocupado por referências, em sua maioria, brancas, europeias e masculinas.

Esta pesquisa me possibilitou trabalhar a partir do método da entrevista semi-estruturada que me trouxe uma experiência etnográfica, a qual possibilitou minha aproximação com a trajetória acadêmica das mulheres que entrevistei, me identificando com suas vivências profissionais e, ao mesmo tempo, percebendo como nossas identidades se estruturam e se moldam no espaço acadêmico.

Ao entrevistar as mulheres desta pesquisa, tive a oportunidade de ouvir cada uma delas com suas trajetórias singulares, marcadas por momentos diferentes e, ao mesmo tempo, semelhantes por terem em comum a escolha de fazer parte da academia.

No momento em que eu as entrevistei atendo-me as suas falas sobre as suas dificuldades, seus desafios e suas conquistas ao longo dos caminhos que percorreram para estudar e, algumas delas, ao mesmo tempo, trabalhar e obter formação escolar suficiente para ocupar o cargo que elas ocupam hoje na universidade, me via compartilhando dessas mesmas questões com o intuito de me integrar à comunidade acadêmica. Enquanto pesquisadora não poderia esquecer meu objetivo com as entrevistas e, por isso, sensações de angústia também me atravessaram, ao me identificar com suas trajetórias, mas, ao mesmo tempo, perceber o quanto a academia e a nossa identidade racial branca nos cega a ponto de não percebermos que na prática, nossas escolhas estão estruturadas e marcadas por questões de gênero e de raça.

O que ficou não dito na maioria das falas das entrevistadas, mas que a literatura desta dissertação permite colocar em evidência é a suposta ideia de neutralidade científica euro centrada (CONNELL, 2012) que desconsidera nossas experiências atravessadas pelo gênero e, sobretudo, pela raça que estrutura nossas ações dentro e fora da academia, de modo a garantir nossa permanência em locais hegemônicos.

Minha experiência ao entrevistar as mulheres brancas acadêmicas me permitiu enxergar o quanto nossas mentes estão colonizadas nos levando a sobrepor o desejo de estar na academia ao que significa ser uma mulher branca que pensa e que produz conhecimento científico numa sociedade racista e machista como a nossa. Quando falamos em racismo, o que está em jogo não são apenas as discriminações e preconceitos contra os negros, mas trata-se, principalmente, da manutenção de posições raciais privilegiadas da identidade branca que insiste em não se reconhecer enquanto tal.

Hoje, com esta dissertação, vejo o quanto é confortável não assumir o lugar social da minha identidade, porque ter um título e ter a cor da pele clara são “atributos” suficientes que garantem nosso lugar de privilégio, em especial, na academia, porque nossa cor faz toda a diferença se compreendo os significados e os efeitos sociais que a cor branca traz em relação ao que somos enquanto pessoas e, sobretudo, acadêmicas. Nesse sentido, nossas posições sociais estão sujeitas às nomeações políticas implicadas no que significa ser uma “mulher branca” e, portanto, vai além de meras constatações ligadas, por exemplo, à meritocracia ou mesmo a cor da pele, discursos comuns presentes nas falas das entrevistadas.

Enquanto pesquisadora tentei nesta dissertação não me alienar das ações do cotidiano, do mundo prático e das suas questões sociais ao me confrontar com as trajetórias das mulheres que entrevistei, atendo-me aos fatores comuns como o da raça, do gênero, entre outros temas que atravessaram seus discursos e que, de certa forma, nos reúnem sob um mesmo guarda chuva que traz consigo tudo o que significa ser nomeada como “mulher” e como “branca” acadêmica.

Ao entrevistar as mulheres desta pesquisa, a única certeza que tive foi a de que, cada vez mais, precisamos encontrar sentidos sociais para o que fazemos ao ocupar determinados lugares, pois tais sentidos moldam nossas escolhas e nossas identidades ao impulsionar nossas ações presentes e futuras.

Questionar a minha própria história, a minha inserção na academia e o meu lugar social de mulher branca tornou-se possível, portanto, a partir desta pesquisa, ao entrevistar as mulheres e resistir aos acomodamentos e a suposta invisibilidade da nossa cor que delinea, cada vez mais, as fronteiras entre o local e o global proliferando as identidades que estão no centro e as que estão nas periferias do mundo globalizado, como argumenta Hall (2014).

Ao voltar a minha atenção para a academia e suas práticas, percebo a partir das minhas vivências, ao longo dos anos, a urgente necessidade de questionar a presença das mulheres brancas, em especial, nos cursos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, já que partimos do pressuposto de que nessas áreas a consciência de gênero e de raça é mais presente entre as pesquisadoras, pois é fato que historicamente tais identidades sociais ocuparam e ainda ocupam lugares específicos nas áreas tidas como Humanidades. Portanto, esta pesquisa parte do pressuposto de que tais áreas produzem mais pesquisas nestas temáticas do que em outros campos do saber, principalmente, porque estes temas têm ganhado força e visibilidade graças às lutas dos movimentos sociais que ocorreram nos últimos tempos.

Na área de Letras, mais detidamente, no campo da Linguística, pude notar, o descaso e a quase ausência de projetos, pesquisas, estudos, debates e etc, preocupados com questões que problematizam o sujeito e o modo como as identidades são construídas e vistas no mundo. Tal descaso é problemático, pois tenta produzir um “conhecimento científico neutro” baseado em dicotomias como sujeito/objeto, como se fosse possível desvincular a prática científica das práticas sociais, esquecendo-se de que a ciência envolve juízos de valor ligados aos desejos dos cientistas e das comunidades científicas em, por meio de tais juízos e desejos, conhecer o que se conhece do real (SANTOS, 2006, p. 83).

Nesse contexto de descaso com o tema, esta dissertação faz-se, portanto, necessária, uma vez que nosso principal objetivo é analisar o discurso das mulheres brancas acadêmicas, refletindo como elas se posicionam em relação as suas identidades sociais e, desse modo, investigar a consciência racial e de gênero dessas mulheres, bem como a postura acadêmica delas.

Dado a complexidade do tema a que nos propomos abordar, este trabalho não pretende esgotar as reflexões sobre o foco desta dissertação nos tornando especialistas no assunto, pois os sentidos não se pretendem únicos e surgirão à medida que os discursos das mulheres entrevistadas para esta pesquisa, revelarem os atravessamentos da raça e do gênero no que diz respeito às suas trajetórias profissionais.

Desenvolver esta pesquisa dentro do campo da Linguística se torna, portanto, um desafio, porque o que propomos discutir foge às regras e àquilo que é valorizado dentro da área da Linguística e das Ciências Humanas e Sociais, tais como as áreas consagradas desse campo tidas como mais “formais” e que se aproximam de modelos lógicos, como os das ciências exatas. Em compensação, esse desafio nos leva a fazer escolhas teóricas que nos permitem questionar os discursos caracterizados por “ideias dominantes” que controlam os sentidos do modo como devemos produzir ciência e do modo como devemos viver em sociedade.

As ideias dominantes podem ser compreendidas a partir do “paradigma emergente” (SANTOS, 2006), cujo modelo aponta para a necessidade de repensar o ser humano, a cultura e a sociedade superando distinções como natureza/cultura, sujeito/objeto, centro/periferia, entre outras visões bipolares que reduzem o conhecimento a tais pares dicotômicos produzindo-os como unicamente objetivos. Além disso, essa visão reducionista do conhecimento reconhece que o paradigma científico está livre da interferência social e humana, como se fosse possível produzir ciência de forma neutra, uma vez que:

A ciência pós-moderna não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável; o seu estilo é uma configuração construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista. [...] Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. São parte integrante dessa mesma explicação (SANTOS, 2006, p. 83).

Ao refletirmos sobre o papel da ciência, principalmente pensando a Linguística, faz-se necessário repensarmos também o papel dos sujeitos e da linguagem na construção do conhecimento, já que não acreditamos no sujeito uno, autônomo e produto da realidade, visto

que esta dissertação se debruça sobre os conceitos de sujeito, de linguagem e de discurso a partir do diálogo entre as áreas, como da Pragmática em interface com as questões de gênero e de raça. Tal diálogo ou multidisciplinaridade entre os campos revela nosso interesse em não buscar definições prontas dos conceitos que propomos discutir nesta dissertação, pois nos interessa refletir sobre as possibilidades que são mais interessantes e produtivas, como afirma a epígrafe desta introdução.

Questões que nortearam a pesquisa

Para conduzirmos esta dissertação, é necessário partimos de uma questão problema que se relaciona aos objetivos que buscamos alcançar. A questão desta pesquisa surge das leituras do tema que esta pesquisa aborda, em especial, das provocações da autora Liv Sovik (2009) presentes em seu livro *Aqui ninguém é branco*. Nessa obra, a autora nos provoca em relação aos significados de ser negro ou branco no Brasil, argumentando sobre a complexidade das relações raciais no contexto brasileiro. A autora traz à tona, dentre outras problematizações, à ideologia muito presente em nosso país, sobre o imaginário de que somos o país da mistura racial, onde a raça branca é negada como se fosse oculta. Diante disso, e do fato de que as identidades sociais ocupam lugares sociais demarcados pelo modo como essas identidades são construídas e vistas historicamente, partimos da principal questão norteadora que esta pesquisa propõe responder, a saber: é possível que as pesquisadoras que iremos entrevistar apresentem consciência racial e de gênero articulada com a vida profissional delas dentro da universidade?

Para cumprirmos tal desafio, eis os objetivos que esta dissertação pretende empreender:

Objetivo principal

Investigar os discursos das mulheres brancas acadêmicas refletindo como elas se posicionam em relação às suas identidades sociais articuladas às suas vidas profissionais acadêmicas.

Objetivos específicos

- a) analisar a relação entre linguagens e identidades no discurso de professoras acadêmicas dentro da universidade;
- b) investigar se suas produções científicas estão voltadas para o tema das identidades de gênero e/ou de raça;
- c) compreender como elas nomeiam as suas identidades sociais e relacionar com suas trajetórias profissionais.

Processo de geração dos dados

A partir dos questionamentos e objetivos que nos levaram a produzir esta dissertação, partimos para a busca das mulheres presentes nas unidades universitárias restritas a esta pesquisa, a saber: (i) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, ICHS, (ii) Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, ICSA, (iii) Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, IFAC, (iv) Escola de Direito, Turismo e Museologia, EDTM, e (v) Departamento de Educação e Tecnologias, DEETE, cujo departamento oferece os cursos de Pedagogia e Geografia, à distância, pelo CEAD.

As possibilidades para tal desafio se fizeram possíveis a partir da escolha do método qualitativo e de geração de dados funcionais como informações presentes na Pró-Reitoria de Administração da UFOP, PROAD. Nesse local, obtive dados como a quantidade de professores e professoras presentes na UFOP, bem como informações do tipo raça/cor, sexo, escolaridade e etc, presentes na ficha de cadastro das mulheres entrevistadas.

Recorremos também às informações públicas sobre as mulheres desta pesquisa presentes nos *site* da UFOP e na Plataforma *Lattes* a fim de conhecermos melhor essas mulheres, suas pesquisas e suas trajetórias profissionais.

Afora esses dados, esta pesquisa se debruçou sobre as entrevistas realizadas nas unidades referidas. Ao todo foram entrevistadas dez professoras brancas escolhidas por meio de um questionário eletrônico¹ enviado aos departamentos restritos às unidades acadêmicas acima mencionadas. Através do questionário, selecionamos as dez mulheres que foram entrevistadas para a realização desta pesquisa. Dessa forma, o questionário serviu como primeiro meio para chegarmos às mulheres desta pesquisa, além de nos fornecer um perfil

¹ O questionário eletrônico e as respostas presentes nele encontram-se nos quadros em anexo.

profissional e pessoal com informações do tipo cor/raça, classe social, áreas e temas de pesquisas, entre outras informações que contribuíram para a condução da conversa que tive com cada uma delas no momento em que as entrevistei. A partir das respostas dadas por elas ao questionário, tentei os primeiros contatos com as mulheres enviando *e-mail* apenas àquelas que responderam ao questionário aceitando participar da entrevista comigo. Os encontros foram agendados por *e-mail* e aconteceram nas unidades acadêmicas do ICHS, do ICSA, do EDTM e do DEETE, departamentos restritos aos *campus* universitários das cidades de Mariana e de Ouro Preto, MG.

É importante ressaltar que o questionário eletrônico enviado pelos departamentos às professoras se restringiu às mulheres dos departamentos referidos, mais detidamente, selecionamos as professoras que se classificaram como brancas. Selecionamos tais mulheres, portanto, com base nas respostas dadas ao questionário eletrônico, nos limitando as que aceitaram a participar das entrevistas. Outra questão é que ao entrar em contato por *e-mail* com as professoras que aceitaram a participar da entrevista comigo, alguns impasses surgiram na tentativa de agendar um dia e horário em que as professoras estivessem disponíveis para conversar comigo, principalmente, quando, em alguns momentos, a disponibilidade delas era zero. Nesses casos, insisti o contato, fazendo várias tentativas de agendamento para as entrevistas. Além disso, algumas que responderam aceitando participar da entrevista, não puderam mais por motivos pessoais. Dessa forma, as dez entrevistas realizadas foram feitas com as professoras que me concederam de forma muito generosa um tempo delas para conversar comigo.

Bibliografia e estrutura da dissertação

Começo a apresentar a estrutura deste texto fazendo uma breve revisão da bibliografia e resumo dos capítulos que irão nos ajudar a empreender os desafios a que nos propomos neste trabalho.

No capítulo 1, iniciamos nossas discussões sobre a visão performativa da linguagem do filósofo Austin (1990), trazendo reflexões dessa teoria a partir da perspectiva de alguns autores/as, como Ottoni (2002), Rajagopalan (2003), (1997) e Pinto (2002). As discussões desse capítulo são centrais para compreendermos os demais capítulos desta

dissertação, uma vez que a visão performativa da linguagem percorre toda a teoria escolhida para este trabalho influenciando, portanto, nas análises dos dados. Nesse mesmo capítulo, trazemos outra parte que argumenta sobre a necessidade que nós seres humanos temos em teorizar e encontrar respostas que expliquem nossa existência no mundo. Para tal, atentamos às discussões em torno da problemática das identidades retomando autores como Stuart Hall (2014) segundo o qual, as identidades devem ser entendidas como processo e, por isso, o autor utiliza o termo *identificação*. Além dos estudos culturais, compreendemos as identidades como maneiras de ser que se realizam na/pela linguagem (RAJAGOPALAN, 2003), ou seja, para nós, as identidades são históricas e (des) construídas ao longo do tempo; só se realizam nos atos de fala que produzimos, isto é, nos atos performativos que fazem algo sobre/no mundo. Nesta parte, nos preocupamos também em repensar o discurso científico e os discursos produzidos por essa esfera do conhecimento ressaltando, sobretudo, o fazer científico produzido na academia no que diz respeito às escolhas teóricas que fazemos, o que fazemos com nossas pesquisas, bem como para que e para quem elas servem, entre outras preocupações que constituem as problemáticas desta dissertação. Na terceira parte do capítulo em questão, problematizamos a relação entre gênero e produção científica a partir da perspectiva dos saberes locais e situados (HARAWAY, 1995) que permite questionar visões comuns a respeito da construção histórica da ciência vista sempre por uma ótica masculina, neutra e pacífica que exclui as mulheres da pesquisa científica.

O capítulo II se inicia com algumas discussões sobre o tema das identidades pensadas a partir da visão performativa da linguagem, estabelecendo um diálogo entre identidades, linguagem e corpo. Para tal, algumas problematizações presentes nas ideias de (2003) sobre as identidades de gênero, são trazidas a partir das releituras sobre o assunto de autoras como Pinto (2007). Em seguida, problematizamos o conceito de raça apontando os usos que tal ideia assumiu ao longo do tempo, desde o século XIX, quando a raça é entendida como biológica. Tal visão culminou com a hierarquização das raças e dos racismos que recaem sobre as identidades estabelecendo estereótipos que inferiorizam aqueles que não se enquadram nas classificações das raças arianas. Com os estudos de áreas como a Antropologia e a Sociologia, ressaltamos um novo sentido dado ao termo “raça”, segundo o qual leva em consideração a sua historicidade, compreendendo-a como categoria discursiva e social. A partir desse último sentido do conceito em questão, apresentamos também, algumas discussões no âmbito dos feminismos negros a partir da feminista negra Sueli Carneiro e suas problematizações sobre os racismos e discriminações advindos da primeira ideia de raça

enquanto categoria biológica, bem como discussões das imagens ou estereótipos que recaem sobre os corpos negros, mais especificamente, da mulher negra. A terceira parte desse mesmo capítulo, intitulado *Os usos do gênero e raça enquanto categorias políticas e lingüísticas*, aborda a categoria de gênero a partir de autoras como Judith (2003), Rago (2003), Anzaldúa (2009) que propõem pensar o termo como categoria discursiva, ou seja, como conceito fluido, o que implica numa visão das identidades como performativas, como “tornar-se” ou vir a ser “homem” ou “mulher”. Para tal, nos apoiamos novamente na autora Pinto (2007) e suas rediscussões sobre gênero a partir da teoria dos Atos de Fala do filósofo Austin. Essa última autora compreende a categoria gênero no mesmo sentido dado por (1997, 2003), ou seja, como algo que é definido pela estilização dos atos de fala que se organizam em torno da anatomia dos corpos. Na sessão seguinte, intitulada *Identidade branca: rompendo o silêncio da branquitude*, nos debruçamos sobre os estudos da psicologia social e nos trabalhos desenvolvidos nessa área, pelas autoras Carone & Bento (2002). As autoras trazem relatos de discriminações raciais que vivenciaram, problematizando o lugar da *branquitude* a partir da ideia de *branqueamento*. Tal fenômeno surge a partir da miscigenação que ocorreu no país, desde a colonização com a chegada dos povos africanos escravizados até o momento em que o país passa a receber imigrantes europeus considerados superiores em relação aos negros. Apontamos também, a partir dos estudos referidos, entre outros discutidos, as falsas noções de “democracia racial” que contribuíram e ainda contribuem como aponta Liv Sovik (2009), para formar imagens e representações de que somos o país da mistura onde se convive com as diferenças de forma harmônica. Nessa parte da dissertação, apresentamos as discussões presentes na obra da autora Vron Ware, sobre o conceito de *branquidade* que perpassa os estudos da raça no contexto norte americano e também nos países latino americanos, como no Brasil.

O capítulo III constitui a metodologia e análise dos dados das entrevistas. Esse capítulo traz os discursos das entrevistadas e as análises das entrevistas, os dados obtidos na PROAD e os resumos dos *lattes* das entrevistadas, a fim de apresentar às leitoras e leitores desta dissertação, informações mais precisas a respeito de quem são as mulheres escolhidas para esta pesquisa dentro da UFOP. Por fim, fechamos com as considerações finais retomando um pouco a pesquisa e pontuando algumas questões importantes que surgiram nesta dissertação e que, de certa forma, podem constituir objetos de análises de pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1

1.1 A visão performativa da linguagem

A linguagem é vista como ação e como forma de atuação sobre o real e, portanto, de constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade.

(FILHO, 1990, p. 10)

As perspectivas que se seguem ao longo deste capítulo, são necessárias para compreender a linguagem como o lugar das práticas e das relações sociais, ou seja, como o lugar da mudança centrada na multiplicidade dos fenômenos sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Nesse sentido, ao contrário dos estudos da linguística tradicional e da tentativa de análise científica iniciada por linguistas como Ferdinand de Saussure (1959), cujo estudo sistemático da língua (*langue*) deixa de lado a fala (*parole*) para deter-se, rigorosamente, àquilo que é puramente linguístico, esta pesquisa, em especial esta parte, busca analisar a linguagem com base na teoria dos *Atos de Fala* do filósofo britânico J.L.Austin.

É importante assinalar que Saussure não deixou de conceber a língua como social, embora tal caráter da língua não tenha sido preocupação central no *Curso de linguística geral*, publicado em 1916. Apesar disso, não se trata de desconsiderar a importância dos estudos de Saussure para a Linguística, visto que o estruturalismo linguístico saussuriano serviu de base para diversas áreas de estudos do campo da Linguística, como da gramática, da fonologia, da semiótica, entre outras áreas voltadas para os estudos da língua.

Pensamos a produção do conhecimento partindo do senso comum, da linguagem ordinária, cotidiana ou em uso; caminho aberto e fortalecido pelo filósofo Austin (1990), expoente da perspectiva da filosofia da linguagem ordinária (FLO). Ao nos apoiarmos nesse autor, tomamos como base as discussões de Ottoni (2002) que destacam o britânico como “revolucionário” ao se referir à sua empreitada em “questionar a fronteira entre a filosofia e a linguística nas suas reflexões sobre a linguagem ordinária” (OTTONI, 2002, p. 122). Tal fronteira é rompida pelo filósofo ao conceber, de modo geral, a linguagem como performativa deslocando os limites dicotômicos de pares como, por exemplo, sujeito e objeto, já que a preocupação maior está em estudar o sujeito e o uso que ele faz de seu objeto, a saber, a fala.

Além disso, nessa perspectiva, o sujeito se funde ao seu objeto, uma vez que não se trata de pensar o conhecimento como unidimensional em distinções dicotômicas e simplistas, porque interessa a esta pesquisa, as possibilidades e as interfaces do conhecimento.

Diante disso, há outro deslocamento realizado pelo filósofo relacionado às definições estanques baseadas em verdades e falsidades das coisas (OTTONI, 2002, p.127) por meio de descrições que buscam uma linguagem formal e ideal, bem como falantes ideais para explicar o fenômeno da linguagem, como previa, por exemplo, os estudos gerativistas do americano Noam Chomsky. Desse último autor provém a ideia de que a linguagem é concebida como *faculdade mental inata* e “instalada no ‘equipamento biológico’” dos seres humanos, isto é, na mente/cérebro dos falantes (MARCUSCHI, 2008). Nesse contexto, a língua é um sistema de regras e princípios organizacionais internalizados, constituídos de princípios universais e parâmetros específicos, estes resultantes da vivência numa comunidade de fala. Portanto, está implícito na teoria chomskyana que a língua é social. Entretanto, tal perspectiva epistemológica não nos interessa justamente por deixar de lado problematizações da linguagem concreta do cotidiano, em detrimento de uma concepção virtual e abstrata da linguagem como expressão do pensamento, como se uma frase ou uma palavra expressassem um sentido único e fixo ou como se a linguagem estivesse livre “de nuances heterogêneas das situações, nas quais são usadas” (HANKS, 2008, p. 146).

O pensamento moderno da linguística tomou o indivíduo como ser indivisível que possui uma “entidade plenamente totalizada” (RAJAGOPALAN, 1998) constituído de forma única. Tal visão do sujeito na linguística permitiu que linguístas como Chomsky, estabelecessem um modelo de identidade que desse conta de se encaixar nas teorias de modo a não corromper o sistema da língua permitindo uma investigação racional do objeto de estudo da linguística. A crítica que Rajagopalan (1998) faz em relação a esse pensamento cartesiano do sujeito, concebido pela linguística tradicional, está, sobretudo, na redução e simplificação em relação ao sujeito e ao modo como ele se relaciona com a língua.

A crítica do autor ao modelo racionalista da linguística moderna, faz sentido para esta pesquisa, porque ao problematizar as identidades, estamos problematizando também a língua que não deve, de forma alguma, ser abstraída de seu contexto ideológico e político como se ela fosse algo “delimitável”. Nesse contexto, não faz mais sentido tomarmos a identidade como individual, ao contrário, ela se constitui à medida que nos relacionamos por meio da linguagem, com as pessoas, isto é, tanto a identidade como a língua possuem realidade social e, portanto, ambas devem ser pensadas em contexto político, isto é, na relação que se

estabelece entre interesses e identidades. Tal perspectiva nos permite olhar a linguagem e os sujeitos que dela fazem parte considerando seu contexto histórico marcado pelo tempo e pelo espaço que não são delimitáveis, mas sim contingenciais, sempre nos submetendo à alteridade e aos processos que dela fazem parte. Trata-se de compreender que

A identidade individual como algo total e estável já não tem nenhuma utilidade prática num mundo marcado pela crescente migração de massas e pela entremesclagem cultural, religiosa e étnica, numa escala sem precedentes. (RAJAGOPALAN, 1998, p. 40)

Esta pesquisa postula, portanto, a linguagem (incluindo o discurso) como prática social, compreendendo tal fenômeno como modo de ação historicamente situado e articulado em diferentes momentos e possibilidades de agência da vida social; lembrando que a vida social é regulada por momentos de tensão em que prevalecem relações discursivas e não discursivas sustentadas por conflitos ideológicas e de poder (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 37). Segundo esses últimos autores, por práticas sociais podemos entender que se trata de maneiras habituais amarradas em tempos e lugares particulares, nos quais as pessoas aplicam recursos (materiais e simbólicos) para agirem juntos no mundo² (*Ibidem*, p. 21. tradução nossa).

Ao nos apropriarmos da ideia de *performatividade*, noção central para os estudos da filosofia da linguagem ordinária, FLO, concebemos a linguagem como “forma de ação” no sentido proposto pela *Teoria dos Atos de Fala*, quando o *dizer é fazer*. Essa noção de linguagem está presente no conceito de *performativo*, pois, quando enunciamos, estamos praticando uma ação e, portanto, seu sucesso ou fracasso só pode ser analisado no ato praticado, ou seja, vai depender das circunstâncias produzidas do *Ato de Fala* (OTTONI, 2002, p. 128).

Austin (1990) introduz o conceito de *performativo* como pronunciamentos diferentes daqueles que *constatam* algo sobre o mundo, como quando alguém pronuncia, por exemplo, “o céu é azul”. Tal elocução pode ser analisada em seu valor de verdade ou de falsidade; o mesmo não acontece, por exemplo, com elocuições do tipo “É um menino!”, porque não se trata de descrever o gênero da pessoa, mas nomear, agir sobre tal pessoa impondo-lhe determinada identidade e comportamento culturalmente disponível no mundo social.

² “By practices we mean habitualised ways, tied to particular times and places, in which people apply resources (material or symbolic) to act together in the world.” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

Os discursos são investidos do ponto de vista político e ideológico, com destaque para os aspectos linguísticos desses discursos implícitos e explícitos nos eventos discursivos. Dessa forma, investigamos como as formas linguísticas e os fatores situacionais se lançam ao olhar e interpretação do leitor, questionando a presença da ideologia nos discursos das mulheres entrevistadas.

Compreendemos a ideologia como fenômeno que traz, muitas vezes implícitas, ideias que “servem como pano de fundo para uma série de crenças e gestos numa dada comunidade” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 16) e, no caso desta pesquisa, da comunidade científica cujos discursos e horizontes ideológicos precisam ser desvendados para que não se corra o risco de nos acomodarmos com respostas simples e redutoras a respeito dos assuntos que esta dissertação problematiza.

A visão performativa da linguagem permite entender também as identidades, como as de gênero e de raça, a partir de leituras de autoras como (2003), Pinto (2007), Hall & Livia (2010), entre outras pesquisadoras que se apropriam das ideias austinianas para pensar tais categorias como performativas. Nessa perspectiva, pensar as identidades significa entendê-las a partir das interações sociais nas quais as identidades de “homem”, “mulher”, “padre”, “jovem”, “velha” são construídas e articuladas a outros elementos como gênero, raça, classe social, idade e etc, elementos que “operam efeitos de identidades” (PINTO, 2002, p. 115) nas relações em torno do corpo dos sujeitos regulados por representações simbólicas que encerram seus corpos em identidades fixas.

Esta pesquisa leva em conta, portanto, as “regras discursivas” (PINTO, 2002) que se realizam no processo daquilo que pretendemos ser no mundo, pois nossas identidades não são pré-existentes às nossas ações e, por conseguinte, não são passíveis de serem julgadas como *constativas*, verdadeiras ou falsas.

Austin (1990) ao desconstruir a antítese *performativo* e *constativo*, defende que toda a linguagem é *performativa*, pois não se trata de descrever a linguagem, mas sim analisá-la a partir de sua performance, como faz Judith (1997). A desconstrução da dicotomia do par *constativo/performativo* se dá porque o próprio termo *constativo* que assume, na filosofia tradicional, o sentido de “afirmar”, é em si um ato *performativo*, assim como advertir ou pronunciar, pois o ato de fala que “afirma algo” é um ato ilocucionário que performa uma afirmação (HALL & LIVIA, 2010, p. 124). Vale ressaltar que Austin rejeitou tal distinção “justamente pela ênfase que ela oferecia à visão monológica de linguagem como designação, defendida pela análise clássica formalista da Filosofia Analítica e duramente criticada por

Austin” (ALENCAR, 2010, p. 114). Trata-se da filosofia analítica de Oxford fundada pela tradição das humanidades clássicas em que as línguas indo europeias, como o latim e o grego constituíam grande parte de suas discussões filosóficas. Ao contrário desses filósofos, Austin se detinha à linguagem ordinária desconstruindo tais visões filosóficas tradicionais e causando impacto também na área da Linguística ao discutir os conceitos de *performativo* e *constativo*. Ao fazer isso, Austin funde os dois campos do conhecimento e elimina as fronteiras e tensões entre a filosofia e a linguística, já que não se trata de pensar a linguagem de forma “compartimentada, institucionalizada”, mas sim como performativa (OTTONI, 2002, p. 122).

Rajagopalan (2010), outro intelectual interessado nos empreendimentos de Austin e na compreensão do pensamento austiniano, argumenta a respeito dos posicionamentos de Austin em relação à filosofia analítica e ao rompimento das fronteiras entre a filosofia e a linguagem. Segundo o autor, tal posição do inglês vai contra o pensamento metafísico desde Platão ou o chamado realismo platônico (postulados da filosofia analítica), “[...] segundo o qual o que existe de maneira alguma pode ser afetado por aquilo que porventura viermos a saber [...]” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 11). Em outras palavras, a realidade ou o chamado plano “ontológico” do ser está “imune” as determinações ou às “revelações da epistemologia”, a qual pode interferir na natureza plena do ser. Nesse sentido, Austin se posiciona contra o pensamento de filósofos como Russell questionando postulados mantidos pela filosofia analítica, durante muito tempo, como impermeáveis, como, por exemplo, a ideia de que o “objeto de estudo deve ficar claramente isolado” e “não se deve permitir que ele contamine o meio pelo qual procuramos estudá-lo” (*Ibidem*, p. 13). Ou ainda, a ideia de que possa existir uma separação nítida “entre o objeto do estudo e a forma pelo qual se aborda tal objeto” (*Ibidem*, p. 14).

É interessante ressaltar, com base em Rajagopalan (2010) e em suas provocações a respeito da suposta “leitura oficial” de Austin, realizada por Searle, que o surgimento da filosofia linguística se dá a partir da ruptura com a tradição da filosofia analítica da qual é, ao mesmo tempo, uma ramificação. Tal ruptura foi possível, portanto, a partir da preocupação de filósofos da linguagem ordinária, como Wittgenstein e o próprio Austin que se voltaram para a linguagem do dia a dia que, a despeito dos filósofos tradicionais, como o já citado Bertrand Russell - que julgavam a linguagem ordinária como inadequada aos estudos filosóficos porque era repleta de ambiguidades e incertezas-, passa por um processo de assimilações e distinções moldadas pelos falantes.

Portanto, a linguagem do cotidiano possibilita um novo modo de fazer filosofia que não se limita à linguagem formal como a de dicionários, como se fosse possível concebermos uma linguagem ideal. Nesse sentido, Rajagopalan (2003) cita Austin dizendo que o filósofo americano

[...] dizia que as nossas línguas, talhadas no uso continuado por gerações e gerações de usuários, contêm dicas preciosas sobre muitas coisas e que são, em muitos casos, preferíveis às engenhosas distinções inventadas pelo filósofo solitário em seu delírio (RAJAGOPALAN, 2003, p. 12).

A última imagem do “filósofo solitário em seu delírio” revela a crítica ao modelo do filósofo representado na “famosa escultura” do francês Auguste Rodin, “O Pensador” que traduz a excessiva preocupação da filosofia tradicional com a linguagem matemática logicista e não com a linguagem cotidiana do mundo real.

Cabe ressaltar que as reflexões contidas aqui, se referem à obra mais conhecida de Austin, *How to do things with word* composta por doze conferências proferidas na Universidade de Harvard, USA, em 1955. Nessa obra, um dos argumentos centrais de Austin se refere, pois, ao enunciado *performativo* que, ao contrário do enunciado *constativo* ou *declarativo*, “sob o nome de **afirmação** tão querido dos filósofos” (AUSTIN, 1990, *apud* OTTONI, 2002, p. 127, grifo do autor), não pode ter a propriedade de ser verdadeiro ou falso, pois ele tem sua própria função, a saber, “serve para realizar uma ação.”

Os atos *performativos*, portanto, podem ser analisados em termos de *felicidade* ou *infelicidade*, ou seja, quando o ato realizado não atinge as condições de *felicidade* específicas do *performativo*, o ato é caracterizado como *infeliz*. A *infelicidade* pode acontecer, por exemplo, quando eu digo “eu prometo” sem ter a intenção de fazer uma promessa, ou quando eu digo que aposto sem ter a intenção de apostar. Segundo Ottoni (2002), o que está em jogo é a concepção da referência que difere do modo como essa noção é tratada na filosofia tradicional. Na perspectiva dessa última corrente de pensamento, a referência estabelece uma “relação biunívoca entre linguagem e mundo” (*Ibidem*, p. 128), como se o signo ou a palavra estivesse preso por um referente determinado que permite a relação do significado à coisa a qual a linguagem se refere (SILVA, 2011, p. 80). Diferente dessa última noção,

Posso dizer *eu prometo...* e produzir, consciente ou inconsciente, por exemplo, uma ameaça; ou seja, não há mais lugar para fazer uma distinção entre sentido e significado das palavras quando se trata da performatividade. (OTTONI, 2002, p. 128).

A noção de referência faz parte de um contrato (*uptake*) que garante que o objetivo do interlocutor, no ato proferido, seja assegurado entre seus interlocutores, de modo que a sua intenção será realizada apenas na situação do ato de fala, no momento da interação que é a própria noção de *uptake* (OTTONI, 2002). Em outras palavras, trata-se de compreender as negociações envolvidas no ato de fala durante a interação entre os sujeitos, em que as relações descentram o falante e a intencionalidade no momento em que os atos de fala estão sendo negociados (PINTO, 2002).

De modo geral, a noção de *uptake* permitiu descentrar a visão de sujeito “no sentido transcendental do termo”, como argumenta Ottoni (2002), pois o conceito que estamos discutindo, identifica o sujeito através da ação, no ato de fala realizado, na sua *performatividade* e não em sua estabilidade.

Segundo Butler (1997) e sua releitura de Austin, não é fácil encontrar o melhor jeito de delimitar a totalidade ou a “situação total do ato de fala” (“total speech situation”), porque isso envolve alguns questionamentos como saber, em primeiro lugar, como certas convenções são invocadas no momento do ato de fala; segundo, implica saber se a pessoa que invoca determinado ato de fala está autorizada para tal? Por fim, resta saber se as circunstâncias nas quais o ato de fala é invocado são adequadas?

Para delimitar o “total speech situation”, é preciso conhecer as condições apresentadas acima dos dois atos de fala que Austin distingue, ou seja, o ato ilocucionário que, de forma resumida, diz respeito à realização do ato ao dizer algo, no momento em que ele é dito e o ato perlocucionário, que pode ser compreendido como os atos que produzem certos efeitos com suas consequências sobre seu interlocutor. É importante ressaltar que tal momento referido do ato ilocucionário é um momento ritualizado e, nesse sentido, ele nunca é meramente um momento único, já que trata-se de um momento complexo e ritualístico e, por consequência, “repetido no tempo” (PINTO, 2002). Dito de outro modo, está condensado em sua historicidade a qual excede o momento em que é dito, em tempo e espaço, ou seja, nas palavras de (1997),

Se a temporalidade da convenção linguística, considerada como ritual, excede o instante de seu pronunciamento, em que tal excesso não é plenamente capturável ou identificável (o passado e o futuro do enunciado não pode ser narrado com toda certeza), então parece que parte do que constitui a “situação total do ato de fala” é uma falha para alcançar a forma totalizada em qualquer de suas circunstâncias dadas. (BULTER, 1997, p. 3 tradução nossa).³

³ *If the temporality of linguistic convention, considered as ritual, exceeds the instance of its utterance, and that excess is not fully capturable or identifiable (the past and future of the utterance cannot be narrated with any*

Nesse sentido, o ato de fala não precisa do contexto definido de sua situação de produção, porque, segundo o dizer de Butler (1997), todo ato de fala carrega sua historicidade que não pode ser totalmente identificável.

Pinto (2002) destaca a leitura que Derrida evidencia do ato de fala enfatizando que a noção de rito é fundadora. A autora argumenta, com base na leitura de Derrida sobre a teoria austiniana, que a iterabilidade, própria da estrutura do rito, é que aciona a possibilidade do ato de ser repetido na ausência de seu referente e também na ausência de seu significado ou intenção determinada (*Ibidem*, p. 125). Em outras palavras, a fórmula do ato de fala depende da iterabilidade e, portanto, da possibilidade “da história repetida de sua fórmula” (*Ibidem*).

Trata-se do efeito histórico da iterabilidade que possibilita a ausência da presença “da fala, da intenção, da consciência, do sentido, da verdade etc” (*Ibidem*). Nesse ponto, como argumenta Bulter (1997), a situação total do ato de fala não requer delimitação, organização e consciência do sujeito, já que o ato de fala é entendido como um rito e, desse modo, é “planejado e regulado” por regras acordadas entre os falantes, num “contrato social” (*Ibidem*); é um acontecimento não delimitado no tempo e no espaço, “na medida em que sua força é iterável, e sua repetição instaura sempre uma diferença”, isto é, vai além do momento de sua enunciação (*Ibidem*). Isso significa que o contexto não pode ser limitado, porque “qualquer coisa que se possa dizer sobre o contexto é imediatamente incorporada àquele contexto” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 35).

É importante destacarmos a relevância da reflexão de Derrida trazida por Pinto (2002, 2007) para as perspectivas pós-coloniais sobre as identidades, pois tal reflexão contribui para descolonizarmos visões estanques do tipo “isso ou aquilo”, como as variáveis patriarcais, homem/mulher, centro/periferia, branco/negro, mente/corpo, natureza/cultura, entre outras dicotomias que estabelecem sentidos hierárquicos entre os corpos e as suas subjetividades fixando as identidades e demarcando fronteiras que instituem quem fica dentro e quem fica fora (SILVA, 2011, p. 82).

As noções do ato de fala, como a iterabilidade remetem à leitura que Rajagopalan (2010) faz do conceito de *performatividade* destacando a recursividade da teoria dos *atos de fala* presente nos enunciados *performativos* e nos *atos de fala*. Trata-se, da desconfiança na crença da estabilidade dos sentidos sobre as coisas, pois “(dizer que x é um enunciado

certainty), then it seems that part of what constitutes the “total speech situation” is a failure to achieve a totalized form in any of its given instances (BUTLER, 1997, p. 3).

performativo é, ele mesmo, pronunciar outro performativo e apontar isso afirmando tal fato e, por sua vez, produzir outro performativo e, assim por diante)” (*Ibidem*, p. 15). Tal pensamento coloca em xeque, por exemplo, os discursos científicos que seriam, para esta teoria, *performativos* e não *constativos* conforme esses discursos afirmam ser quando, por exemplo, o pensamento científico de filósofos e cientistas é entendido como “único modo seguro e confiável” de produção do conhecimento (*Ibidem*, p. 16). Essa última afirmação é, portanto, fruto do pensamento de Austin quando desfaz a dicotomia *performativo/constativo* dizendo que todos os enunciados são *performativos*, porque até mesmo os atos *constativos* chamados de *declarações* estão sujeitos as mesmas *infelicidades* dos *performativos*. Em outras palavras, declarar, por exemplo, que “o gato está sobre o tapete” está sujeito as mesmas intenções de um *performativo* como “prometo estar lá”, já que tais enunciados implicam formas de *infelicidade* caracterizadas por atos *insinceros* ou de *ruptura*. Segundo o filósofo, a primeira afirmação “o gato está sobre o tapete” implica em que eu creio que o gato esteja sobre o tapete. Isto é paralelo ao sentido em que eu creio que “prometo estar lá” implica que tenho a intenção de estar lá e que acredito que serei capaz de estar lá” (AUSTIN, 1990, p.113).

A visão performativa da linguagem percorre toda esta pesquisa se expressando na nossa postura política e teórica frente à noção de linguagem, de discurso e de identidades, estabelecendo diálogos com outros conceitos, como o de gênero e de raça. Diante disso, a ruptura que Austin provoca na filosofia tradicional, nos permite ir além da postura moderna característica da Linguística estruturalista, discutindo a linguagem humana ordinária que não se distancia do sujeito, do seu corpo, fundindo corpo e linguagem, sujeito e objeto. Dito de outra forma e seguindo a visão austiniana da linguagem, dando conta do que se faz ao dizer algo, numa visão performativa que percebe as circunstâncias da enunciação na qual as palavras são empregadas produzindo sentidos no mundo social.

1.1.1 Política em linguística: a perspectiva crítica da linguística

Na primeira metade do século XX, a Linguística foi marcada pelo pensamento estrutural ou, mais precisamente, da linguística estruturalista, segundo a qual as línguas, como as indígenas das Américas (pouco conhecidas para os ocidentais) e “as línguas faladas pelas

tribos consideradas aborígenes da Oceania, África, Ásia etc” (RAJAGOPALAN, 2012, p.8), eram classificadas como “exóticas” (*Ibidem*). Tais classificações sobre a linguagem dos povos que compõem os países colonizados pelo pensamento ocidental europeu carregam o peso da suposta verdade que o termo “ciência” assume desde seu auge, nos últimos anos do século XIX; trata-se do *status*, prestígio e respeitabilidade que devem ser questionados em termos políticos, a fim de repensarmos, sobretudo, o campo da Linguística e suas teorias considerando as “condições sócio- históricas que propiciam sua construção, divulgação, aceitação e eventual propagação ou rejeição pela comunidade acadêmica” (RAJAGOPALAN, 2012, p. 14) que encara a ciência como desvinculada de tais questões.

Ao propormos refletir sobre a ciência, no sentido de pensá-la vinculada aos aspectos históricos e sociais, as naturalizações tornam-se objeto de contestação e não de afirmações “autoevidentes”, possibilitando o questionamento dos discursos científicos que “legitimam o poder ao apresentar-se como verdade” absoluta (ARONOWITZ, 1988, *apud* RAJAGOPALAN, 2012, p. 15).

Diante disso, o desafio em adentrar o campo da linguística para propor discutir as identidades e suas múltiplas formas de existência em sociedade, foi possível porque encontramos nos estudos e nas discussões de autores/as como Rajagopalan (2003, 2006, 2010, 2012), preocupações com escolhas políticas e com um estudo ético da linguagem. A pragmática entendida, nesses termos, nos permite abordar as problemáticas das identidades, dialogando com as noções de raça e de gênero, devido, entre outras questões, ao modo como esse campo concebe a linguagem, tomando seu estudo em contexto, sem excluir a sociedade da linguagem.

Ao nos debruçarmos sobre o campo da pragmática para empreender as discussões propostas neste capítulo, cabe ressaltar que, embora se trate de uma área que se preocupa, de modo geral, com os estudos da linguagem em uso, há nesse campo e na linguística como um todo, certa despreocupação com os aspectos sociais da linguagem e do ser humano, acreditando-se na ideia do sujeito autônomo cartesiano. Além disso, a própria área da pragmática surge da ideia tripartite das áreas da linguística entre sintaxe, semântica e pragmática. Tal divisão de áreas conduz às afirmações descuidadas de que há um “núcleo duro da linguística” conhecido como o *mainstream linguistics* que se configura como “progressista” à medida que defende que o rigor da “coerência interna na passagem da sintaxe para a semântica e pragmática” diminui (RAJAGOPALAN, 2010, p. 38). Nesse contexto, a ancoragem social da linguagem é tida como aspecto redutivo e sem importância, além de ser

relegado a segundo plano, à preocupação de áreas como a pragmática concebida fora desse núcleo *hard* da Linguística. Tal núcleo se preocupa, de modo geral, em ver a linguagem como “fenômeno puramente mental e, como tal, atributo de um único indivíduo já existente” (*Ibidem*, p. 32).

É como se a pragmática, a despeito das demais áreas dessa “divisão tripartida”, estivesse relegada a questões sem importância, de pouca coerência e a verdade, o rigor e a coerência estariam “na passagem da sintaxe para a semântica” (RAJAGOPALAN, p. 38). A despeito de tudo isso, a Linguística pensada sob a perspectiva crítica dos “novos” estudos pragmáticos (RAJAGOPALAN, 2010), permite ser compreendida sob uma orientação política que repensa “o papel mesmo da sociedade ao moldar e manter a linguagem” (*Ibidem*, p.41) e, como tal, implica pensar a natureza do ser humano e os usos sociais que faz da linguagem.

Outra discussão que nos interessa dentro da perspectiva dos “novos estudos pragmáticos”, diz respeito ao questionamento do paradigma dominante e àqueles/as que são oprimidos por tal modelo, como também os que oprimem, a partir de tal paradigma que se tem considerado como científico (MUNIZ, 2009).

Rajagopalan (2003), em sua obra intitulada *Por uma linguística crítica: Linguagem, identidade e a questão ética*⁴ aborda a Linguística de forma crítica ao chamar a atenção para os estudos linguísticos que defendem que a pesquisa científica e a ciência devem se preocupar apenas com a descrição dos fatos linguísticos puros e livrar qualquer suposto desejo do pesquisador sobre o fenômeno estudado apostando, portanto, na dicotomia sujeito/objeto de que falamos, além de outras dicotomias, como razão e emoção.

O que estamos querendo dizer é que não é possível nos isentarmos da responsabilidade que temos com nossas pesquisas, pois como nos alerta Santos (2006), nossas trajetórias de vida estão ligadas as nossas investigações científicas do conhecimento, já que

[...] os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio. No entanto, este saber, suspeitado ou insuspeito, corre hoje subterraneamente, clandestinamente, nos não-ditos dos nossos trabalhos científicos. (SANTOS, 2006, p. 85).

⁴ RAJAGOPALAN, K. *Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

Desde que a Linguística se configurou como ciência autônoma, no século XX, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, compilado pelos alunos de Saussure, a noção de ciência na Linguística aproximou-se do modelo lógico positivista que acreditava que todo cientista deveria se isentar das escolhas científicas que fazia. Não se trata de responsabilizar Saussure por tal noção de neutralidade científica, mas de chamar a atenção para a atitude saussuriana que marca a escolha do objeto de estudo da Linguística, a saber, a língua, garantindo “uma apreensão mais segura de seu objeto de estudo” (PINTO, 2002, p. 70).

A língua para Saussure é vista como produto social da linguagem, como sistema estruturado e homogêneo que permite a comunicação entre os indivíduos através de um conjunto de convenções. Entretanto, os processos criativos, heterogêneos e inovadores dos fenômenos linguísticos que se alteram durante as interações verbais nos possíveis contextos de uso da língua, são deixados de lado (BAKHTIN, 1995, p. 95) por Saussure. Essa visão reducionista da língua está presente ainda hoje, influenciando no modo como a academia entende o fazer científico, como se tal fazer pudesse nos livrar do comprometimento ético que nossas pesquisas têm com o mundo lá fora, afinal, a linguagem é parte das práticas sociais constituindo e construindo o mundo em significado e, portanto, não está desvinculada da sociedade (FAIRCLOUGH, 2001).

O preceito da neutralidade científica se justifica no argumento mais comum de que o/a pesquisador/a deve se afastar de seu objeto de estudo para não interferir nas análises e nos resultados. Defender tal ponto de vista, principalmente, dentro da Linguística, implica no problema da separação entre aqueles/as que pesquisam o objeto língua/linguagem, a saber, os linguístas e aqueles/as (antropólogos, sociólogos, psicólogos e etc) que pesquisam as pessoas que fazem/usam a língua/linguagem, a saber, os falantes, as comunidades, a sociedade.

O problema da visão determinista apresentada, está justamente em utilizar tal raciocínio para justificar a manutenção da neutralidade científica e mascarar ou disfarçar, como argumenta Pinto (2002), perguntas do tipo: “para que/quem serve a pesquisa científica?”. Uma pergunta como essa envolve escolhas que são políticas e não neutras como idolatra a visão científica tradicional que controla e perpetua formas de controle social isentando de suas pesquisas questões profundas acerca da linguagem e dos usos que os sujeitos fazem dela. Daí, ser fundamental as discussões de Rajagopalan (2003) sobre as escolhas políticas que fazemos ao selecionar pesquisar o que pesquisamos, pois o olhar que exercemos sobre a teoria e os métodos que escolhemos para nossas pesquisas é situado e

sócio-historicamente marcado, além disso, nossos discursos são atravessados por ideologias regulados ou “orientados” socialmente.

Apesar da regulação e orientação dos espaços sociais em que vivemos, esses podem ser vistos como lugares de jogos, como maneiras de viver e não apenas como espaços normativos. Trata-se de contrapor práticas reguladas do poder dominador sem sair do mesmo lugar onde vivemos; são as “maneiras de fazer”, como argumenta de Certeau (2012), as quais instauram a criação e a pluralidade por meio de uma arte que intervém em determinada realidade. Em outras palavras, podemos entender as “maneiras de fazer” a partir do argumento desse último autor, sobre a “sucata” que está inserida no contexto industrial, caracterizando um “contraponto, no mesmo lugar”, ou seja, como maneira de atividade de “bricolagem” que está fora desse contexto industrial (“noutro lugar”).

A partir do argumento de de Certeau (2012), podemos falar em possibilidades de deslocamentos por meio de “operações de reemprego” ou o “fazer com” das técnicas/métodos que organizam os sistemas e o estabelecimento de um lugar. Outro conceito utilizado pelo mesmo autor são as “táticas” que revelam usos hábeis do tempo e dos espaços e dizem respeito a “uma ação determinada pela ausência de um próprio” que circunscreve um lugar específico de poder isolado, por exemplo, por uma instituição científica que controla a visão do outro como num “campo de batalha” em que há o controle da “visão do inimigo” (CERTEAU, 2012, p. 94).

As “táticas” são típicas dos fracos que se movimentam num “lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas” (DE CERTEAU, p. 91), por meio de “astúcias” que traçam “movimentos diferentes, utilizando os elementos do terreno” para compor “histórias originais” (*Ibidem*, p. 92). Nesse sentido, a despeito das práticas que nos regulam socialmente, de Certeau (2012) nos mostra que é possível transgredir e movimentar-se “sub-repticiamente” recriando, por meio delas “astuciosas” e “cotidianas” que visam outro fim que não aquele imposto por conquistadores, tido como os “fortes”.

1.2 Identidades performativas, diferença e contradição

Pensando as identidades e no contexto em que as entendemos, nos debruçamos sobre o incômodo das incertezas e deslocamentos característicos do sujeito da pós-modernidade (HALL, 2014) que modifica sua identidade a partir das relações com as novas estruturas da sociedade moderna. Segundo esse último autor, as identidades pós-modernas estão se deslocando a partir da globalização, e o indivíduo moderno não é mais unificado, justamente pelo deslocamento das estruturas e mudanças das sociedades contemporâneas que desestabilizam o sujeito baseado no “eu” coerente e essencialmente uno ou “individualista”, como concebia o sujeito do Iluminismo (*Ibidem*, 2014). Neste ponto, o papel da modernidade exerce influência no caráter ambivalente que o sujeito assume diante das incertezas que o mundo moderno o coloca, ao tentar diminuir seus incômodos por meio de sistemas especializados de conhecimentos que se valem de pessoas igualmente especializadas e autorizadas a estabelecer normas de “novas posições” e de “novas ordens sociais” (ROGRIGUES, 2006, p. 116).

Os novos campos do saber sobre o corpo possibilitaram, desde o século XIII, até chegar às sociedades industriais, a instauração e a regulação que violentavam corpos considerados inferiores, num tempo em que a Igreja e o Estado promoviam atos de injustiças contra, por exemplo, as mulheres, consideradas feiticeiras, ou contra pobres chamados de “vagabundos agressivos desprovidos de terra e salário” (BENTO, 2002, p. 35). Para controlar o medo de tais grupos considerados uma coletividade ameaçadora acusada de “toda espécie de crimes e vícios”, legislações e políticas foram criadas para perseguir e condenar negros, mulheres, judeus, mendigos, todos tidos como “mensageiros de Satã” e, portanto, podiam ser queimados e violentados (*Ibidem*, p. 34).

O que está presente nas formas de pensamentos apresentadas que culminaram com a estigmatização de grupos e a perpetuação das desigualdades (*Ibidem*, p.35), é o poder que, até hoje, ainda instaura a repressão a partir de mecanismos como os que Foucault (1999) chama de táticas e de dispositivos que se estruturam por meio de técnicas, como a da disciplina, presentes na civilização ocidental. Trata-se de locais como as Instituições (escolas, hospitais, indústrias, hospícios, prisões e etc.) onde funcionavam técnicas de disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 1999).

Diante dessas discussões complexas, como podemos pensar as identidades no contexto da pós-modernidade levando em conta, portanto, as discontinuidades e as contingências desse “novo mundo” que não encontra mais explicações científicas suficientes para as dúvidas, as incertezas e inquietações que emergiram diante do capitalismo e das novas formas de conhecimento da ciência? Como podemos buscar segurança diante dos riscos que a modernidade trouxe junto as novas formas de conhecimento que, diferentes do mundo pré-moderno, cujo momento imperavam as razões da igreja, constituem uma nova ordem de “saber” e de “poder” que emergem na vida social?

Longe de responder os questionamentos feitos, propomos repensá-los a partir das identidades em termos de *identificação*, como nos propõe Stuart Hall (2014), pois concebemos a identidade como relacional e nunca como algo fixo. Isso implica compreender o fenômeno da identidade diante das possibilidades de *identificação*, ou seja, na relação com o outro, por meio das práticas discursivas em que as identidades são negociadas nos “momentos ativos do uso da linguagem” (SPINK, 2013, p. 26) a partir das nossas experiências. Nesses termos, os sujeitos são vistos como fluidos nunca determinados em um ponto fechado, porque o que existe é a contingência (WOODWARD, 2009, p. 54) que constrói diferentes sentidos marcando os sujeitos em práticas e em relações sociais hierárquicas que definem “quem é excluído e quem é incluído” (*Ibidem*, p. 14).

Assumimos para esta pesquisa o termo *identificação* por significar algo em processo, em devir; não se trata, portanto, de garantir a coerência interna dos sujeitos como se esses tivessem um núcleo ou uma identidade concebida no “tudo- ou- nada”, na qual a “identidade é garantida de antemão como algo pronto e acabado, podendo, portanto, ser tomada como questão pacífica” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 65). Essa última crítica se baseia na perspectiva racional da tradição presente no pensamento cartesiano, em que se acreditava na existência de um sujeito autônomo e senhor de si mesmo.

O “tudo-ou-nada” do pensamento influenciado pelo racionalismo, revela a imutabilidade presente no conceito de identidade cartesiano que se baseava, portanto, na premissa de que “Uma vez identificado como isso ou aquilo, o objeto jamais pode se transformar em algo diferente, a não ser superficialmente ou no que tange à sua aparência” (*Ibidem*, p. 65). Em outras palavras, um “homem heterossexual” jamais pode, por exemplo, assumir outra identidade que fuja dessa regra baseada em oposições binárias sobre o sexo.

Trata-se de pensar a suposta “aparência” das coisas como inalterável ou como essência, à medida que é dada e pré-existe ao sujeito social. Tal tese se baseia na ideia

presente na modernidade, cujo pensamento influenciado por Descartes, acredita no sujeito racional e adâmico, “ao redor do qual possa ser construído todo o aparato de um conhecimento seguro sobre o mundo” (*Ibidem*, p. 65). A segurança presente nas ideias dessa última tese advém, principalmente, do desejo ligado a nossa necessidade em desvelar as incertezas em torno da nossa identidade, ou seja, em compreender o que nos mantém vivos; compreender qual a definição de “homem”, entre outras dúvidas e incertezas que revelam, pois, o desejo de encontrar explicações que possam, por exemplo, “driblar a morte”. Dessa forma, as explicações sobre as identidades se baseavam nas ideias de entes singulares e imutáveis que vivem sua

[...] própria identidade, derradeira e inegociável. Qualquer desvio dessa norma, qualquer ente que fuja dessa regra- como um lobisomem ou vampiro- será imediatamente taxado de uma aberração da natureza, criatura teratológica. Da mesma forma que ninguém pode ser meio João e meio José, também não pode haver uma criatura meio homem e meio chimpanzé, ou uma criatura humana que possa ter nascido de ancestrais não inteiramente humanos (RAJAGOPALAN, 2006, p. 66).

A excessiva afeição pela essência revela o apego àquilo que pode ser definido em termos ontológicos, como forma abstrata presente no mundo das ideias, como algo genérico que possa ser descrito, portanto, em seus aspectos essenciais e não contingenciais. Isso porque as ideias ou as razões da mente estão livres das incertezas e dúvidas que escapam à racionalidade da mente a respeito, por exemplo, do que possa ser definido como “homem” ou “mulher”.

O pensamento moderno que afligia a metanarrativa⁵ dessa época, elimina as possibilidades de ser para deter-se à lógica do “ser pensante” supostamente íntegro, a partir de uma identidade “já garantida de antemão” (RAJAGOPALAN, 2006). Ao contrário desse pensamento, a pós-modernidade se caracteriza pelas formas não- essencialistas de pensar não apenas as identidades, mas também o sujeito e a própria linguagem como fenômenos marcados pela história e pelas contingências e não pela essência, como se a linguagem fosse algo “pronto e acabado (como queriam os teóricos do estruturalismo)” (*Ibidem*, p. 67).

Apesar da crítica ao essencialismo, não podemos como nos alerta Rajagopalan (2006), descartar a relevância e a força desse fenômeno que “ronda o nosso imaginário” formado por crenças como a do “evolucionismo” e a ideia de que o homem foi criado em toda

⁵ Trata-se de um termo utilizado para se referir às teorias que tem como base para suas formulações a ideia de “evolução”, como o darwinismo, ou seja, a suposta crença de que “o tempo linear seria a linha mestra na qual os acontecimentos se acomodariam sequencialmente, de tal modo que os eventos anteriores pudessem ser considerados como possíveis causas aos que os sucederam e os sucedem” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 71). Faz parte, portanto, de nossos impulsos teorizantes que tentam superar teorias passadas.

a sua perfeição, por um “Deus Todo Poderoso”, de modo pronto e acabado “consolando” as mentes que, apesar da morte, suas identidades permaneceriam duradouras.

Diante das problematizações feitas, faz-se fundamental, as discussões de Rajagopalan (2006) sobre os nossos impulsos teorizantes, fruto do possível desejo e necessidade de buscar explicações para tudo o que nos rodeia. Tal impulso teorizante parte não apenas das razões da mente, mas também das razões do coração ou do desejo ligado à curiosidade e a busca pelos “últimos segredos do mundo” (*Ibidem*, p.75).

A identidade entendida nos termos acima, isto é, como desejo, não se confunde com a igualdade, pois é pensada na diferença, já que é no/com o outro que nos identificamos, por meio da língua que também é constituída na atividade mesmo da relação com o outro (BAUMAN, 2004). Trata-se, de compreender a diferença como algo característico das

[...] sociedades da modernidade tardia [...] elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ - isto é, identidades- para os indivíduos (HALL, 2014, p. 16).

A identificação se dá na produção da visibilidade do outro a partir da diferença e, nesses termos, podemos falar em “política de identidade” que nasce de gestos políticos estratégicos que possuem caráter intervencionista. Dito de outra forma, são gestos que fazem parte do desejo de auto- identificação, como, por exemplo, das estratégias de lutas presentes nos movimentos negros, que reafirmam suas identidades no modo como se vestem, comem, cantam , dançam, entre outras formas de agir culturalmente e politicamente no dia a dia (MUNIZ, 2010). Além disso, as estratégias de auto-identificação são possíveis por meio da linguagem e do processo de nomeação de pessoas que são classificadas ou se classificam como

[...] ‘negro’, ‘mulato’, ‘negrinho’, entre tantos outros nomes, não significa apenas amenizar ou acentuar estigmas historicamente construídos, mas antes de tudo tratam-se de estratégias políticas mobilizadas para atingir determinados fins (MUNIZ, 2010, p. 120).

Nomear, no sentido citado acima, invoca a necessidade política que temos em explicar o mundo e nomear as pessoas e as coisas que vivem nele; a questão central é que, no ato de nomear “está pressuposta a noção de classificação que é tão cara ao pensamento eurocêntrico ocidental” (MUNIZ, 2010, p. 104). Nessa perspectiva, a linguagem assume duplo sentido, ou seja, “ao mesmo tempo em que confere, que possibilita uma existência também a ameaça”. (*Ibidem*, p. 104).

Butler (1997) traz uma complexa discussão a respeito desse duplo efeito da linguagem, ao argumentar que o ato de nomear é uma das primeiras formas de injúria linguística que aprendemos. Tais formas de injúrias como, por exemplo, proferir a um bebê que acaba de nascer, o enunciado “é uma menina!”, surge para fixar ou paralisar tal sujeito, ao mesmo tempo em que traz esse sujeito para ação possibilitando a sua existência no mundo.

A partir dos argumentos acima, faz-se necessário repensarmos os discursos que nos rodeiam, principalmente, o discurso científico que faz parte não só do espaço institucional que compõe o interesse desta pesquisa, isto é, a universidade, mas, de forma mais ampla, dos próprios discursos científicos que utilizamos para dar conta das nossas pesquisas. Isso, porque os discursos agem podendo naturalizar determinadas ideias e posições identitárias reproduzindo a historicidade que as nomeações carregam (BUTLER, 1997), ao mesmo tempo em que pode nos emancipar ao contestar tais posições naturalizadas que ditam modos de comportamentos sociais como verdadeiros.

Os estereótipos são exemplos de tais posições naturalizadas pelos discursos científicos, à medida que definem as identidades das pessoas a partir de pré-conceitos ou simulacros, como se os indivíduos tivessem uma identidade “anterior e fora da língua” (MUNIZ, 2010, p. 111). Ao contrário desse modo de pensar, as identidades, assim como a linguagem são *performativas* e os atos de fala são políticos, porque nem a linguagem nem os sentidos são fixos e, os sujeitos se constroem na e através da língua.

Postulamos para esta pesquisa uma concepção de discurso vista como prática social que não se restringe à língua e a sua relação com a ideologia, já que os discursos assumem várias formas de ação no mundo social e, portanto, são pensados numa discussão mais ampla que envolve a complexidade das identidades em suas relações de poder presentes, sobretudo, no espaço acadêmico.

Diante do exposto, questionar o lugar da ciência e dos discursos científicos que nos recapitulam, faz-se de extrema urgência para assumirmos um fazer científico político e ético que seja questionado e não aceito como único e verdadeiro. Isso, “para que não nos acomodemos com soluções rápidas e fáceis tão frequentes em nosso cotidiano, principalmente no cotidiano acadêmico” (MUNIZ, 2010, p. 100).

A ciência parte de conceitos que são fabricados pelo homem, concebidos pela linguagem, nas práticas sociais em que vivemos e, nesse sentido, a ciência não pode ser pensada desvinculada da sociedade. Pensar ao contrário dessa última afirmação implica, conforme argumenta Muniz (2010):

[...] sentar em frente a um computador e começar a escrever e, o pesquisador esquecesse que, até segundos atrás, estava envolvido em alguma prática social na qual o uso da linguagem estivesse intrinsecamente relacionado a essa prática (MUNIZ, 2010, p. 113).

São várias as referências que podemos trazer aqui para ressaltar a forma política de fazer pesquisa, segundo a qual esta dissertação procura se engajar, como, por exemplo, a perspectiva epistemológica de Santos (2010). O autor nos provoca a repensar a tradicional distinção entre ciências naturais e ciências sociais apostando num conhecimento que tome como paradigma de referência o sujeito enquanto autor do mundo, compreendido como centro do conhecimento (*Ibidem*, p. 72).

A concepção humanística de ciência percorre toda esta dissertação procurando questionar a ciência moderna que persiste em excluir tudo aquilo que faz parte do conhecimento do senso comum, da linguagem ordinária, do cotidiano e, assim, procurando reabilitar o sujeito como aquele que intervém de forma política na vida cotidiana.

1.3 Colonialidade, identidades e ciência: entre o local e o global

Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do “real” (MIGNOLO, 2009, p. 291).

Esta parte da dissertação empreende esforços para pensar a participação e o lugar da perspectiva de gênero e de raça na ciência. Para tal, nos apoiamos em algumas autoras e autores (CITELI, 2000; CONNELL, 2012; DONA HARAWAY, 1995; MIGNOLO, 2009, 2014; RAGO, 1948; PINTO, 2002, 2007; CABRAL, 2006) buscando trazer uma discussão que se atenha à colonialidade e à ciência, sem se esquecer do lugar da branquitude articulada a esses aspectos.

Os argumentos que se seguem estão mais centrados sobre o gênero e a ciência, sem se esquecer que a raça, assim como o gênero, exerce efeitos que modelam o que entendemos por “mulher”, “homem”, ciência e etc.

Parte dos trabalhos que se reportam aos estudos sobre mulheres e ciência, no início dos anos 70 e dos anos 80, apontam para a invisibilidade das mulheres nesse campo,

mulheres que foram ignoradas ao longo da história pelos discursos tradicionais da ciência que as impuseram barreiras de ascensão no campo científico.

Não é objetivo desta parte recuperar as histórias e barreiras que conduziram às diversas situações de exclusão das mulheres nas carreiras científicas em diversas áreas, entretanto, para provocar o assunto, cito exemplos presentes na atual pesquisa⁶ divulgada pela Organização não Governamental, Geledés, cujo estudo revela que em contextos estrangeiros, como, por exemplo, em Dubai, as mulheres são proibidas de trabalhar como garçonetes em bares; na Rússia, elas são proibidas de dirigir caminhões de agricultura ou controlar a velocidade de vagões de trens; os franceses proíbem suas mulheres de carregarem cargas superiores a 25 quilos e, na Argentina, as mulheres são proibidas de trabalhar com a destilação de álcool ou na produção de licores. A lista presente na pesquisa continua e, além do preconceito de gênero em cargos como os apontados, as mulheres sofrem também com a invisibilidade do *status* delas nas ciências e com o nível salarial desigual em relação aos homens.

As entrevistadas demonstraram, em suas falas, o quanto nós mulheres ainda estamos imersas nos projetos ocidentais, brancos e masculinos do conhecimento. Algumas das entrevistadas não rechaçam os estereótipos femininos, a exemplo da entrevistada Alice, ao argumentar que a questão do gênero não influencia nas posições que ela assumiu e assume na sua carreira profissional, assim como a sua raça que também é negada em termos práticos, como se a identidade racial branca fosse oculta⁷. Entretanto, ao contrário do que ela diz, sublinho que há revistas científicas, *sites*, *blogs*, páginas e organizações de pesquisas que mostram que as mulheres ainda enfrentam dificuldades na inclusão em carreiras científicas, sobretudo, quando se trata das mulheres negras.

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p. 15).

O problema da insegurança de *status* está relacionada à visão tradicional de ciência que se vincula à natureza e às perspectivas de gênero ligadas ao sexo e às perspectivas de raça ligada à biologia. É como se a ciência fosse incontestável e se apresentasse como única possibilidade de verdade, ignorando que a ciência está “casada com a cultura (ou

⁶ Disponível em: <<http://goo.gl/p4uLvh>> Acesso em: 27 dez. 2015.

⁷ Essa questão será evidenciada, mais à frente, na análise dos dados das falas das entrevistadas.

interesses)” políticos e econômicos concedendo um estatuto privilegiado da objetividade na ciência (CITELLI, 2000). A objetividade, dentro de tal perspectiva, não permite pensar a relação entre corpos e linguagem contestando doutrinas de objetividade científica “descorporificadas” que ameaçam a subjetividade e a “atuação histórica coletiva” de “projetos científicos feministas” (HARAWAY, 1995).

Haraway (1995), nos provoca a pensar a objetividade da ciência numa perspectiva que seja corporificada e feminista, em que os saberes são localizados e não universais como quer o conhecimento canônico e tradicional. Tal pensamento critica a posição das epistemologias do conhecimento científico de lugares não marcados do Homem e do Branco centrados em divisões binárias, como, por exemplo, sujeito/objeto, natureza/cultura, entre outras perspectivas de conhecimentos não localizáveis e, por isso, tidas como irresponsáveis.

As divisões apontadas buscam separar o conhecimento da subjetividade e, ao contrário de tal paradigma epistemológico, a questão da ciência deve pautar-se numa perspectiva que implica posicionar-se e responsabilizar-se pelo conhecimento que se torna vigente e racional. Assim, “a ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada” (HARAWAY, 1995, p. 33), evitando a dominação inscrita nos pares binários como natureza/cultura e a distinção sexo/gênero gerada a partir da divisão do par anterior. Do par natureza/cultura é possível apreender que a ciência tem papel neutro e objetivo, além de ser definida como entidade que se aproxima do natural e se separa do cultural ou do social.

É como se dissesse que na essência mulheres e homens são diferentes e o produto dos seus fazeres científicos e tecnológicos também o serão. O essencialismo não resolve o problema pensar/sentir, razão/emoção, pelo contrário, assevera-o. As dicotomias alimentam razões desiguais de poder. O conhecimento se produz nas inter-relações de poder entre sujeito e objeto (CABRAL, 2006, p. 32).

É importante destacar, como bem aponta Löwy (2000) que

[...] o acesso mais amplo das mulheres à pesquisa científica, a influência do feminismo e dos estudos de gênero e de raça tiveram como resultado recente a modificação da percepção científica do natural, masculino ou feminino (LÖWY, 2000, p. 24).

Apesar das recentes conquistas e da presença também recente das mulheres no mundo científico, os “porta-vozes autorizados” da comunidade científica, como aponta a autora, são ainda, geralmente, do sexo masculino e branco. Tal posicionamento implica que a

[...] exclusão do feminino da ciência tem sido historicamente constitutiva de uma peculiar definição de ciência- como indiscutivelmente objetiva, universal, impessoal e masculina-, uma definição que serve simultaneamente para demarcar masculino de feminino, ciência de não- ciência e, até mesmo, boa ciência de má ciência (CITELI, 2000, p. 68).

Na perspectiva dos saberes locais e situados (HARAWAY, 1995), o conhecimento inscrito nas redes situadas de interação “são produzidos por indivíduos que tomam posição por um certo mundo e recusam outros” (LÖWY, 2000, p. 37) negando o totalitarismo de uma visão única. Nessa perspectiva,

Uma ‘ciência situada’ pode abrir caminho para uma outra definição de objetividade e de universalidade- definição que inclui a paixão, a crítica, a contestação a solidariedade e a responsabilidade (LÖWY, 2000, p. 38).

Tanto a perspectiva de Löwy quanto a perspectiva de Donna Haraway, não excluem o objetivismo do conhecimento científico, pelo contrário, chamam a atenção para outro tipo de objetividade que reconheça a subjetividade. Portanto, trata-se de visões que vão contra a divisão mente/corpo.

Conceber uma objetividade corporificada não significa excluir argumentos racionais, mas sim compreender que a ciência é um jogo que abriga “conhecimento fabricado por alguém” para um caminho desejado de “poder bem objetivo” (HARAWAY, 1995). Para tal, faz-se necessário assumir uma visão objetiva que abre e não fecha a responsabilidade pela geração das tecnologias, do conhecimento e de todas as práticas científicas situadas abertas às conexões inesperadas do conhecimento local. Desse modo, o que tradicionalmente tem vigência deve ser repensado a fim de propor reflexões que visem “a construção social de todas as formas de conhecimento” (*Ibidem*, p. 8).

Ao reivindicarmos uma perspectiva local e parcial do conhecimento, tal posicionamento implica fazer menção à situacionalidade que diz respeito não apenas aos valores sociais da “produção do conhecimento” (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009), mas, sobretudo, ao “lugar da enunciação, isto é, localização étnica, sexual, racial, de classe e de gênero do sujeito que enuncia” (*Ibidem*, p. 227). T

Trata-se de localizar o sujeito na sua estreita relação com a produção do conhecimento e das estruturas de um poder que é ideológico e se manifesta de diversas formas nas sociedades cada vez mais pluralistas, se difundindo através dos intelectuais que, por meio da palavra, expressam suas ideias, induzindo aqueles/as que as escutam, à agirem e se comportarem fazendo determinadas escolhas. São intelectuais que se fazem ouvir e se

reproduzir de forma negativa, fechados à torre de marfim num embate apenas com os semelhantes (BOBBIO, 1997, p. 14).

É importante ressaltar que para emprendermos a tarefa de falar sobre uma possível epistemologia feminina e racial, é necessário pensarmos em um conhecimento que não despreze o contexto social e os sujeitos. Para tal, é necessário levarmos em consideração as conexões entre conhecimento e poder diferentemente da noção tradicional de ciência vista como neutra e objetiva em que a neutralidade, como argumenta Cabral (2006), se confunde com passividade política e ética.

A ciência, pensada como um empreendimento autônomo, objetivo, neutro e baseado em explicações de um código de racionalidade alheio a qualquer tipo de interferência externa, pouco se importa com a presença do sujeito e principalmente, do sujeito feminino. Aqui, voltamos à visão bipolar da ciência tradicional que potencializa o masculino e o branco ao denominar a ciência como masculina e branca associando-a às características masculinas (CABRAL, 2006, p. 36). O problema de tal pensamento está nas relações de poder imbricadas na divisão dos sujeitos em masculino e feminino, branco/negro, centro/margem, porque, por exemplo, o feminino ao ser dicotomizado em relação ao masculino, é historicamente construído como inferior. Daí, a importância e necessidade de pensarmos o gênero e a raça na ciência, para que não se alheie e se exclua o sujeito feminino e não branco do conhecimento (CABRAL, 2006). Para melhor compreensão do que estamos dizendo, eis os argumentos de Rago (1948):

[...] quando se opera um projeto feminista de ciência, com um maior acesso das mulheres à pesquisa científica, ocorre, concomitantemente, uma crítica ao modo dominante de produção do conhecimento científico (MIGNOLO, 2004), com propostas alternativas de operação e articulação dessa produção (RAGO, 1948 *apud* PINTO; BADAN, 2012).

As visões pouco críticas das mulheres entrevistadas em relação à construção e produção do conhecimento científico que se produz na academia se liga, como argumenta Cabral (2006), a uma “compreensão ingênua de que essas atividades são realizadas por um sujeito pretensamente neutro” (*Ibidem*, p. 23).

As visões de algumas das entrevistadas revelam ainda, a forma pouco acostuada da presença do gênero e da raça no território da ciência e da tecnologia, conforme as análises realizadas. No dizer de Alice, a ciência praticamente não contém qualquer questão de gênero, masculino ou feminino e, apesar de sua experiência em congressos comprovar a quase

ausência de mulheres na área de Administração, isso tem a ver com as afinidades das áreas entre homens e mulheres, ou seja, ela não faz uma associação aprofundada entre gênero e ciência ou entre raça e ciência, reduzindo, dessa forma, o lugar da mulher na comunidade científica, às meras afinidades e interesses entre as áreas do conhecimento.

A visão pouco aprofundada do lugar da branquitude na ciência, presente nos discursos das entrevistadas, demonstra o quanto a raça é vista como um assunto de menor importância resistindo ao social para se fixar aos projetos do norte que estabelecem formas padronizadas de ser, sem se confrontar com a colonialidade que age de forma violenta ao se fazer ouvir apenas um tipo de voz, a saber, a branca e masculina.

Nesse sentido, o colonialismo estabeleceu novas formas de realidades sociais dominando espaços, reformando “as mentes dos nativos” e integrando “as economias locais ao capitalismo global” (CONNELL, 2012, p. 12). Além disso, estruturas de gênero, de raça, de classe e etc, são criadas, bem como novas formas de pensamento que se localizam na fronteira entre a academia e o ativismo livre do pensamento hegemônico do mundo colonizado.

Os movimentos sociais mostraram-se fundamentais para sobreviver ao impacto do colonialismo na vida, por exemplo, das mulheres, agindo de forma coletiva. Dessa forma, o encontro entre a periferia e o centro colonial se torna intenso no mundo globalizado onde as identidades são intensamente confrontadas e questionadas pela pluralização de culturas produzidas na era da pós-modernidade (HALL, 2014), caracterizando as identidades de forma “trans-histórias” (*Ibidem*), ou seja, a

Globalização tem efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas (HALL, 2014, p. 51).

Ao tomar como base a problemática da identificação do autor acima, não podemos deixar de lado a complexidade relacionada à identidade racial branca opressora e a reprodução do saber hegemônico que constrói e defende que tal raça é universal, tomando como característica para si, a ideia de superioridade em relação às demais raças e, dessa forma, propagando formas de racismo (CARDOSO, 2010).

A discussão acima, tem a ver com as problematizações pós-coloniais presentes, por exemplo, em Mignolo (2009) que se baseia na opção descolonial para problematizar a formação histórica da matriz colonial do poder que faz do conhecimento o instrumento de controle fundamental das esferas ligadas à economia, à subjetividade, ao gênero, à

sexualidade, entre outras esferas que “mantém e reproduzem subjetividades e conhecimentos mantidos por um tipo de economia que alimenta as instituições, os argumentos e os consumidores”⁸ (MIGNOLO, 2009, p. 254, tradução nossa).

A visão descolonial, de forma geral, caminha em direção à quebra epistemológica do pensamento ocidental que visa normatizar e disciplinar aqueles que são considerados como os “anormais” e que estão fora das identidades que ocupam o centro das metrópoles. Tal quebra epistemológica é necessária para romper com o pensamento moderno e eurocentrado que nos acostumou a ler a realidade apenas de uma forma, monopolizando a diversidade do mundo. Assim, a opção descolonial de Mignolo (2009) possibilita tal quebra, uma vez que se trata de uma ideia que entende como um “pensamento que surge da experiência de morar na exterioridade, nas fronteiras criadas pela expansão da Europa e na diversidade (linguística, religiosa, social, subjetiva, econômica, política) do mundo” (MIGNOLO, 2009, p. 255, tradução nossa) sobrevive⁹.

É necessário, portanto, refletir sobre a descolonização do saber e do ser, das formas de pensar e de viver que se encontram nos limites da fronteira territorial, numa divisão social e cultural, como a de povos imigrantes considerados subalternos. Tal ideia conduz à tentativa de quebra do pensamento colonial, em que o homem é o dominante e as demais identidades, como a da mulher, é subalternizada existindo à margem do centro de enunciação dos locais hegemônicos, como da universidade onde tais vozes não encontram representantes. Em tais locais pessoas são obrigadas a aceitar uma única forma de pensamento como legítimo abrindo mão de suas culturas, suas línguas, suas formas de pensar em detrimento de uma única voz que é ouvida e se faz ouvir, a saber, a branca e masculina que diminui “a experiência consciente do self interno” das identidades (ANZALDUÁ, 2009, p. 314).

A raça e o gênero, portanto, são fatores que podem fundamentar um pensamento que seja descolonial, à medida que permitem “imaginar um mundo no qual muitos mundos podem co-existir” (MIGNOLO, 2008, p. 296), na fronteira de uma opção epistêmica que permite pensar em uma política de identidade que contribui para “tornar visível” (*Ibidem*) as identidades escondidas sob os privilégios da branquitude e da acumulação de poder e de conhecimento ocidental.

⁸ “[...] para la poción decolonial el problema es la descolonización del saber y del ser: saberes que mantienen y reproducen subjetividades y conocimientos y que son mantenidos por un tipo de economía que alimenta las instituciones, los argumentos y los consumidores.” (MIGNOLO, 2009, p. 254).

⁹ “La opción decolonial es un pensamiento que surge de La experiencia de morar em la exterioridad, em las fronteras creadas por La expansión de Europa em la diversidad (linguística, religiosa, social, subjetiva, econômica, política) Del mundo.” (MIGNOLO, 2009, p. 255).

As ideias pós-coloniais defendidas aqui, buscam problematizar o gênero e a raça, sobretudo, em espaços normativos como o da academia, visando à mudança e a descolonização do saber de forma política, ou seja, “não-racista, não heterossexualmente patriarcal” e que inclua de fato, a miscigenação e o hibridismo, em um processo ou, como provoca Bhabha (2013), *in between*. Em outras palavras, esta pesquisa investe esforços para refletir sobre o espaço aberto pela diferença e pela identificação das identidades produzidas na/pela linguagem.

CAPÍTULO 2

2.1 Identidades, linguagem e corpo

A identidade de um indivíduo se constroi na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo (RAJAGOPALAN, 1998, p. 42).

Quando nos arriscamos adentrar o campo “movediço” das identidades de raça e de gênero, não podemos esquecer que estamos propondo discutir a presença dessas identidades no espaço controverso da “torre de marfim” que é a academia, cujo domínio científico também deve ser questionado. Nesse sentido, trago as provocações de Rajagopalan (2006) e suas problematizações sobre os pares natureza/cultura enquanto dicotomias que permitem falar em “descobrimento/invenção” de algo que ainda está “virgem e intocado, apto para ser descoberto” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 77).

Trata-se, de modo geral, do momento em que criamos tais dicotomias, assim como criamos ou inventamos crenças para nos permitir dar sentido a nossas vidas e satisfazer nossas incertezas e curiosidades humanas. O autor diz que criamos tais dicotomias para garantirmos nossa sobrevivência, já que elas fazem parte das escolhas que fazemos daquilo que acreditamos ou daquilo que nos convém acreditar e, por isso, falar em escolhas políticas.

Rajagopalan (2006) chama atenção para a ideia de que a própria natureza é um artefato humano e, portanto, não é possível apreendermos um sentido pleno da realidade, pois ela é mediada pela linguagem, assim como a própria natureza é um artefato cultural. Tal discussão complexa é importante para nós, porque quando pensamos nas identidades de gênero e de raça, os binarismos que caracterizam tais identidades em visões estanques e essencializadas a partir de estereótipos, caem por terra, já que, no limite, a própria natureza é criada pelo ser humano.

As dicotomias como negro/branco, homossexual/ heterossexual, periferia/centro, sexo/gênero, pobre/rico, entre outras, vistas dentro do poder hegemônico, servem para hierarquizar e instituir as pessoas em lugares fixos, assim como a própria ideia de raça e,

disso, a necessidade de entendermos os deslocamentos que o termo essencialismo assume em diferentes contextos. Entretanto, é preciso tomar cuidado quando falamos em “essencialismos das identidades” (MUNIZ, 2009), pois há contextos, como nos movimentos sociais negros, que o essencialismo assume um sentido diferente daquele estritamente ligado à biologia, passando a assumir um sentido político e estratégico.

O par dicotômico gênero/sexo, nas discussões feministas da década de 80, era visto como representação de categorias opostas. Apesar disso, de modo diferente, no contexto contemporâneo, de teóricas feministas como (2003), tal oposição entre os termos, deixa de existir, porque “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (, 2003, p. 25). Essa última autora, inspirada na psicanálise e em autores/as como Foucault, Derrida, Austin, entre outros/as, argumenta sobre as questões de gênero alertando para a sua construção histórica e cultural, recusando o essencialismo da identidade feminina. Nesse sentido, para a autora

[...] o recurso a uma feminidade original ou genuína é um ideal nostálgico e provinciano que rejeita a demanda contemporânea de formular uma abordagem do gênero como uma construção cultural complexa (, 2003, p. 65).

Tal trecho assinala a recusa às essencialidades das identidades sejam elas de gênero, de raça ou outras, pois, como já dissemos, a constituição dos sujeitos se dá no e pelo discurso e, portanto, ser “homem”, “mulher”, “macho”, “fêmea”, “negro” ou “branco”, não é algo substantivo, pelo contrário, é algo normativo, cultural, social e, sobretudo, *performativo*, como aponta Butler (2003), já que o discurso é uma forma de “ação sobre o mundo” e também uma “arena de lutas” (FAIRCLOUGH, 2001). Além disso, o gênero expressa o desejo de “tornar-se” algo; é, por conseguinte, uma construção social, reiterada, *performativamente* pelos discursos presentes nas práticas sociais, sobretudo, pelos discursos de poder. O significante “tornar-se”, nesse sentido, chama a atenção não apenas para o processo histórico, social e cultural que faz de alguém “homem”, “mulher”, “heterossexual”, “homossexual” e etc, pela *performatividade*, mas também remete às identidades impostas que nos tornam isso ou aquilo, à medida que as identidades estão socialmente disponíveis, isto é, à medida que nossos corpos se conformam às classificações inventadas.

A perturbadora afirmação de Butler (2003), ao problematizar a ideia de Beauvoir, de que nós não nascemos mulher, mas sim nos tornamos mulher, corrobora o que acabamos de argumentar, ou seja, não há nada que garanta a suposta afirmação de que existe um “ser” ou uma “substância” que torna toda mulher uma fêmea. Em outras palavras, não há nada que justifique a relação estreita e direta que se estabelece entre o sexo e o gênero, entre a

morfologia e os atos de fala que se organizam em torno do corpo das pessoas, mesmo porque, as anatomias são projeções de classificações e identificações complexas (PINTO, 2007). A identidade, nessa perspectiva, é *performativamente* constituída, uma vez que não existe um fazedor pré-existente e determinado ao discurso. Butler (2003), ao se apoiar em Beauvoir, defende a ideia da autora de que

[...] ninguém nasce mulher e sim torna-se mulher [...] mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria ‘cristalização’ é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios **sociais**. (BUTLER, 2003, p. 59, grifo nosso).

Nesse sentido, o gênero não é uma substância, “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (*Ibidem*, p.29). A identidade é efeito de um “agir reiterado”; o gênero é **um efeito** (grifo da autora) dessa ação repetida no tempo, produzindo a “aparência de algo que esteve ali o tempo todo” (BUTLER, 2003, *apud* SALIH, 2013, p. 94).

Pinto (2007) promove uma instigante discussão sobre os sentidos disseminados pela palavra “‘corpo’”, explorando o pensamento de Butler e de Austin, ao iniciar seu artigo¹⁰ fazendo os seguintes questionamentos: “a linguagem faz o corpo?” ou, ainda, “o que é o masculino/ o que é o feminino?”. A autora prossegue seu raciocínio argumentando que nas relações discursivas de trocas cotidianas, emergem expressões convencionalmente chamadas de *representações de gênero*, surgindo enunciados do tipo: “Fale como homem, rapaz!” ou, “Comporte-se como uma menina!” (PINTO, 2007). Tais enunciados remetem às representações sociais do feminino e do masculino que nada têm a ver com a anatomia dos sexos, pelo contrário, “a anatomia é mais um argumento naturalizante do que um fundamento das assim chamadas divisões sexuais de trabalho” (*Ibidem*, p. 3).

O gênero estaria submetido à “divisão sexual do trabalho” imposta à mulher pela sociedade machista e pelas posições históricas que a mulher ocupou ao longo do tempo. Em seguida, a autora diz que a anatomia é organizada em torno de “atos de fala” e que, por isso, “gênero é uma estilização do corpo” (*Ibidem*, p.3).

As autoras, Hall e Livia (2010) também repensam as ideias austinianas sob a perspectiva dos gêneros. Nesse sentido, a ideia *performativa* presente em elocuições como as

¹⁰ PINTO, Joana. Conexões Teóricas entre Performatividade, Corpo e Identidades. *In: D.E.L.T.A.*, 23:1, 2007 (1-26).

citadas acima, são prescrições direcionadas a um “gênero apropriado em cada ato culturalmente percebido” que uma “menina” ou um “menino” realiza, “desde a maneira como penteia seu cabelo até a maneira como caminha, fala ou sorri” (HALL; LIVIA, 2010, p. 122).

Dos comportamentos culturais mencionados, pode-se compreender o termo “estilização” como reiteração do gênero que se dá no momento em que ao ser reiterado ou “repetido” no tempo, convencionam práticas e “comportamentos sociais” advindos das “normas sociais rígidas” presentes na sociedade. Trata-se ainda, de entender pronunciamentos como “é uma menina!” a partir da “força de citação” de tais atos *performativos* que invocam ou agem tornando alguém “uma menina” e, nesse sentido, “é o discurso que produz falantes, e não o contrário”, porque o *performativo* só emerge a partir das “normas vinculadas ao gênero” (*Ibidem*, p. 122). Embora haja tal “repetição” e marcação do gênero de acordo com tais normas presentes nas sociedades, é importante focar a possibilidade de movimento e mudança de tal situação, uma vez que entendemos as identidades como *performativas* e, portanto, os sujeitos podem agir e deslocar suas identidades ocupando outras posições sociais que não são, necessariamente, aquelas impostas pelas estruturas de poder.

As discussões acima remetem a ideia da “visada a olho nu” a que Pinto (2007) se refere, ao tomar como base as análises que Derrida faz de Nietzsche. A “visada a olho nu” revela o “binário do corpo” que é anteriormente marcado no próprio corpo definindo os sujeitos que são significados em atos como “é menino ou é menina?”. O “binário”, como argumenta Pinto (2007), deve ser garantido num processo que vai da “visada a olho nu”, até, se necessário, como em casos de hermafroditismo, ao mapeamento genético da anatomia do corpo (*Ibidem*, p. 22). Assim, a única possibilidade do sujeito se limita à binaridade do sexo, a qual garante, pois, a heterossexualidade compulsória.

As representações naturalizantes do “ser homem” ou “mulher”, assinalam o modo como as identidades de gênero existem, ou seja, estão sempre privadas de referente ou significado, esperando serem lembradas ou reiteradas pelos atos de fala. Em outras palavras, a relação entre corpo e linguagem se dá de modo que o ato de fala precisa do agir do corpo que reitera um enunciado performativo, executando-o em sua “materialidade plena-sonora e corporal” (PINTO, 2002, p. 87).

Como argumentamos, os atos de fala estão socialmente e culturalmente disponíveis e naturalizam argumentos binários sobre as identidades. Nesse contexto, a autora afirma que gênero, mais do que pré-definir os corpos, está implicado em “relações de poder, controle e dominação”, ou seja, trata-se do “controle intencional das identidades inteligíveis que escapa

ao sujeito, ao mesmo tempo em que implica suas possibilidades ritualizadas de existência”, logo, a própria *performatividade* (PINTO, 2007, p. 25).

As discussões empreendidas esperam contribuir para a reflexão sobre o modo como as identidades são construídas, mais especificamente, as identidades da mulher branca e, de modo geral, compreender como essas identidades se estruturam na sociedade como um todo. Isso significa que as identidades são moldadas historicamente por discursos que se ressignificam no momento em que os atos de fala são ritualizados, durante as interações entre os sujeitos, portanto, não se trata de identidades únicas e essenciais, mas sim de identidades situadas que se relacionam com outras marcações repetidas das identidades dos falantes.

2.1.1 O uso do conceito raça como realidade social e política: relações de dominação e de exclusão

O termo raça será debatido nesta seção, também com base na noção de *performativo*, no sentido de que a raça, assim como o gênero, deve ser pensada em termos de cultura e não de natureza. Entendida como construção social (FIGUEIREDO, 2004; MUNANGA, 2004, 2004; GUIMARÃES, 2002, 2008; GUIMARÃES, 2008), a raça age e estrutura formas de desigualdades raciais entre brancos e negros, na sociedade.

Ao pensar o termo “raça”, cabe colocá-lo entre aspas por se tratar de um conceito entendido como construção social pensando em dois sentidos possíveis para tal emprego (GUIMARÃES, 2002, p. 49). O primeiro deles está relacionado ao discurso científico do termo raça visto a partir da ideia biológica que “prova” que os homens brancos são superiores estabelecendo a “crença na superioridade intrínseca ou natural de um grupo racial sobre os demais” (DIJK, 2008, p. 74). Tal ideia é herdeira das volumosas publicações de estudos científicos do século passado e do desenvolvimento da ciência nesse período, marcado pela colonização e pela escravização de povos africanos. O segundo, diz respeito à ideia de “raça” ligada ao discurso social, ou seja, entendida como categoria analítica¹¹ que destaca as discriminações e desigualdades presentes nas práticas racistas da sociedade. Nesse último sentido, “‘raça’ tem existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto, somente no mundo social pode ter realidade plena” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

¹¹ “Usar a palavra ‘raça’ de um modo analítico, para compreender o significado de certas classificações sociais e de certas orientações de ação informadas pela ideia de raça.” (GUIMARÃES, 2002, p. 53).

Negamos, como Guimarães (2002) nos propõe, a ideia de “raça” como biológica que constroeu discursos opressivos de diferenças raciais e sexuais que se tornam em desigualdades e, defendemos, portanto, o uso do termo como categoria analítica, compreendendo o racismo como estruturante das relações sociais. Esse último sentido do termo raça, nos possibilita a sua recontextualização por meio da linguagem, trazendo novos sentidos e novas formas afirmativas de existir. Portanto, “raça” é entendida como conceito discursivo, político e social (MUNIZ, 2009, p. 108).

É interessante notar que no Brasil, o termo raça permaneceu em silêncio no período de 1930 aos anos de 1970, sendo abolida dos discursos “erudito e popular”. No entanto, a luta constante dos movimentos negros ressignificou o uso do termo para combater práticas racistas atribuindo à raça que se define como branca, a responsabilidade por tais atos discriminatórios que, até então, não eram reconhecidas como discriminações motivadas por preconceitos raciais, pois havia e ainda há, em certa medida, o silêncio que nega as discriminações raciais. As consequências de tal silêncio contribuem para a formação de uma ideia de mestiçagem aplicada ao que é ser “brasileiro”, além disso, naturaliza e universaliza a representação discursiva do branco como “norma de humanidade” (DIJK, 2008, p. 82).

Apesar do foco desta pesquisa ser sobre as categorias analíticas de gênero e de raça, não podemos esquecer que as identidades são relacionais e, por isso, as identidades são atravessadas por outras identidades, de classe, sexo, religião, etnias, idade e etc. Diante dessa complexidade, o termo identidade não quer dizer uma única coisa, pois ela é como um processo que passa pelos discursos e, portanto, “não é algo fixo estático e acabado” (MUNANGA, 2012, p. 7).

É importante para este estudo, que as categorias de gênero e raça estejam articuladas, já que vivemos em uma sociedade pluricultural e racista, onde o poder opera articulado com várias formas de opressão. Nessa perspectiva, as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, exigem a superação de ideologias que atuam de formas complementares nesse sistema de opressão, como é o caso do racismo e do sexismo.

É preciso aprofundar a crítica que Carneiro (2011) faz aos movimentos feministas, chamando a atenção para as diferentes desigualdades geradas pelo sistema de opressão hegemônico, na vida de mulheres brancas e negras. A feminista negra diz que as lutas, dentro do movimento feminista brasileiro, devem ter uma agenda específica que contemple as desigualdades de gênero e de raça, sobretudo, da identidade da mulher negra, refutando a identidade branca e ocidental clássica feminista que diante do sistema de opressão, possui

privilégios. Nesse contexto, faz-se necessário os estudos da *branquitude* para esta pesquisa, a fim de questionar os privilégios de brancos e brancas e as diferentes formas como os eixos de opressão recaem sobre as identidades, sem ignorar os diferentes impactos do racismo para mulheres negras e brancas.

Tendo em vista as discussões anteriores sobre o conceito de raça enquanto categoria de análise discursiva, política e social, cabe identificar o surgimento junto a esse último conceito, do racismo e o “estatuto de superioridade” que tal herança da escravidão confere às pessoas brancas. Nesse sentido, concordamos com Carneiro (2011), ao dizer que

[...] racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2011, p. 129).

Ao apontar tal divisão na luta dos movimentos feministas, Sueli Carneiro (2009, 2011), destaca a necessidade de haver, dentro do movimento, políticas que considerem não apenas a opressão de gênero, mas também a opressão de raça que recai de modos diferentes nos corpos das mulheres brancas e das mulheres negras.

A ideia discutida acima, sobre a invisibilidade da *branquitude*, contribui para questionarmos o seu lugar hegemônico dentro dos movimentos feministas. Isso não significa que tais lutas devam ser entendidas como opostas, pelo contrário, trata-se de compreender as identidades sociais e os eixos de diferenciação, como, por exemplo, de gênero e de raça, enquanto categorias que hierarquizam as posições sociais das mulheres de formas diferentes.

Quando propomos compreender as categorias de gênero e de raça de maneira articulada, tentaremos mostrá-las investindo em noções de identidades, uma vez que nos interessa também refletir sobre as posições sociais que as pessoas ocupam durante as relações cotidianas entendendo como os eixos de diferenciação podem influenciar na constituição das identidades. Para tal, é fundamental considerar a dimensão do conceito de raça, levando em conta, portanto, o “status ocupado pelas pessoas brancas” (LABORNE, 2014, p. 150) e a hierarquia racial advinda de tais posições privilegiadas.

Para entender melhor sobre “hierarquia racial”, cabe discutir, brevemente, a operacionalização do termo raça usado para classificar e hierarquizar as pessoas, culminando com a lógica do racismo. Para Munanga (2004), a raça é entendida não como “realidade biológica”, pois trata-se, nesse último sentido do termo, de compreender a raça como “um

conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biologicamente e cientificamente, as raças não existem” (*Ibidem*, p.5).

Munanga, em outro artigo¹², problematiza o pensamento racista ocidental, ao mostrar como a noção de raça surge para classificar e distinguir os grupos humanos. O grande problema não estaria em tal classificação, mas sim, na classificação com fins hegemônicos visando à hierarquização dos grupos humanos considerados brancos e os não brancos. Tal problematização conduz a outra questão importante, a saber, quando buscamos no outro, nossa coerência do eu sem reconhecer nesse outro o que temos de diferente a partir da igualdade, tornando tal diferença em desigualdade. Para explicar melhor, eis o que afirma Muniz (2009)

Ver a diferença é considerar o Outro na sua concretude ‘encarnado’, porque é do que temos de semelhante que irá aparecer a diferença. Daí, desigualdade ser diferente de diferença, uma vez que a primeira é a negação da igualdade e a segunda só pode aparecer entre iguais (MUNIZ, 2009, p. 109).

Voltando às discussões de Munanga (2004) e de Guimarães (2002), ambos ressaltam, portanto, que a raça deve ser entendida como “categoria social” e não como categoria biológica. Stockler (1999) ao discutir sobre a tendência em naturalizar ideologicamente as desigualdades sociais a partir da raça e do gênero, aprofunda a discussão questionando por que tais desigualdades sociais não são atribuídas a partir de outros traços biológicos como, por exemplo, a estatura dos sujeitos? A autora diz que a principal questão disso, é que as próprias diferenças naturais são dotadas de significado social e que tal naturalização é um “subterfúgio ideológico” que tem como finalidade igualar a todos os seres humanos, na ilusão de que somos todos “libres e iguales por nacimiento” (*Ibidem*, p. 22). Assim, tanto a raça, quanto a categoria de gênero estariam ligadas ao enunciado universalista de que “la biologia es destino” (*Ibidem*, p. 8).

Do discurso de que a biologia é o destino, usado para explicar as diferenças entre as raças, se estabelece comparações racistas que consistem em “considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (MUNANGA, 2004), daí surgirem os estereótipos racistas baseados em características morfológicas construídas no século XIX, como o

¹² Disponível em: < <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

tamanho do cérebro, a altura, a cor da pele, classificando as raças em subraças como se elas fossem estanques, hierarquizando-as e dizendo, por exemplo, que aqueles com a pele mais clara, são mais bonitos; as características morais, intelectuais e físicas dos sujeitos são usadas para classificar as raças em superiores e inferiores, construídas como características que servem para fins classificatórios.

A afirmação inicial de Munanga (2004) de que o conceito de raça foi abandonado pelos biólogos, é um argumento utilizado, portanto, para dizer que o racismo não existe. A crítica a tal modelo biologicista está justamente na ideia equivocada de que é possível classificar a raça humana a partir de características biológicas que são construídas como tais para hierarquizar a humanidade. No entanto, como argumenta Munanga (2004), é impossível classificar os seres humanos a partir de suas características físicas e, por isso enfatiza que, cientificamente, as raças não existem, pelo contrário, sua existência é nominal e social. Esse último sentido nos permite compreender o racismo advindo da noção de raça como termo discursivo, político e social, ou seja, como estruturante das relações raciais.

Segundo Munanga (2004), um dos grandes problemas da modernidade está no racismo originário do uso do termo raça pela Biologia e pela ciência; como termo para classificar os seres humanos em hierarquias estanques de acordo com suas características físicas, cada qual com suas qualidades. Tal doutrina sobre as raças culminou com os desastrosos genocídios e holocaustos conhecidos na história da humanidade. Após as grandes dizimações ocorridas, como da Segunda Guerra, os cientistas tentaram sepultar a ideia de raça e o seu uso científico tentando apagar o racismo, mesmo porque era impossível definir e classificar as espécies humanas a partir de traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo. Nesse sentido, as raças devem ser estudadas não cientificamente e, sim vistas como construção social por ramos como da Sociologia ou das Ciências Sociais (GUIMARÃES, 2008, p. 65).

Diante dos argumentos apresentados, para compreender o conceito de raça de forma crítica não podemos entendê-lo como termo biológico, como se fosse dado da natureza, pois se trata de categoria artificial e construída que opera com marcações de poder presentes nas hierarquias sociais de raça, gênero e classe no Brasil. Apenas assumindo esse último sentido para o termo raça, será possível compreendermos as relações sociais, sobretudo, o lugar de privilégio que a brancos e brancas ocupam na sociedade.

2.1.2 Os usos do gênero e da raça enquanto categorias políticas e linguísticas

Uma mulher é “apenas” uma mulher, e só torna-se um ser embebido em posições sociais, como esposa, mãe ou prostituta, através de relações sociais definidas (PINHO, 2008, p. 262).

Desde os anos 70, com os movimentos feministas, até os dias de hoje, atentamos para o novo sentido que o termo “gênero” assume nos contextos de lutas sociais. Para aprofundarmos tal discussão, mostraremos os deslocamentos do termo nos apoiando em autoras como Judith (2003), Haraway (1995), Scott (1989), entre outras. Num segundo momento, discutiremos dentro dos debates feministas, o deslocamento do termo raça tendo em vista o contexto brasileiro e a urgente crítica a respeito da ideologia que se propaga sobre a ideia de que vivemos numa “democracia racial” problematizando o que é ser negro e o que é ser branco no Brasil, sob a perspectiva dos estudos da *branquitude*.

Partimos do pressuposto defendido por algumas teóricas feministas de que a subjetividade se constrói por meio da linguagem e dos discursos “meios pelos quais se organizam a dominação cultural e a resistência” (RAGO, 1948, p. 31) ou, ainda, como nos provoca a feminista Gloria Anzaldúa (2009), “a identidade étnica e a identidade linguística são unha e carne- eu sou minha língua” (*Ibidem*, p. 312). Tal afirmação pode ser interpretada, de modo geral, com base nas discussões que (2003) realiza, ao dizer que quando estamos enunciando estamos nomeando e atribuindo aos sujeitos, identidades “sócio- historicamente construídas”. Nesse sentido, Anzaldúa (2009) discute os efeitos dominantes da língua colonizadora europeia que pode “ferir” ao ser utilizada como uma arma que oprime, envergonha e humilha as pessoas, impondo limites e fronteiras sobre línguas “julgadas como estrangeiras” que “não poderiam ser faladas”; vozes “fora da lei”, falas “renegadas”, como a língua dos africanos escravizados nos Estados Unidos, forçados à utilizar a “língua do opressor” como meio de reexistência refazendo as fronteiras da “conquista e da dominação” (HOOKS, 2008, p. 858).

Butler (1997) argumenta com base na teoria austiniana dos Atos de Fala - quando o *dizer é fazer* - que as identidades são construídas na/pela linguagem (RAJAGOPALAN, 2003) e, portanto, são *performativas* e não *constativas*. Nesse sentido, compreendemos a linguagem e a sua manifestação discursiva como prática social que permite agir e transformar lugares de poder e desvelar ideologias ocultas.

A linguagem, portanto, pode ser ação que supera a “tradição do silêncio” imposto por discursos que, por exemplo, privam as mulheres de marcarem o feminino em determinadas palavras, em detrimento do masculino, a despeito da cultura chicana, em que as mulheres usam “‘*nosotros*’ sejam machos ou fêmeas” (ANZALDÚA, 2009, p. 306). Apesar desse uso, Anzaldúa (2009) narra que ficou chocada quando ouviu uma porto-riquenha e uma cubana usando o termo “‘*nosotras*’”, ao invés do termo “‘*nosotros*’” imposto como única possibilidade de marcar a primeira pessoa do plural.

Os exemplos de Anzaldúa (2009) nos conduzem a algumas afirmações: a primeira relacionada ao uso de “‘*nosotros*’” que contribui para legitimar a afirmação de que “a linguagem é um discurso masculino” que ao silenciar outras formas de existir, em detrimento do signo universal masculino, torna não apenas a língua de um sujeito ilegítima, mas sua própria identidade, pois a língua está conectada às identidades, já que por meio delas, somos capazes de “comunicar realidades e valores verdadeiros para” nós mesmas (ANZALDÚA, 2009, p. 307). A segunda afirmação, diz respeito ao uso inesperado do termo “‘*nosotras*’” que vai ao encontro da afirmação anterior sobre a linguagem como lugar de ação e transformação das posições de poder e das ideologias, ou seja, ao entendermos a linguagem como *performativa*, compreendemos que sua ação possibilita aos sujeitos deslocarem os sentidos que se fixam sobre eles a partir de usos impostos como o “‘*nosotros*’”.

A crítica de Anzaldúa (2009) em relação à linguagem e às posições de gênero que são impostas nela e por meio dela, conduz nossa discussão sobre o uso da categoria gênero. Tal uso deve ter como função a possibilidade política para que o termo não se reduza às essências biológicas do ser, a partir do determinismo biológico, anteriormente previsto pelo uso do termo “sexo” compreendido como “ficção linguística produzida e disseminada pelo sistema da heterossexualidade compulsória, num esforço para restringir a produção de identidades em conformidade com o eixo do desejo heterossexual (BUTLER, 2013, p. 50). Dessa forma, o termo dá lugar ao uso social do “gênero” para sublinhar a possibilidade simbólica e não biológica de representação tanto do homem, quanto da mulher.

É urgente entender o termo gênero como estratégico e fictício, para que as identidades possam sobreviver dentro do sistema heteronormativo, em que os sujeitos são nomeados e se tornam aquilo que a sociedade concebe como dentro da normatividade, ou seja, a identidade de gênero da pessoa deve se conformar com o seu sexo. Por outro lado, o seu corpo pode ressignificar tais posições normativas reagindo à lei imposta de modo a subverter o natural, o dado, extrapolando tal lógica dos sexos binários.

Diante do pensamento acima, é possível que os sujeitos sobrevivam dentro do modelo de gênero imposto, culturalmente, num primeiro sentido do termo. Em um segundo sentido, ligado a esse primeiro, o gênero enquanto categoria fictícia está relacionado ao fato, presente na sociedade, de instituir sobre nossos corpos, gêneros produzidos como verdadeiros, uma vez que se trata de uma categoria que não é nem “verdadeira” nem “falsa” e sim “fabricada” como “efeitos de verdade de um discurso de identidade primária e estável” (BUTLER, 2003 *apud* SALIH, 2013, p. 93). Diante disso, o termo gênero é entendido nesta pesquisa, enquanto categoria analítica que se opõe ao determinismo biológico segundo o qual define as identidades das pessoas pelo sexo delas, ou seja, define as representações do gênero (masculino ou feminino) de acordo com a anatomia dos sexos das pessoas.

O conceito de gênero se opõe, portanto, a essas definições essencializadas e binárias dos sexos enfatizando o caráter social e não natural dos sexos. Scott (1989) argumenta que se há diferenças entre os sexos, tais diferenças não são biológicas, mas determinam desigualdades sociais. Nesse sentido, gênero, diferente do termo sexo, expõe o “dilema da diferença, a construção de desigualdades binárias, de diferenças pretensamente naturais” (FILHO, 2005, p. 136).

Diante disso, o gênero se afirma enquanto categoria política e linguística que não se define de maneira coesa, principalmente, porque “[...] estabelece interseções com modalidades raciais; classistas; étnicas; sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas [...]” (, 2003, p. 20) que mantém e reproduz a noção de gênero em diferentes contextos. Assim, o papel da história faz-se de extrema importância para pensarmos a “redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas” (SCOTT, 1989, p. 4).

Scott (1989) discute o papel e a participação das mulheres na história, investigando o gênero a partir dos historiadores, como categoria de análise e de descrição para, então, entender como o gênero funciona nas relações humanas e como ele dá sentido “à organização e percepção do conhecimento histórico” (SCOOT, 1989, p. 5). Nesta perspectiva, o gênero é entendido como construção sócio-cultural do corpo humano, compreendendo-o como categoria híbrida e não fixa.

A postura da feminista Scoot (1989) nega certos usos da categoria gênero como, por exemplo, o que esteve presente no interior do marxismo, em que o gênero foi tratado como “subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio

estatuto de análise” (SCOTT, 1989, p. 13). Apesar disso, o gênero passa a assumir novos sentidos graças às lutas dos movimentos feministas dos últimos tempos que caracterizaram outros interesses em torno da luta pelos direitos da mulher.

Cabe ressaltar que não pretendemos focalizar um grupo específico de feministas, no Brasil, mas sim destacar o modo como a categoria gênero passa a assumir outros sentidos, pensando como as subjetividades se deslocam constantemente, em frequentes desterritorializações, inventando “novos espaços pessoais, subjetivos e coletivos” (RAGO, 1948, p. 41).

Para ratificar o “novo” sentido que o termo gênero assume, dentro da luta feminista, cabe ponderar, como já ressaltado, que alguns anos atrás, as feministas tinham um foco diferente e as lutas convergiam para um objetivo comum. Diferentemente dessas feministas, hoje, os movimentos suscitam “outros olhares” e tendem a “privilegiar as dispersões, as diferenças e fragmentações, e não mais a unidade” (RAGO, 1948).

A problemática das discussões sobre a categoria gênero, junto com outros termos analíticos, como a raça, permitem que esta pesquisa se debruce de modo mais aprofundado sobre os significados que o ser mulher branca representa, sobretudo, dentro da academia, tomando como ponto de partida os discursos das trajetórias das mulheres brancas acadêmicas entrevistadas neste trabalho. Ao postularmos os sentidos discursivos que os termos gênero e raça assumem ao longo da história, cabe chamar atenção para tais categorias enquanto construções sociais, pois, só assim, conseguiremos compreender as desigualdades associadas a esses termos vistos, sobretudo, pelas sociedades ocidentais, como naturais. O uso natural do gênero e da raça, por tais sociedades, perpetuou as desigualdades que atribuem hierarquias e relações de dominação entre homens e mulheres legitimando práticas racistas e machistas que associam as características biológicas da raça e do gênero aos comportamentos sociais que orientam atitudes essencialistas de tais identidades.

Tanto o gênero como a raça são identificáveis nas práticas sociais e assumem realidade sociológica que são construídas como dado da natureza (GUIMARÃES, 2002, p. 68), associando a mulher à feiticeira, à pecadora e o negro, ao demônio. Tais associações classificam os seres humanos em raças estanques que assimilam hierarquias racistas e machistas atribuindo às identidades hegemônicas, branca, masculina e heterossexual, poder e direito de produção de discursos que proliferam “verdades” sobre as identidades sociais (PINHO, 2008).

2.1.3 Identidade branca: rompendo o silêncio da branquitude

Para dar conta do objetivo proposto nesta dissertação e, em particular, nesta seção, não podemos deixar de voltar nossa atenção para o termo raça que será, como já dissemos, entendido como histórico, discursivo, político, social e cultural, porque, como argumenta Muniz (2009), é fato que entendemos que “a raça é humana e que todos somos iguais”. O problema é que, embora reconheçamos que “somos todos humanos, alguns só alcançaram o direito de ser considerados como tal pela ciência há muito pouco tempo” (MUNIZ, 2009, p. 52), mais especificamente, no século passado, quando o discurso científico passa a exercer controle sobre os corpos criando características morfológicas para classificar as raças em hierarquias que fixam as identidades sociais em visões estanques e dicotômicas, como inferior/superior, melhor/pior e etc.

O corpo torna-se, para a ciência, lugar de investimento pelo poder por meio de práticas de controle das raças, da sexualidade, do aborto, da união livre, entre outras práticas que reivindicam as conquistas de suas próprias subjetividades contra a economia e as normas impostas pelo poder que circula na sociedade (FOUCAULT, 1979, p. 146).

As discussões aqui presentes serão investidas na tentativa de questionar as posições raciais dos sujeitos, principalmente, dos sujeitos brancos, colocando-os como objeto de pesquisa. Para tal, partiremos das visões de autores/as, como Carone & Bento (2002); Fanon (2008), Laborne (2014); Sovik (2009); Schucman (2012), Ware (2004), entre outros/as pesquisadores/as que nos provocam em relação ao assunto, problematizando as maneiras de ser e de existir do negro e do branco, sobretudo, considerando o lugar hegemônico e universal dos brancos que garante a posição da “branquitude como guardiã silenciosa de privilégios” (LABORNE, 2014, p. 149).

As discussões sobre *branquitude* são necessárias, principalmente, porque a presente investigação parte das trajetórias acadêmicas de mulheres brancas. Nesse sentido, o conceito em questão é indispensável para entendermos as posições sociais que essas mulheres ocupam dentro do contexto acadêmico, atendo-nos para a consciência racial delas no que diz respeito à *branquitude* e como tal fenômeno se estrutura em ações explícitas e implícitas na vida acadêmica delas.

Partimos dos pressupostos presentes nos estudos das Relações Raciais no Brasil, caracterizada por duas particularidades; uma delas se refere à chamada “democracia racial”

que diz respeito, de modo geral, a suposta convivência “pacífica” cultural, histórica e inter-racial dos brasileiros tidos como mestiços; e a outra, se refere a “afirmação da mestiçagem, presente em todas as famílias, como obstáculo biológico à polarização branco/negro” (SOVIK, 2009, p. 376). Tais afirmações fazem parte das ideologias pouco explícitas sobre a *branquitude*¹³ no contexto brasileiro e, implica, portanto, nossa releitura do termo atendo à percepção da *branquitude* a partir das discussões sobre a invisibilidade da identidade racial branca (FRANKENBERG, 2004), tentando desestabilizar posições hegemônicas frequentemente expressas por essa raça.

É preciso, antes de iniciarmos tais discussões, ressaltar a complexidade do tema da *branquitude* devido às poucas discussões sobre esse conceito e por ser um assunto que encontra teóricos inicialmente interessados em diversas localizações geográficas de países estrangeiros como nos Estados Unidos, na Austrália, no Reino Unido e, mais recentemente, no Brasil. Desse modo, a complexidade se encontra, em certa medida, nas diferentes concepções e abordagens sobre os termos raça, racismo e identidades raciais nessas diferentes nações, onde se mobilizaram diferentes estruturas ideológicas da supremacia branca (WARE, 2004, p. 19). Nesse sentido, a tradução do conceito de *branquitude* deve ser entendido de acordo com os contextos locais que interferem no que é ser branco, pois, ser branco, por exemplo, no Brasil, está relacionado às discussões sobre o racismo brasileiro, sobre as ideias do *branqueamento* que passou a ser interpretado como desejo do negro de branquear-se ou de alcançar os privilégios da *branquitude* (CARONE & BENTO, 2002).

A ideia do *branqueamento* está presente nos estudos da Psicologia Social, em autoras como Carone & Bento (2002) e também, na visão do teórico negro Franz Fanon. É importante trazermos para esta pesquisa, a visão de um teórico negro sobre o branco, já que Fanon, assim como Franz Boas e Alberto Guerreiro Ramos são os primeiros autores negros a questionar a identidade branca do ponto de vista do negro e não do branco, pois, o negro, nos estudos raciais, sempre foi objeto de investigação visto pelo olhar do branco, como se apenas o negro fosse racializado.

A identidade racial branca pensada pelo filósofo e psiquiatra Frantz Fanon (1980), em seu livro de maior repercussão, *Pele Negra, Máscaras Brancas* é de extrema importância para invertermos a lógica epistemológica mencionada acima. A obra citada discute assuntos que abordam as relações entre colonizados e colonizadores, entre negros e

¹³ Apesar de nos apoiarmos em autores/as como Ware (2004) e Frankenberg (2004) que estudam a raça branca a partir do conceito de *branquitude*, no contexto de outros países, como do Estados Unidos, a partir da década de 90, esta pesquisa opta pelo uso do termo *branquitude* que tem sido mais utilizado entre os/as pesquisadores/as que se debruçam sobre o estudo da raça branca aqui, no contexto brasileiro.

brancos, oferecendo críticas profundas à ocultação do racismo pelo mundo e por parte de pessoas negras, pondo em xeque a maneira como vimos e vivemos o mundo frente às questões como a do racismo e do colonialismo. De forma geral, a obra de Fanon nos desafia a repensar o modelo de normalidade do branco que resulta numa “psicologia anormal” do negro no mundo social, onde o Outro, o branco, tido como a norma, não reconhece a relação dialética entre eu-outro, trazendo consequências graves ao negro. Nesse sentido, o Outro reconhecido como o “normal”, como a norma representado como universal, conduz à problemática da *branquitude* e do privilégio racial dos brancos em relação à supervalorização de tal raça tida como fenômeno mundial (SOVIK, 2006, p. 18).

Antes de aprofundar as discussões sobre o fenômeno da *branquitude*, cabe explicitar o uso de tal termo como referente à identidade tida como branca, pois, há divergências quanto à terminologia desse conceito. Esta pesquisa assume o termo *branquitude* e não *branquidade*, já que o uso do primeiro termo é mais frequente entre as autoras que estudam Relações Raciais com foco na identidade branca, como Carone & Bento (2002), Sovik (2009), entre outras autoras brasileiras.

A invisibilidade é uma das características da identidade racial branca, como argumenta Frankenberg (2004) e Schucman (2012). Apesar disso, as discussões em torno do conceito de *branquitude* ressaltam que é preciso atentar-se para tal ideia de invisibilidade e “não- marcação” do branco, pois estaríamos, nesse sentido, buscando respostas simples que contribuam para “universalizar o particular”, ao invés de questionar a posição hegemônica dos brancos (FRANKENBERG, 2004, p. 309). Nesse contexto, trata-se não da invisibilidade da cor branca, mas da “intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais para uns, e a neutralidade racial para outros” (BENTO, 2002, p. 52). Assim, a visibilidade e a invisibilidade, como mostram as análises dos dados desta pesquisa, “aparecem em momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos” (SCHUCMAN, 2012, p.24).

Mesmo em situações em que as entrevistadas passam por dificuldades relacionadas, por exemplo, a classe social e a origem econômica, ainda assim, a *branquitude* é garantida na trajetória das entrevistadas que, na maioria das entrevistas, mesmo nas falas daquelas que passaram por dificuldades econômicas, tendo que trabalhar para conseguir sustentar seus estudos, conseguiram dar continuidade às suas formações profissionais, obtendo os melhores empregos, em lugares renomados, assumindo posições de coordenação e de direção.

Para compreender os efeitos hegemônicos da *branquitude*, torna-se necessário pensarmos também, a negritude, pois, a invisibilidade não marcada da *branquitude* repete, marca e naturaliza seu lugar na hegemonia e hierarquia das raças, inferiorizando as demais raças, como a negra. Vale ressaltar que a ideia da invisibilidade da *branquitude* tida como norma, revela-se, segundo Frankenberg (2004), uma “miragem”, pois assegura aos brancos, uma representação de si que se apóia na “certeza intemporal” originária desde o colonialismo ocidental, quando as ideias de “raça”, “cultura”, “racismos” e “povos”, passaram a se estruturar em classificações hierárquicas (FRANKENBERG, 2004, p. 310). Nesse contexto, faz-se necessário uma opção que seja como argumenta Mignolo (2008), “descolonial”, isto é, uma opção que esteja “desvinculada dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

A opção descolonial nos permite questionar a lógica da *branquitude* que se fundamenta no que Mignolo (2008) chama de “razão imperial” e se afirma como superior e como norma ao construir como inferior as demais identidades, sejam elas de gênero, de raça, de sexo, de religião e etc. Em outras palavras, significa pensar a “descolonialidade” das identidades “em política”, já que não se trata de permanecer dentro das razões imperiais e coloniais políticas das identidades organizadas de acordo com os projetos de colonização ocidentais, em que os conhecimentos foram fundamentados de acordo com tais razões fixando as identidades em paradigmas eurocêntricos (*Ibidem*, p. 290).

Trata-se, sobretudo, de pensar a possibilidade de co-existência dos mundos sob uma perspectiva que seja descolonial e que vise uma mudança política das “identidades construídas pelos discursos europeus” (*Ibidem*, p.290) e patriarcais cuja norma e principais características das identidades se fundamentam no ser branco, heterossexual e do sexo masculino. Diante do urgente contexto de descolonização das raças e das identidades, é necessário compreendermos a *branquitude* como produto da história, pois ela não tem significados intrínsecos, mas sim socialmente construídos em espaço e tempo (FRANKENBERG, 2004).

Ser negro, no Brasil, é algo carregado de significação negativa, pois, embora, nos últimos anos, os negros e as negras tenham conquistado maior participação no mercado cultural em diversas esferas públicas, ainda carecem de identificação positiva por parte da sociedade, e são vistos como “mestiços”, diluindo a auto-identificação negra na hibridização da chamada “raça brasileira”.

É necessário, enfatizar que, quando trazemos para esta pesquisa o termo raça, não estamos falando apenas da raça negra, mas também da raça branca, pois, até então, os brancos sempre ditaram os modos de ser negro, no Brasil. Portanto, é urgente questionar as formas de existência que o branco assume a partir da posição imposta ao negro, posição que vê a existência do negro como um problema para a sociedade, a partir de um olhar “com certa desconfiança” mesmo daqueles que estão numa posição econômica elevada; os negros são vistos apenas por meio de sua condição racial e, quando se trata dos brancos, a raça nunca é reconhecida, em detrimento de outros fatores de diferenciação como, por exemplo, a classe social (FIGUEIREDO, 2009, p. 208). Figueiredo (2009) traz um exemplo que esclarece melhor o que queremos apontar. A autora diz que

Desde crianças, somos socializados para percebermos a desigualdade de classe quando visitamos um bairro cujos habitantes são majoritariamente, quando não exclusivamente, brancos, denominamos o local de bairro de classe média, e não como bairro de brancos; o mesmo ocorre com as escolas, sempre referidas a partir da classe, e não da cor. Frequentemente, quando somos excluídos, tendemos a interpretar a exclusão a partir da classe, e não da cor (FIGUEIREDO, 2009, p. 229).

Afora a problemática da classe que se sobrepõe à questão racial, conforme argumenta Figueiredo (2009), diminuindo a visibilidade de práticas racistas em nossa sociedade, outras questões complexas ligadas à ideia do que significa ser representado como branco/a na sociedade, precisam de maior aprofundamento. Para tal, esta pesquisa se baseia nas discussões presentes na coletânea *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*, organizada por Vron Ware (2004), cuja obra me despertou para os não ditos da condição de privilégio que a minha posição de mulher branca acadêmica assume, não apenas nesse espaço hegemônico que é a academia, mas, sobretudo, na determinação dos pensamentos, das histórias e dos discursos que instituem tal lugar de privilégio numa dimensão mais ampla, pensando o lugar do branco na sociedade, nos espaços e nas posições de poder que a *branquitude* ocupa postulando sempre um lugar no centro.

A visibilidade da *branquitude*, até então, não estava presente nos meus gestos e nem nas minhas ações, tanto pessoais como profissionais, pois o lugar da margem ocupado pelas identidades não brancas era um lugar do qual eu não me responsabilizava inteiramente, no sentido de reconhecer os privilégios e os sentidos sociais que a cor da minha pele me traz, me garantindo, por meio da repetição de atos de fala, a possibilidade futura de existência ocupando lugares confortáveis e sustentando a lógica racista.

Apesar da posição que a *branquitude* me garante, as leituras sobre tal conceito e a “corporificação” desse termo ao “privilégio racial” (WARE, 2004, p. 10), somando às demais leituras da literatura sobre Relações Raciais no Brasil, me permitiram questionar tal posição em prol do reconhecimento de atitudes de agentes racistas. Em outras palavras, trata-se de questionar o domínio da *branquitude*, levando em consideração que para determinadas pessoas, sua marcação pode ser vista como se fosse invisível, porque “vista por um ângulo, ela se afigura o estado normal e universal do ser, o padrão pelo qual todo o resto é medido e em cotejo com o qual os desvios são avaliados” (DYER, 1997, *apud* WARE, 2004, p. 17). Entretanto, cabe ressaltar que, apesar disso, tal invisibilidade da *branquitude* é uma fantasia, pois, concordamos com Frankenberg (2004), ao argumentar que a *branquitude* é “não-marcada”, significa conformar-se com seu lugar universal e particular, repetindo “os gestos da hegemonia ao examinar a raça”, quando, na verdade, ela é marcada, é visível e é privilegiada estruturando as relações sociais na sociedade (*Ibidem*, p. 309).

Portanto, apesar das discussões que se baseiam na ideia de que a *branquitude* é não-marcada e, por isso, universal, argumentamos no sentido de apontar o que a torna não-marcada ou não racializada e, ainda, quando se produz a marcação da *branquitude*? Como a *branquitude* estrutura as desigualdades presentes nas relações sociais?

Diante do exposto, cabe revisitar as novas interpretações sobre a realidade brasileira, mais distantes da visão de Gilberto Freyre, sobre o conceito de *branqueamento* ou a chamada “ideologia do branqueamento” responsável pela falácia que circula em nosso país de que vivemos em uma “democracia racial”. Em relação a esse último conceito, as autoras Carone & Bento (2002) interpretam o *branqueamento*, em um primeiro momento, ligado ao período do império, no tempo da imigração da mão-de-obra europeia. Nesse contexto histórico, o termo é interpretado como “resultado da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos” no Brasil, devido ao aumento da imigração da mão-de-obra europeia, ratificando o discurso de que os europeus trariam maior produtividade para o país do que a mão-de-obra escrava, até então, vigente naquela sociedade.

A crença na superioridade da raça branca, como também de sua suposta produtividade e mão-de-obra qualificada, carregava consigo, junto ao projeto de modernidade do país daquela época, a ideia de que apesar das visões preconceituosas sobre os negros, o Brasil representava o “paraíso da convivência inter-racial”, tornando o país, mundialmente conhecido como “mestiço” (CARONE, 2002, p. 16). Em um segundo momento, porém, após o período abolicionista, o *branqueamento* ganhou novos sentidos revertendo à lógica do

pensamento que pairava sobre o imaginário social, até então, pois, tal conceito deixa de “corresponder às necessidades, anseios, preocupações e medos das elites brancas” (CARONE, 2002, p. 17) e passa a significar

[...] um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva. O principal elemento conotativo dessas representações dos negros **construídas pelos brancos** é o de que o branqueamento é uma doença ou patologia peculiar a eles (CARONE, 2002, p. 17, grifo nosso).

O suposto desejo dos negros em branquear-se trouxe consequências psicológicas (FANON, 2008) graves ao negro brasileiro que passa a ser percebido socialmente como indivíduo que conjuga em sua identidade cor e raça, enquanto o branco é “concebido como espelho da negritude”, notado em sua individualidade e nunca em sua coletividade, como os negros são percebidos.

O discurso da mestiçagem é utilizado para reafirmar que, no Brasil, não há ódio racial reforçando hierarquias instituídas pelo poder do branco. Entretanto, é importante compreendermos o fenômeno do branqueamento não como um desejo do negro de branquear-se -ideia atribuída pelos brancos aos negros- mas, como um desejo das pessoas brancas em manter seu lugar de autoderminação através do negro e, nesse sentido, o branqueamento revela o medo que o branco tem em perder o seu lugar de privilégio, desnudando a *branquitude* e deslocando a manutenção da relação de dominação do branco sobre o negro (SCHUCMAN, 2012). Isso faz com que os brancos atuem cotidianamente de formas conscientes ou inconscientes mantendo suas posições de poder, colocando sua *branquitude* em ação, como mostram as posições ocupadas ao longo da vida profissional das mulheres brancas entrevistadas.

Na perspectiva dos estudos da psicologia racial do racismo (CARONE & BENTO, 2002), o branqueamento é compreendido como um fenômeno que nasce do medo que o branco tem de perder seus privilégios para um país que é majoritariamente negro. Ou seja, o país mestiço que concentrava em sua maioria uma população não branca, é visto como ameaça à elite branca brasileira e, portanto, tal ameaça deveria ser contida com as políticas imigrantistas do Estado brasileiro, garantindo, dessa forma, aos brancos, sua “purificação étnica” e visando um Brasil que seria um dia, branco, pois “os negros seriam assimilados pelos brancos” (CARONE & BENTO, 2002, p. 37).

Cabe ressaltar, portanto, que a ideologia do branqueamento não é um desejo do negro coagido à branquear-se, ao contrário, trata-se do medo que os brancos têm de perder

seus privilégios e de ver os negros ocupando o seu lugar exclusivo. Nas palavras das autoras Carone & Bento (2002),

Talvez possamos concluir que uma boa maneira de compreender a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios (CARONE & BENTO, 2002, p. 39).

A invisibilidade da raça não-marcada dos brancos por meio, por exemplo, do fenômeno da miscigenação e do branqueamento, remete à necessidade de compreendermos a identidade racial branca, ou a *branquitude*, assim como a raça negra, como não biológica ou genética, porque se afirma como imagem identitária que ocupa posições privilegiadas, no caso da raça branca, dentro de um contexto histórico.

Segundo Sovik (2009), a *branquitude* pode ser entendida como “um lugar de fala confortável, privilegiado e inominado, de onde se tem a ilusão- poderia acrescentar-se -de observar sem ser observado” (SOVIK, 2009, p. 368).

Para melhor esclarecer o conceito em questão, eis os oito pontos problematizados por Ruth Frankenberg (2004). Os pontos caracterizam globalmente a *branquidade/ branquitude*.

- a) a branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial;
- b) a branquidade é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais;
- c) a branquidade é um lócus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais;
- d) a branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe;
- e) muitas vezes a inclusão na categoria branco é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria;
- f) como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam;
- g) a branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados

socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis;

h) o caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos. (FRANKENBERG, 2004, p. 312).

Tais características da *branquitude*, conforme Shucman (2012), produzem formas de ser e de existir socialmente no mundo que variam de acordo com as percepções dos sujeitos. Dito de outra forma, variam no como as pessoas percebem, de formas diferentes, cada um desses aspectos sempre em relação com os outros e com demais eixos de diferenciação e entrecruzamento, como classe, gênero, idade, escolaridade, história de vida e etc, conforme aparecem, por exemplo, nas falas das entrevistadas.

Para compreendermos a identidade racial branca como conceito que estrutura privilégios e racismos na nossa sociedade, é preciso prestar atenção para a ideia falaciosa de raça forjada no século XIX, pela “ideologia cientificista européia” (SCHUCMAN, 2012) que instituiu hierarquias e bipolaridades sustentando historicamente o poder do branco e o seu lugar como universal.

Segundo Ware (2014), o sistema de classificação social e o mito da “democracia racial” no Brasil, foram responsáveis por disfarçar a bipolaridade entre negros e brancos. Tal classificação binária das raças garantiu à *branquitude* a posição de prestígio social, econômico e político dos modos de hierarquias baseadas nas raças de outros países fundados pelo colonialismo europeu (WARE, 2014, p. 8). Além disso, o mito da democracia racial permitiu que o valor da *branquitude* fosse “mostrado em um contexto de mistura (Sovik, 2009, p. 37) que preserva o poder da *branquitude*, em que raça e cor são “de importância relativa já que a população é mestiça” (*Ibidem*, p. 38).

É como se o discurso da mestiçagem nos permitisse dizer que aqui no Brasil, “ninguém é branco” (SOVIK, 2009), como se o branco não existisse na sociedade brasileira, negando os valores da *branquitude* e reforçando o lugar de destaque da identidade racial branca.

Liv Sovik (2009) narra um episódio que mostra como a *branquitude* está estruturada em nossa sociedade. Segundo a autora, ao perguntar, em sala de aula, na Bahia, como era ser branco naquele lugar, em um contexto de discussão pública a respeito da afro-

baianidade, as respostas que surgiram, levaram a autora a pensar que ser branco, no Brasil, traz implícito a ideia de um branco europeu e estrangeiro. Nas palavras da autora

Ser branco, neste país arco-íris é uma espécie de aval, um sinal de que se tem dinheiro, mesmo quando não existem outros sinais, é andar com um fiador imaginário a tiracolo. Ser branco estrangeiro é entrar em condomínio fechado sem mostrar a carteira de identidade ou restaurante de luxo, suado e malvestido. É não se sentir constrangido em estabelecimentos comerciais e, nisso, os brancos estrangeiros são acompanhados de brancos brasileiros (SOVIK, 2009, p. 38).

As investigações sobre os conceitos de *branquitude*, de modo geral, estão relacionadas às diversas manifestações psicológicas, culturais e sociais da raça e dos racismos que formam as identidades sociais com base na perspectiva colonialista que se configura pelo eurocentrismo e pela naturalização das diferenças.

O termo “eurocentrismo” pode ser entendido, de modo geral, como um paradigma que cria e naturaliza bipolaridades como centro/periferia, negro/branco, homem/mulher, valorizando os brancos como poder hegemônico (SANTOS, 2010). Tal perspectiva consiste, pois, no apagamento dos “outros” pelo olhar europeu que constroi os negros como diferentes do modelo de raça branca posta como natural e forjadora de fantasias como as que expressam a não racialização da *branquitude* tida como norma. Segundo Sovik (2009), o eurocentrismo se caracteriza por uma “construção mítica” histórica relacionada à construção geográfica da Europa que até o Renascimento

[...] pertencia a um sistema regional tributário, que incluía europeus e árabes, muçulmanos e cristãos, com seus respectivos sistemas de pensamento metafísicos e escolásticos, dos quais o cristão era menos desenvolvido e, portanto, mais aberto à inovação. A partir do início do sistema mundial capitalista, o centro se deslocou do leste e sul do mediterrâneo para mais perto do Atlântico (SOVIK, 2009, p. 57).

O deslocamento do continente europeu passa então, a se reconstruir a partir do mito entre uma suposta “continuidade geográfica européia” e um mundo Mediterrâneo ao Sul, formando, assim, uma nova fronteira entre centro e periferia. A partir desse fenômeno, surgem às bipolaridades que valorizam apenas o lado que está ao norte do Mediterrâneo.

Sovik (2009) aponta a valorização da raça branca como algo mundial. Tal visão sobre os brancos é herdeira da história da colonização em que ser branco, nesse contexto, significa ter origem étnica europeia, ou em outras palavras, significa em qualquer lugar, ter a pele clara, cabelo liso e feições europeias. O próprio título da obra citada merece atenção ao pressupor a ideia de que no Brasil não há brancos, já que somos um país miscigenado, em que a convivência com várias raças naturaliza a falsa noção de democracia racial. A *branquitude*,

nesse contexto, se afigura como algo universal, como padrão e estado normal (WARE, 2004) e sua manifestação está nas relações desiguais de acesso ao poder. Tal acesso está, por exemplo, em relação “a habitação e às hipotecas, à educação, às oportunidades de emprego e à transferência da riqueza entre as gerações” (*Ibidem*, p. 103). Nesse sentido, a existência e a manutenção da *branquitude* dependem de sua relação com o Outro, isto é, com a negritude, pois, para que existam brancos superiores, os negros devem existir como inferiores para que sejam, portanto, comparados.

É inegável que atualmente, os temas relacionados à raça estão cada vez mais em destaque nas mídias, como, por exemplo, nas redes sociais, devido às intensas lutas dos movimentos sociais que vem chamando a atenção do governo e do Estado para a agenda política desses movimentos. Entretanto, ainda é difícil, no Brasil, intensificar as discussões e o entendimento das identidades de raça, porque envolvem como argumenta Kabengele Munanga, além do “desejo de branqueamento” introjetado por pessoas brancas e negras, o silenciamento e a recusa por parte das pessoas, principalmente, das pessoas brancas apoiadas no mito da igualdade racial, da existência do racismo no Brasil.

Apesar das políticas antidiscriminatórias no nosso país, as leis permanecem no plano da teoria, pois o que fica pressuposto e silenciado, apesar de ser um fato, é a “neutralidade racial do branco” que

[...] protege o individuo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade aumentada do negro o torna um alvo preferencial de descargos de frustrações impostas pela vida social (CARONE, 2002, p. 23).

Para compreendermos os lugares estereotipados do negro em sociedade, temos como base as discussões sobre o conceito de ideologia presentes em Fairclough (2001). Para o autor,

[...] as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são formadas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação de relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

A ideologia é vista como fenômeno que surge nas sociedades através das relações de poder e de dominação de classe, de gênero, de cultura e etc. Vale ressaltar que tais relações de poder podem ser transformadas, através de atitudes críticas que assumam a presença da ideologia que atravessa nosso lugar social de brancos e brancas. Nesse sentido, o termo

transformação se faz possível à medida que se reconhece a ideologia, pensando-a como ação, isto é, como fenômeno que tem existência no mundo real.

Diante do contexto apresentado, as representações atribuídas aos negros, construídas a partir do olhar do branco, têm consequências graves como a isenção da responsabilidade dos brancos pelas tensões existentes no nosso país, nem sempre de forma explícita, entre brancos e negros que vivem, como aponta a pesquisa do falecido militante negro Eduardo Oliveira e Oliveira, citada por Carone (2002), em um “apartheid não-declarado oficialmente” (CARONE, 2002, p. 20). Tais limites territoriais são experienciados pelo pesquisador que relata episódios discriminatórios entre brancos e negros revelando, além da segregação racial entre as pessoas, sejam elas negras de escolaridade elevada ou não, a dificuldade dos sujeitos em relação à “definição de sua identidade étnica, quer pela ‘vergonha’ de sua própria aparência, quer pela preferência por relacionamentos afetivos com brancos” (*Idem*, p. 20).

Embora a pesquisa referida acima, tenha sido realizada no ano de 1976, ela se torna atual, em especial, para a investigação que esta pesquisa realiza, pois, o conceito de raça, mesmo desde tal época, visto como “construção social e ideológica”, não garantiu e não garante que um negro possa, por exemplo, passar despercebido, sem ser notado pela cor de sua pele. Já ao branco, tal estranhamento não se dá, não porque nossa cor passa despercebida, pelo contrário, porque nossa cor é visível, porém tal visibilidade é silenciada e representa o universal garantindo a nós brancas/os, posições de privilégio.

A discussão que estamos trazendo sobre a percepção dos modos de existir dos brancos e dos negros é fundamental para a presente pesquisa, pois não podemos desconsiderar o fato de que a relação da entrevistadora branca com as entrevistadas também brancas, ocorreu de maneira mais tranquila, pelo fato de não ser afetada pelas tensões entre a minha cor e a cor dessas mulheres. Não podemos negar que a possibilidade de ocorrer tal “estranhamento” é menor, já que como apontam as pesquisas que se debruçam sobre as Relações Raciais no Brasil, vivemos em um país racializado e racista, em que as tensões entre brancos e não brancos irão sempre existir. Por isso, as tensões não ocorreram, já que, durante as entrevistas, as entrevistadas se sentiram mais a vontade para falar sobre suas posições de mulheres brancas com a entrevistadora também branca, embora, em alguns momentos, quando as perguntas envolviam a raça e a cor delas, de forma mais direta, as tensões surgiam de formas explícitas e implícitas revelando o incômodo delas em responder minhas perguntas sobre essas questões.

As tensões em relação à cor e à raça são necessárias porque nos permitem compreender as complexas relações entre as raças e os jogos que se estabelecem entre as categorias negro/branco, além das interferências dessas relações nas trocas linguísticas dos sujeitos. Tal discussão cabe também para as demais categorias, como a de gênero e, nesse sentido, a proposta não é se acomodar e buscar, entre meus pares, isto é, entre as mulheres acadêmicas brancas, atingir meus objetivos para esta dissertação, mas sim levar em consideração que as identidades são múltiplas, heterogêneas, porque os sujeitos possuem diversas facetas sociais que não são fixas, pressupondo uma igualdade entre os pares. Nesse sentido, é urgente pensarmos em construções simbólicas das identidades constituídas na/pela língua (RAJAGOPALAN, 2003).

Ao ressaltar a complexidade em definir o que é ser negro no Brasil, a partir do *branqueamento*, Sovik (2009) ressalta a urgente necessidade, ainda insipiente, de pensarmos a identidade do branco entendendo que

O interesse em analisar a branquitude (no Brasil,) não é o de traçar o perfil de um grupo populacional até então ignorado, mas de entender como, há tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem (SOVIK, 2009, p. 384).

Tomando como base a perspectiva da psicologia social de Edith Piza (2002), a autora destaca o olhar do branco sobre o negro, ressaltando a “apropriação simbólica” que fortalece a auto-estima dos brancos em relação aos demais, fato que legitima a “supremacia econômica, política e social” dos grupos brancos. Com isso, a autora quer chamar a atenção principalmente para o silêncio que permanece em volta do branco e do lugar que ocupa nas relações raciais brasileiras (BENTO, 2002, p. 26). Nesse sentido, a autora afirma que

A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (BENTO, 2002, p. 27).

E ainda continua,

Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar o negro: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra etc., etc. Como nos mostra Denise Jodelet (1989), políticas públicas direcionadas àqueles que foram excluídos de nossos mercados materiais ou simbólicos não são direitos, mas sim favores das elites dominantes (BENTO, 2002, p. 27).

De tal silêncio, entra em jogo interesses do grupo branco em manter o *status* privilegiado que ocupa, mantendo também a situação de desigualdade racial no Brasil. A

discriminação, portanto, segunda a autora, tem um interesse de jogos em que o desejo de manter-se em tal posição privilegiada, “combinado ou não com o sentimento de rejeição aos negros, pode gerar discriminação” (BENTO, 2002, p. 28)

No jogo de oposição de categorias raciais, a identidade racial branca, ou a *branquitude*, carrega em seu significado a ideia forjada de que os brancos ocupam um lugar merecedor, faz parte de uma construção simbólica. Portanto, a *branquitude* é produto da história com sentidos socialmente construídos de acordo com os interesses políticos que prevalecem dentro do grupo dos brancos. Além disso, é importante considerar, como aponta Schucman (2014) que, além das fronteiras que a *branquitude* estabelece entre brancos e negros, tais divisões ocorrem dentro do próprio grupo, por meio de outros marcadores da diferença como, por exemplo, a origem, o fenótipo, o gênero, a classe econômica e etc.

A desigualdade compreende as formas como os brancos agem cotidianamente garantindo seus “privilégios materiais e simbólicos” como forma de dominação que se dá em um jogo de oposições que constroem possibilidades ao branco, quando tal raça existe apenas ao lado do negro. Nesse contexto, como já apontamos, o branco encontra no negro, um sujeito de “autoderterminação”, ou seja, a relação que se estabelece não é mais de hierarquia do branco sobre o negro, mas do olhar do negro sobre o branco com “olhos analíticos que desnudam a *branquitude* (AZEVEDO, 1987 *apud* SCHUCMAN, 2014, p. 143). Tal relação de visões sobre o outro, revela o medo do branco em perder seu *status* a partir da agência dos negros, como em lutas dentro dos movimentos sociais, quando reivindicam seus direitos. Nessa perspectiva, a posição de *branquitude* não é permanente e pode ser questionada já que a *branquitude* é relacional e não permanente.

CAPÍTULO 3

3.1 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se baseia na corrente teórica qualitativa que “coloca como tarefa central das ciências sociais a compreensão da realidade humana vivida socialmente”, em que “o significado é o conceito central de investigação (MINAYO, 1994, p. 23). Diante disso, o método utilizado para a coleta de dados, foi o da entrevista individual não - estruturada ou semi- estruturada (em profundidade)¹⁴ que consiste no procedimento mais usual presente no trabalho de campo, conforme Minayo (1994), Gaskell e Bauer (2002). Trata-se de um método que possibilita uma discussão mais ampla e menos monitorada da entrevista, contribuindo para a espontaneidade da interação entre entrevistadora e entrevistada podendo surgir questões inesperadas. Tal método se justifica, porque se trata de pensar as identidades como performativas e, para tal, faz-se necessário um método que possibilite isso.

O método qualitativo das entrevistas semi- estruturadas permite que as palavras dos sujeitos sejam ouvidas, contadas e não contadas ou restritas a um questionário fechado. Assim, cabe enfatizar a importância de se conceber a entrevista enquanto um método relevante de coleta de dados compreendendo-a, conforme Briggs (2007), como método de investigação antropológica inserida em inúmeros espaços da vida cotidiana. Nessa perspectiva, a entrevista se tornou parte do conhecimento e do poder que conduz às práticas de interação social presentes na vida das pessoas como, por exemplo, as práticas interrogatórias. Tais práticas interrogatórias são construídas como normais ao moldar nossas relações sociais e produzir conhecimentos ligados à ciência, à medicina, aos negócios, à mídia, entre outras práticas da vida social que compõem fenômenos heterogêneos da entrevista produzindo uma ampla variação de conhecimentos em diversos contextos sociais imbuídos de poder.

A entrevista pode ser caracterizada por diferentes modos ideologicamente construídos e sustentados pela comunicação, interação, conhecimento, entre outras práticas do discurso público. Isso significa que a relação entre entrevistadora e entrevistada varia produzindo discursos que parecem estar investidos de modos “naturais” de se expressar nas

¹⁴ Há divergências quanto ao uso desses termos entre os/as pesquisadores/as. Ambos os termos se referem ao mesmo tipo de método com entrevistas individuais, com um “único respondente”.

práticas contemporâneas que operam por meio da entrevista, produzindo assuntos, textos, conhecimentos e autoridade. Briggs (2007) chama a atenção para “como a ideologia pode fazer com que a entrevista pareça ser transparente, quase mágica, um recipiente de crenças, experiências, conhecimentos e atitudes” (*Ibidem*, p. 552. tradução nossa).

Ao escolhermos trabalhar com o método da entrevista *semi-estruturada*, cabem algumas considerações sobre tal escolha, já que não se trata de uma comunicação direta do cotidiano, em que a prática oral ocorre de maneira espontânea de acordo com os contextos de uso da fala e das situações informais do dia a dia, nas práticas sociais que caracterizam o uso que fazemos da língua (MARCUSCHI, 2001). Apesar disso, durante as entrevistas, o papel estabelecido com as entrevistadas, na interação face a face, foi de ouvinte enquanto “parceiro (relativamente) ativo da interação”, pois, segundo Schütze (2014), o ouvinte tem “interesses a manifestar, perguntas a fazer e avaliações a apresentar, que se tornam diretamente relevantes para a construção do processo comunicativo (SCHÜTZE, 2014, p. 15). Daí, não se tratar de uma interação desigual, no sentido colocado por esse último autor, ao chamar a atenção para o momento da interação cujo domínio não é igualitário, já que ele é discursivo e não diz respeito apenas a um dos participantes (*Ibidem*, p. 19).

Embora a entrevista não seja caracterizada, portanto, como uma “comunicação direta do cotidiano”, os fenômenos que aparecem nesse último tipo de comunicação, também podem aparecer no “transcurso dos atos de fala” das entrevistas, ao expressar fenômenos chamados de “paraverbiais” (DAWSON, 2010) como, por exemplo, os gestos corporais entendidos a partir de um aceno de cabeça ou mesmo da expressão facial, além de expressões como “mhm mhm”, risos e etc, de modo que tais marcas corporais contribuem para a condução da entrevista. Consoante a essa última afirmação, a metodologia deste trabalho se baseou também nos métodos presentes no guia prático de Dawson (2009)¹⁵ e nas suas discussões sobre o estabelecimento de métodos que contribuem para o desenvolvimento da entrevista. Trata-se de estratégias que possibilitam sondar e aprofundar informações por meio de resumos das falas das entrevistadas ou repetindo as últimas palavras ditas, a fim de retomar a conversa e redirecionar o assunto para a informação desejada recuperando o assunto principal (DAWSON, 2009, p. 75).

O método da entrevista semi- estruturada pode ser visto como uma prática de investigação eficiente que contribui para o alcance dos objetivos desta pesquisa, principalmente, porque captamos as marcas de subjetividade dos discursos das mulheres

¹⁵ DAWSON, Catherine. *Introduction to Research Methods: a practical guide for anyone undertaking a research Project*. 4. ed. UK: Howtobooks, 2009.

entrevistadas tendo como referência suas experiências nos espaços socializadores nos quais essas mulheres estiveram inseridas ao longo de suas trajetórias profissionais.

Assumimos neste trabalho, uma postura construcionista (SPINK, 2013) que nos permite pensar a pesquisa como prática social, o que implica assumir uma posição que seja ética e reflexiva frente aos dados de análise e face ao que significa produzir conhecimento. Nessa ótica, esta pesquisa concebe o fazer científico como prática social ao prestar atenção à socialização dos resultados desta pesquisa, sua possibilidade de sucesso e legitimação, bem como a “possibilidade de comunicação” dos passos e interpretações das análises realizadas. (SPINK *et all*, 2013).

Compreender a pesquisa como prática social exige, além das questões já apontadas, o foco sobre o poder e a relação estreita e dialógica “que se estabelece entre pesquisadores e participantes” (SPINK; MENEGON, 2013, p. 69). Nessa perspectiva, as participantes desta pesquisa foram vistas como colaboradoras ativas “no processo de pesquisa” (*Ibidem*).

Dito isso, passo a descrever o modo como se deu a seleção das mulheres acadêmicas entrevistadas nesta pesquisa. Inicialmente, o contato com as professoras se deu por meio do envio por *e-mail*, do questionário eletrônico. O questionário foi enviado aos departamentos dos cursos de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas da UFOP, a saber: DELETE, DEHIS, DEEDU, DECSO, DECEG, DEDIR, DEMUL, DEFIL, DEMUS, DEART, DETUR¹⁶ e aos cursos de Administração e Pedagogia, respectivamente, do Departamento de Gestão Pública, DEGEP, e do Departamento de Educação e Tecnologias, DEETE; ambos os cursos oferecidos à distância pelo CEAD. No momento do envio, solicitamos a esses departamentos, o envio do questionário apenas às professoras efetivas dos cursos referidos.

No questionário eletrônico enviado, constaram perguntas relacionadas à área de formação das professoras, ao tempo de carreira delas dentro da UFOP, aos seus temas de pesquisas, aos grupos de pesquisas que fazem parte, seus projetos de extensão e etc. Além de tais informações relacionadas à vida profissional das professoras, constaram perguntas ligadas a identidade racial delas.

¹⁶ Departamento de Letras (DELET), Departamento de História (DEHIS) e Departamento de Educação (DEEDU). Todos esses departamentos localizam-se dentro do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da UFOP, na cidade de Mariana, MG. Os demais departamentos, Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais (DECEG) e o Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social (DECSO) localizam-se no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), da UFOP, na cidade de Mariana, MG. Os departamentos Departamento de Direito (DEDIR), Departamento de Museologia (DEMUL) e Departamento de Turismo (DETUR) localizam-se na Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM), da UFOP, na cidade de Ouro Preto, MG e, por fim, o Departamento de Filosofia (DEFIL) e o Departamento de Artes Cênicas (DEART), localizam-se no Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC), na UFOP, também na cidade de Ouro Preto, MG.

As respostas obtidas através do questionário eletrônico encontram-se no quadro 2 em anexo. Tais respostas contribuíram para a seleção das dez mulheres que atenderam ao perfil que precisávamos para esta pesquisa. Além disso, por meio das respostas obtidas, a entrevistadora conduziu as entrevistas utilizando algumas informações dadas ao questionário como, por exemplo, respostas relacionadas à raça e à cor delas, guiando o assunto da entrevista.

Obtivemos por meio do questionário eletrônico enviado, vinte e cinco respondente (vinte e quatro professoras e um professor). Desse número, dezesseis se classificaram como brancas, seis como pardas e apenas uma delas como negra, conforme ilustra o quadro 2, anexo a esta pesquisa. Três delas responderam que não aceitariam participar da entrevista comigo, nos restando vinte e uma mulheres para entrevistarmos, pois optei por deixar o respondente masculino de fora, uma vez que interessou a esta pesquisa, apenas as identidades do gênero feminino.

Após algumas tentativas, com encontros e desencontros durante o agendamento das entrevistas com as professoras¹⁷, consegui chegar ao número de dez entrevistadas, a saber: Alice, Amanda, Ana, Fabiana, Helena, Miriam, Nayara, Rosana, Sabrina e Yasmin. Cabe ressaltar que tais nomes são fictícios. Após a seleção das entrevistadas, conduzi durante o ano de 2015, dez entrevistas com cada uma das professoras citadas dos cursos de Letras, Pedagogia, Geografia (modalidade à distância), História, Jornalismo, Direito, Administração, Economia e Museologia, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

No geral, os dados das entrevistadas revelaram que a maioria delas obteve formação escolar de boa qualidade, em colégios públicos e particulares de referência, além disso, a maior parte delas trabalhou em escolas e em faculdades particulares, assumindo cargos de coordenação. Tais informações também estão presentes nos resumos à frente, dos *lattes* delas. Além dessas informações profissionais, por meio das entrevistas foi possível observar que a família de origem delas variou entre àquelas que provêm de familiares cujos pais são escolarizados e concluíram os estudos universitários, com condições sociais mais estáveis e àquelas cujas famílias não possuem pais com escolarização em nível superior, com condições sociais menos favorecidas segundo as falas das entrevistadas.¹⁸

¹⁷ As entrevistas foram agendadas com as professoras que me apresentaram disponibilidade para ceder um tempo da vida delas, para conversar comigo. Uma das respondentes, a professora Cibele, se disponibilizou a participar da entrevista comigo, mas, depois, desistiu, dizendo que, por motivos pessoais, não poderia mais realizar participar da entrevista.

¹⁸ As transcrições completas das entrevistas encontram-se em anexo.

Em relação às entrevistas, a ideia não foi, portanto, orientar a investigação desta pesquisa “a partir de um conjunto de perguntas predeterminadas”, como se as entrevistadas traduzissem seus “pensamentos em categorias específicas de resposta” (GASKELL, 2002, p. 74). Pelo contrário, procurei, ao máximo, deixar que as entrevistadas falassem o tempo que precisassem para refletir, sem restringir seus pensamentos e nem suas falas. No que tange às transcrições das falas, seguimos o modelo que se segue da “Análise de Conversação”, AC, presente em Marcuschi (1999).

Quadro 1 – Modelo de Análise da Conversação (AC)

Ocorrências	Sinais
Sobreposição de vozes: quando a concomitância de falas não se dá desde o início do turno mas a partir de um certo ponto.	[
Qualquer pausa	...
Dúvidas e suposições	()
Truncamentos bruscos: quando um falante corta uma unidade ou quando alguém é bruscamente cortado pelo parceiro	/
Ênfase ou acento forte e alongamento de vogal	MAIÚSCULA
Comentários do analista	:
Sinais de entonação: aspas duplas para uma subida rápida (corresponde mais ou menos ao ponto de interrogação);	(())
aspa simples: para uma subida leve (algo assim como uma vírgula ou ponto- e vírgula)	“
Repetições: reduplicação	‘
Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção	Ex: e e ele, ca ca cada um
Indicação de transcrição parcial ou eliminação	eh, ah, oh, ahã, entre outros
	/ ... /

Fonte: MARCUSCHI, 1999, p. 10-13.

Para as mulheres que aceitaram participar da pesquisa concedendo a entrevista, a entrevistadora entregou, pessoalmente, no ato da entrevista, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁹ para assegurar a ética da pesquisa em relação aos sujeitos da pesquisa e à pesquisadora. Cabe ainda dizer que todos os dados fornecidos pelas participantes da pesquisa, obtidos por meio do questionário eletrônico, das entrevistas, do acesso ao *lattes* e do acesso aos dados da PROAD, foram totalmente preservados através do uso de nomes fictícios utilizados nas análises dos dados e nas tabelas e quadros, resguardando as informações pessoais das participantes desta pesquisa, conforme exigido pelo Comitê de Ética da UFOP.

¹⁹ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) encontra-se em anexo.

3.1.1 Análise dos dados

3.1.2 Resumo dos *lattes* das entrevistadas

Esta parte da dissertação traz os resumos dos *lattes* das professoras entrevistadas com informações que contribuíram para as análises dos dados obtidos por meio das entrevistas. Algumas informações profissionais resumidas nesta seção foram articuladas com os dados das entrevistas com as professoras. Os dados de análise das entrevistas se encontram após esta seção.

Ao partirmos da perspectiva crítica da Linguística defendida por autores/as como Rajagopalan (1998, 2003), Muniz (2009), Santos (2010), Pinto (2002), dentre outros/as, postulamos que a produção do conhecimento científico não é neutra e, portanto, não está isenta de intenções e interesses políticos envolvidos “investidos de argumentos científicos idealizados” (PINTO, 2002, p. 48). Diante desse pensamento, os resumos que se seguem dos *lattes* das entrevistadas devem ser lidos levando em conta as relações de poder que incluem e excluem determinadas identidades sociais, reforçando determinadas produções do conhecimento, bem como posições de poder presentes no espaço acadêmico que conferem a determinado grupo social, vantagens e privilégios que legitimam noções particulares do que é ser, por exemplo, “homem” ou “mulher”, branco ou não branco. Nesse contexto, os currículos *lattes* das professoras desta pesquisa, operam ações históricas que dizem sobre nós e sobre o mundo que nos molda produzindo nossas identidades sociais em múltiplos sentidos que fixam e contestam nossas identidades (SILVA *et al*, 2011).

Por meio de uma análise geral dos *lattes* das dez mulheres entrevistadas para esta pesquisa, conseguimos delinear um perfil acadêmico dessas mulheres, com destaque para suas áreas de pesquisa, cargos assumidos, pesquisas realizadas, dentre outros dados funcionais de seus currículos que nos chamaram a atenção para o modo como as suas identidades são significadas nesses aspectos, sobretudo, se pensarmos que o *lattes* opera com padrões de perfil profissional que garantem o lugar dessas mulheres no espaço acadêmico, de modo que para fazermos parte desse lugar, é preciso acumular ações que se enquadram no perfil exigido pela academia. Ao mesmo tempo, isso não significa que temos que estar enquadradas a esses moldes, nos conformando com o pensamento colonizado que a academia reproduz, porque é possível questionar essas ações contingentes que se tornam legíveis por meio da linguagem,

ao longo da história. Em outras palavras, faz-se necessário o diálogo com outras formas de produção do conhecimento que talvez não sejam apenas o conhecimento global que caracteriza o sujeito como um “ser”, como uma “substância” e não como um “fazer” (SALIH, 2013). Assim, os resumos dos *lattes* das professoras mostram suas identidades em processo, num mundo profissional institucionalizado que compartilha saberes profissionais e relações que interligam pesquisadores/as que também compõem esse universo acadêmico.

No geral, quanto à formação acadêmica, o *lattes* das professoras, mostra que todas são altamente escolarizadas e apenas uma delas possui pós-doutorado, com formação complementar fora do país. Todas possuem algum tipo de vínculo institucional em faculdades particulares e em universidades federais. O interessante é que dentro desse estilo técnico científico e padronizado do currículo *lattes*, em que apenas um grupo restrito da sociedade compartilha do perfil desse gênero, é possível notar estilos particulares de formação acadêmica e de trajetória profissional de cada uma das entrevistadas que reflete o modo como elas se estruturam no espaço acadêmico e na comunidade científica.

Outra questão que chama a atenção nos *lattes* das entrevistadas é a identidade institucional dessas mulheres construída pela vinculação de seus nomes pessoais a alguma IES que contribui com a ascensão dessas mulheres no universo acadêmico. Observamos as marcas linguísticas que orientam suas posições em determinados cargos, em determinadas instituições, além da participação em grupos de pesquisas, suas produções científicas, os diálogos que suas pesquisas investem ou não com o público em geral, entre outros aspectos que contribuem para repetir e legitimar a identidade institucional dessas mulheres.

As questões comuns e resumidas dos *lattes* que se seguem foram as seguintes: os temas de suas pesquisas, as posições de prestígio legitimadas pelos cargos de coordenação, as suas produções bibliográficas, suas participações em bancas, entre outras ações que as mantêm em posição hegemônica possibilitando a manutenção da nossa intelectualidade no universo acadêmico. Dessa forma, o *lattes* foi percebido, nesta pesquisa, como dado empírico, como fonte linguística e discursiva que performa lugares hegemônicos caracterizados por relações de poder e de dominação (FAIRCLOUGH, 2001).

Início com o *lattes* de Alice que, atualmente, é professora assistente da UFOP, do departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, DECEG, da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP. Alice possui graduação em Gestão de Cooperativas e em Administração de Empresas, pela Universidade Federal de Viçosa, UFV, e mestrado em Administração pela mesma instituição. Atualmente, está em processo de doutoramento, também pela UFV.

As principais áreas de interesse de Alice são Políticas públicas, Gestão Pública, Eficiência Alocativa, Indicadores Sociais, Programas de Transferência de Renda, Qualidade de Vida e Administração Financeira. Seus projetos de pesquisas ligados a esses temas de interesse e formação de Alice, os quais se voltam para a sociedade, mais detidamente, ao público de Minas Gerais, refletindo sobre a atuação das políticas de estado, como, por exemplo, o “bolsa família”, programa do governo federal. Por ser jovem e recém mestra, Alice não orienta pesquisas de iniciação científica com os discentes. Apesar disso, atua em conjunto com o grupo de Pesquisa Administração Pública e Gestão Social, APGS, da UFV, desenvolvendo pesquisas nos temas da sua área de interesse do doutorado.

A trajetória de pesquisa de Alice mostra uma ampla publicação em periódicos, em livros e em anais de congressos. Os temas de publicação se voltam, no geral, para a gestão social e para as políticas públicas, assunto que permeia toda a sua produção bibliográfica, desde a sua segunda graduação, quando começou a participar do grupo de pesquisas APGS, da UFV. Dentre as produções bibliográficas de Alice, encontramos em seu *lattes*, uma publicação que se volta para a relação entre identidades de gênero e o trabalho no Brasil. Tal interesse se evidencia pela área de formação de Alice, direcionada para o público, investigando em que medida a população se beneficia ou não dos programas do governo.

A construção da identidade de Alice em seu currículo passa por um processo histórico de suas trajetórias que se inicia na sua graduação até chegar à pós-graduação, com o curso de *lato sensu* consolidando seu lugar no espaço acadêmico, onde, atualmente, apresenta vínculo institucional como professora assistente, na UFOP, desde 2011.

O sucesso na vida acadêmica de Alice é garantido pela estruturação de seu lugar que se dá por meio de um processo de vínculos com IES, ao longo de sua carreira, ministrando disciplinas, desenvolvendo pesquisas, publicando e participando como bolsista de projetos nessas IES e, dessa forma, se integrando, cada vez mais, nesse espaço.

Alice ocupou durante seus vínculos institucionais, cargos de direção e administração atuando como gestora financeira e administrativa da Fungitec, Tecnologia em Microbiologia. Em relação aos projetos de extensão, seu *lattes* mostra que a professora não possui projetos desse tipo, embora, atualmente, sua pesquisa de doutorado esteja relacionada às políticas públicas, mais detidamente, ao bolsa família, o que configura a pesquisa de Alice e o seu perfil profissional como extensionista, ou seja, moldado por relações sociais que vão além do universo restrito da academia. Isso se evidencia pelos projetos de pesquisas que Alice desenvolveu, desde 2009, voltados para o público de municípios mineiros.

É notável a legitimação do lugar de Alice no espaço acadêmico, em especial, no que diz respeito ao seu envolvimento com a pesquisa científica apresentando vasta publicação de artigos, resumos, trabalhos completos, entre outras produções bibliográficas, além de participação em congressos pelo estado de Minas Gerais. Trata-se de atividades características do universo acadêmico e que, de certa forma, possibilitam a ascensão nesse local, bem como a permanência nele. Tal permanência revela o desejo expresso no *lattes* de Alice, que desde a sua segunda graduação, passou a se envolver mais profundamente com a pesquisa científica, através do grupo de pesquisas do qual faz parte. Além das publicações advindas de suas pesquisas dentro do grupo de pesquisa APGS, Alice foi revisora do periódico intitulado “Revista Ambiental Contábil” e participou como membro de várias bancas de trabalhos de conclusão de curso de graduação.

Toda a trajetória acadêmica de Alice, brevemente resumida, demonstra além de seu perfil profissional, seus interesses em fazer parte da academia e se estruturar nesse espaço se integrando nele. Apesar da ausência de pesquisas voltadas explicitamente para o tema das identidades, o *lattes* de Alice demonstra seus interesses acadêmicos voltados para temas como educação, políticas públicas, qualidade de vida, entre outros assuntos que explicitam seu perfil acadêmico profissional e a relação entre identidades e produção acadêmica, uma vez que tal produção não está apartada daquilo que somos e das escolhas que fazemos ao longo de nossas trajetórias.

Seguimos com o *lattes* de Fabiana, a única professora entrevistada bolsista Cnpq de pós-doutorado e com bolsa sanduíche. Fabiana realizou seu pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG; graduou-se em Ciências Econômicas pela UFU, Universidade Federal de Uberlândia; fez mestrado em Economia pela mesma instituição e doutorado pela UFMG, com período sanduíche na Universidad de *La Laguna*, na Espanha. Desde 2013, Fabiana trabalha como professora adjunta lecionando disciplinas ofertadas pelo Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, DECEG, da UFOP. Nesta instituição, Fabiana coordena o grupo Emergente Economia Aplicada e o Comitê de ética da PROPP, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da UFOP. Fabiana, assim como Alice, é nova enquanto professora da UFOP. Apesar disso, por ter uma formação que atende ao perfil que a academia procura, já ocupa, na UFOP, cargos de coordenadoria e orienta alunos de Iniciação Científica, além de desenvolver pesquisa de extensão.

Uma visada geral pelo *lattes* de Fabiana mostra que ela é uma profissional bastante ativa dentro da UFOP, se envolvendo com a área da pesquisa, da extensão, da gestão

e do ensino. O currículo de Fabiana mostra que ela obteve diversos prêmios e títulos relacionados a sua dissertação e a sua tese de doutorado.

Fabiana possui várias publicações em periódicos internacionais e nacionais na área de economia solidária, política monetária, emprego, distribuição de renda, crise financeira, entre outros temas ligados a sua área de formação acadêmica. Além disso, Fabiana ministrou várias palestras em mesas redondas, participou de várias bancas de trabalhos de conclusão de curso de graduação e de bancas de comissões julgadoras de concursos públicos, além de ter atuado na organização de diversos eventos, congressos e encontros, todos na UFOP. Fabiana também possui, atualmente, vínculo com a UFMG, orientando trabalhos à distância.

O *lattes* de Fabiana explicita uma vida acadêmica bastante intensa, na qual Fabiana desenvolve inúmeras atividades relacionadas ao ensino e à pesquisa no espaço da universidade. Em relação a sua atuação profissional, Fabiana lecionou disciplinas na área de ciências econômicas, em cursos de graduação de quatro IES, a saber: Universidade Estadual de Goiás, UEG, na Universidade Federal de Uberlândia, UFU, na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG e, atualmente, na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP. Isso demonstra uma trajetória totalmente incluída no espaço acadêmico onde passou maior parte da sua vida profissional.

A próxima entrevistada é a professora Amanda que apresenta uma formação acadêmica mais “diversificada”, devido aos seus interesses e escolhas acadêmicas relacionadas ao seu lugar de origem. Amanda nasceu em Angola, na África e mudou-se ao Brasil, ainda criança, onde permaneceu obtendo sua titulação acadêmica de graduação em História, pela UFMG, além de prosseguir com o Mestrado em Letras, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC, e com o doutorado em História, também pela UFMG. Atualmente, é professora adjunta da UFOP e leciona aulas nas disciplinas vinculadas ao Departamento de História, DEHIS, do Instituto de Ciências Humanas, ICHS, da UFOP. Assim, como Fabiana, Amanda também possui vários vínculos com IES atuando como coordenadora docente e pesquisadora em seis IES, sendo uma delas a Universidade Politécnica de Moçambique, onde desenvolveu atividades relacionadas ao ensino e a pesquisa. Amanda, diferente de Fabiana, trabalhou em várias universidades particulares exercendo cargos no ensino e na administração. Ela não desenvolveu projetos de extensão e atua como pesquisadora de vários projetos ligados à área de Literaturas Africanas, História e Linguística,

pesquisando temas voltados para as identidades contemporâneas, como os temas da memória, da religião, do nacionalismo e etc.

Assim como Fabiana, Amanda também possui ampla publicação de artigos em periódicos nacionalmente reconhecidos, como o Scielo e, além dos artigos, possui vários capítulos de livros publicados, além de publicações em jornais de notícias, trabalhos completos, resumos expandidos e demais produções bibliográficas e técnicas que evidenciam como a trajetória acadêmica de Amanda é consolidada como pesquisadora integrada à comunidade acadêmica científica.

Diferente do *lattes* de Alice e de Fabiana, o currículo de Amanda mostra que suas pesquisas acadêmicas, ao longo de sua trajetória como pesquisadora, estão voltadas para temas que explicitam a relação entre identidade e produção acadêmica, mais detidamente, entre mulher branca acadêmica cujas experiências, fora do contexto brasileiro, se relacionam às pesquisas que Amanda realiza e aos caminhos que traçou na sua trajetória profissional.

A formação titular de outra entrevistada, a saber, Ana, se volta para a língua estrangeira. Ana especializou-se em língua inglesa, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC. Antes disso, formou-se em Letras, pela UFMG, realizando o mestrado e o doutorado nessa mesma IES. Atualmente, possui vínculo institucional com a UFOP, desde 2012, onde leciona disciplinas ofertadas pelo Departamento de Letras, DELET, do ICHS. Além disso, desenvolve atividades extensionistas como coordenadora do curso de extensão universitária de língua estrangeira dos cursos de Francês e de Inglês nessa mesma instituição. Ana teve outros vínculos com IES federais e particulares trabalhando como professora substituta, assistente e coordenadora pedagógica. Seus projetos de pesquisas estão voltados para o ensino de línguas, para a identidade do professor e a interculturalidade. Ana possui ampla experiência em cursos extensionistas voltados para a formação de português para estrangeiros e de francês ofertado para a comunidade acadêmica e para o público em geral. Além disso, Ana possui projeto de pesquisa ligado ao Inglês sem fronteiras que oferece capacitação aos alunos para a realização dos testes de proficiência em Língua Inglesa, tais como o TOEFL e IELTS.

Atualmente, Ana também faz parte do corpo editorial de duas revistas científicas. Assim como as demais entrevistadas, Ana possui artigos publicados em periódicos, textos publicados em jornais de notícias, entre outras produções bibliográficas e técnicas voltadas para o tema do ensino de língua inglesa. Participou de bancas de aperfeiçoamento e

especialização de trabalhos de conclusão de curso de graduação, além de ter participado de várias bancas de comissões julgadoras.

Ana tem diversas orientações e supervisões de pesquisas concluídas e em andamento, orientando duas pesquisas de iniciação científica de alunos da graduação em Letras voltadas para o tema do ensino de língua inglesa, alfabetização e letramento. Tal visada geral no *lattes* de Ana, demonstra que suas ações na academia estão ligadas à extensão, à pesquisa e ao ensino, dialogando com o mundo fora da academia, ao problematizar em suas pesquisas o ensino de língua estrangeira da comunidade ouropretana e região.

O *lattes* de Ana mostra que suas escolhas, sempre voltadas para seus temas de interesse acadêmico, se consolidam, ao longo de sua trajetória, à medida que ela alcança o *status* de pesquisadora integrada à comunidade acadêmica, fazendo parte desse universo pela repetição de um conjunto de práticas reforçadas pelas suas produções e publicações científicas, bem como pelos cargos que ocupou e ocupa no universo acadêmico.

O quarto currículo resumido foi o de Sabrina que, assim como Alice, também possui duas graduações. A primeira em Secretariado, pelo centro Universitário Newton Paiva e a segunda em Letras, pela UFMG. Sabrina deu continuidade aos seus estudos na área de Letras, realizando o Mestrado em Estudos Linguísticos e o Doutorado na mesma área, também pela UFMG. Atualmente, Sabrina leciona disciplinas ofertadas pelo Departamento de Letras, DELET, da UFOP, onde desenvolve atividades de extensão, pesquisa e ensino.

O *lattes* de Sabrina mostra que ela sempre esteve envolvida com projetos extensionistas voltados para a área de língua, literatura e gramática. Em relação aos seus projetos, Sabrina está envolvida com a pesquisa desde 1996, desenvolvendo investigações voltadas para o estudo da oralidade, para o léxico mineiro, estudo da concordância verbal em manuscritos do Minas colonial, além de pesquisas voltadas para o ensino de língua portuguesa.

Assim como as demais entrevistadas, Sabrina também é membro de corpo editorial e revisora de periódicos. Além disso, Sabrina, ao longo de sua carreira, teve várias publicações de artigos em periódicos, em livros, textos e jornais de notícias, além de outras produções bibliográficas ligadas ao estudo da variação, do léxico e da linguística histórica em manuscritos setecentistas de Minas Gerais. Sabrina também apresenta trajetória de participação em bancas de mestrado, doutorado e de conclusão de cursos de graduação, entre outras participações em comissão de avaliação de progressão funcional e de bancas de concursos públicos. Hoje, Sabrina atua como orientadora de pesquisas de mestrado e de

iniciação científica, além de possuir diversas orientações concluídas de trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica ligados aos estudos da língua e da variação gramatical, temas de seu interesse de pesquisa.

O próximo currículo é o de Rosana. A professora graduou-se em Pedagogia pela Fundação Universidade de Itaúna, FUIT, e se especializou em Pedagogia Empresarial, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte, FAFI. Especializou-se também em Psicopedagogia Clínica Institucional pela Universidade do Estado de Minas, UEMG-FUNEDI. Rosana deu continuidade a sua formação acadêmica realizando o Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC, e o Doutorado, quatro anos depois, em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Atualmente, Rosana é docente adjunta da UFOP e, diferente das demais entrevistadas, está há mais tempo dentro da UFOP, ministrando disciplinas no curso de Pedagogia.

Rosana está na direção e na administração exercendo a função de Presidenta do Colegiado de Pedagogia, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, ICHS. Além disso, Rosana já participou da coordenação de projeto de extensão chamado “Ufop com a escola”, nesse mesmo Instituto. O *lattes* de Rosana mostra que ela apresenta longa trajetória profissional em Universidades particulares, escolas particulares e escolas estaduais, antes de entrar como docente adjunta da UFOP.

Em relação às pesquisas, Rosana, diferente das demais entrevistadas, realizou pesquisa apenas quando ingressou no doutorado, anterior a isso, seu *lattes* não traz nenhuma pesquisa científica dentro da universidade. Apesar disso, seu currículo apresenta vasta produção bibliográfica com publicação de artigos completos em periódicos, capítulos de livros, resumos e outros tipos de produções bibliográficas voltadas para o tema da educação, alfabetização e letramento. Além disso, Rosana participou de bancas de trabalho de conclusão de curso, de qualificação de Mestrado, além da participação em bancas de comissões julgadoras.

Rosana orientou pesquisas de Mestrado e, hoje, orienta três dissertações voltadas para o tema das desigualdades escolares de camadas populares. Tal tema de interesse está totalmente relacionado à experiência profissional de Rosana que atuou desde 1986, como docente no ensino fundamental e como vice-diretora em escolas particulares e estaduais.

O *lattes* de Rosana mostra que sua carreira esteve mais voltada para o ensino e, portanto, para a docência, talvez pela sua ampla experiência profissional construída com sua

entrada recente no mercado de trabalho, optando por continuar com a sua formação acadêmica, após quatro anos, até voltar à universidade realizando o doutorado.

O *lattes* de Helena evidencia que, assim como Amanda, Helena teve uma formação acadêmica mais diversificada ao graduar-se em Comunicação Social, pela PUC Minas e especializar-se em Comunicação e Gestão Empresarial, pela mesma instituição, realizando o mestrado em Administração Pública, pela Fundação João Pinheiro. Além disso, seu doutorado foi em Ciências Sociais, também pela PUC Minas.

Helena, atualmente, é docente do Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, DECSO, onde já lecionou diversas disciplinas do curso de Jornalismo. Helena está vinculada aos docentes da Pós-Graduação em Comunicação, da UFOP e é presidenta do Núcleo Docente Estruturante, NDE, também do curso de Jornalismo.

Seu *lattes* mostra que Helena teve ampla experiência profissional atuando em duas Rádios brasileiras, a *BandNews* e a “Alvorada” realizando trabalhos de redação, reportagem e edição de textos jornalísticos. Além disso, Helena trabalhou em mais dois jornais. Primeiro, no Jornal “O Estado de Minas”, na elaboração de artigos, matérias, reportagens acerca de políticas governamentais e finanças públicas, cobrindo diversas matérias sobre esse assunto. Depois, no “Jornal Diário de Comércio”, DC, realizando serviços técnicos voltados para a redação e reportagem em políticas públicas. Em seguida, Helena trabalhou na Faculdade particular Estácio de Sá, onde lecionou diversas disciplinas ligadas ao curso de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas. Essa ampla experiência profissional de Helena mostra que ela teve muitas oportunidades de empregos, consolidando sua vida profissional no mercado de trabalho até chegar à academia, onde está atualmente inserida.

Quanto à atuação no espaço acadêmico, Helena desenvolve pesquisas de extensão, de Iniciação Científica e de Pós Graduação. Seus projetos estão voltados para a região dos Inconfidentes, em Minas Gerais, desenvolvendo propostas de oficinas audiovisuais que trabalham com a memória, a cultura, o cinema e a mídia em geral. Helena, assim como as demais entrevistadas, possui várias publicações bibliográficas de artigos, capítulos de livros e vários textos publicados em jornais de notícias sobre diversos assuntos ligados às políticas públicas e sociais, no Estado de Minas e lá fora, na América latina e na Europa. Além disso, Helena tem diversas produções técnicas de entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia que discutem as mídias, como o rádio em locais como o da favela.

O currículo de Helena mostra que ela teve uma trajetória profissional bastante intensa com muitas atividades voltadas para o público jovem e adulto, de comunidades locais da região dos Inconfidentes, trabalhando com produções artísticas e culturais.

Helena participou de diversas bancas de trabalhos de conclusão de graduação, além de participar como membro de bancas de comissões julgadoras. Atualmente, a professora orienta dissertação de mestrado, na UFOP, e possui diversas orientações concluídas de Iniciação Científica e de trabalho de conclusão de curso, TCC, a maioria deles voltados para a mídia impressa e televisa com foco na política, na economia e na cultura, abordando temas comuns ao meio social, como os temas do futebol, da paixão, da cidadania, dos movimentos sociais, das eleições, da copa do mundo, dos protestos de rua, dentre outros.

O próximo currículo é o de Nayara que possui graduação em Direito, pela Faculdade Integrada de Caratinga, FIC e, especialização em Direito pela mesma instituição. Nayara é mestra em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, FDV e, atualmente, está cursando o doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC.

Nayara é professora assistente do Departamento de Direito, da UFOP, e atua como presidenta do Colegiado de Direito. Além da UFOP, Nayara trabalhou em outras instituições como em faculdades particulares e em universidades federais, lecionando disciplinas na área de Direito e Legislação Social. Nayara também trabalhou no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais como estagiária e no Juizado Informal de Conciliação exercendo a mesma função.

Atualmente, Nayara desenvolve vários projetos de extensão na área de assessoria jurídica e comunitária voltados para a assistência jurídica, o que evidencia seu interesse em estabelecer diálogos possíveis entre as suas pesquisas e o público não acadêmico. É interessante notar que no seu *lattes*, suas áreas de interesse acadêmico estão totalmente voltadas para assessoria comunitária, evidenciando seu interesse pelo tema, desde quando iniciou suas pesquisas científicas. Nayara é revisora do periódico “Percurso Acadêmico” e já recebeu alguns prêmios e títulos, como professora. Nayara, diferente das demais professoras até aqui investigadas, não possui vasta produção bibliográfica, apesar de ter alguma produção de capítulo de livro e de trabalhos completos. Nayara tem diversas orientações concluídas de monografia de curso de aperfeiçoamento, de trabalho de conclusão de curso, TCC, e de pesquisas de iniciação científica.

A penúltima acadêmica é a Yasmin. Graduada em Museologia, pelo Cursos de Museus, MHN, Yasmin se especializou em Arqueologia pela Universidade Santa Úrsula, USU, além de realizar o doutorado em Ciências Pedagógicas, pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas, em Cuba, pela UFOP.

Yasmin é a entrevistada que possui mais anos de vínculo institucional com a UFOP; ministrou várias disciplinas no Departamento de Museologia e no Departamento de Turismo, desde 2001. Trabalhou na extensão universitária na coordenação do Programa Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, MG. Foi presidenta do colegiado Especial do curso de bacharelado em Museologia e diretora da Pró-reitoria de Extensão, da UFOP. Além da longa carreira dentro da UFOP, em diversos cargos, principalmente, atuando como docente, Yasmin apresenta em seu *lattes*, uma trajetória de trabalho em museus, como no Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro e no museu Nacional de Belas Artes, também no Rio de Janeiro. Yasmin também teve vínculo institucional com o IPHAN trabalhando na coordenação de projetos de revitalização de museus e na coordenação de atividades técnicas educativas no Rio de Janeiro e em Cabo Frio. A sua primeira experiência profissional como docente no magistério, foi na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Depois disso, ministrou aulas no Centro Federal de Educação, CEFET, de Ouro Preto.

No campo da pesquisa, Yasmin possui projeto de pesquisa voltado para a gestão da escola pública e outros dois projetos de extensão voltados para a implementação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, MG. Yasmin faz parte do corpo editorial de dois periódicos científicos.

Em relação as suas produções bibliográficas, seu *lattes* evidencia produções de artigos, de capítulos de livros, de textos em jornais de notícias, além de trabalhos completos e resumos publicados em anais de eventos. Yasmin, assim como as demais mulheres, participou de várias bancas de trabalhos de conclusão de curso e de concurso público. O currículo *lattes* de Yasmin mostra que ela orientou vários trabalhos de conclusão de curso, TCC, mas não orientou pesquisas de Iniciação Científica.

Por fim, uma visada geral pelo currículo *lattes* de Miriam mostra que ela graduou-se em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Maria e, especializou-se em Educação Ambiental pela mesma instituição. É mestra em Geografia, pela Universidade do Paraná, UFPR, e doutora em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Miriam, diferente das demais entrevistadas, entrou como docente do Centro de Educação Aberta e a Distância, da UFOP, no ano de 2015 e, por isso, não está envolvida com atividades diretamente voltadas para a pesquisa na universidade. É interessante que, mesmo sendo recém doutora, Miriam já trabalhou em diversas instituições, como em universidades particulares e na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, exercendo a função de tutora e de professora. Além disso, Miriam apresenta longa trajetória em escolas municipais e particulares onde atuou como professora de Geografia.

Em relação às produções bibliográficas de Miriam, o seu *lattes* mostra que, diferente das demais entrevistadas, Miriam tem apenas um artigo publicado ao longo de sua carreira, apesar disso, seu *lattes* apresenta outras produções publicadas, como em jornais de notícias, trabalhos completos e resumos em anais de eventos acadêmicos. Além disso, Miriam trabalhou ministrando diversos cursos de extensão voltados para as temáticas ambientais e pedagógicas. Participou de várias bancas de mestrado e de monografia e orientou trabalhos de conclusão de curso de aperfeiçoamento e de graduação.

O resumo dos *lattes* das entrevistadas serviu para traçarmos um perfil profissional delas, percebendo como elas delinearão suas vidas profissionais, refletindo sobre seus temas de pesquisa, sobre suas ações dentro da academia, sobre as atividades que desenvolveram relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como outras práticas comuns ao universo acadêmico. Além disso, os resumos aqui apresentados se articulam com as análises dos discursos das entrevistadas realizadas mais à frente deste trabalho.

Quadro 2 – Síntese dos *lattes* das professoras entrevistadas

(Continua)

Profes- sora	Formação acadêmica	Local/Departamento onde atua atualmente	Experiências Profissionais	Ocupou cargos de coordenação ou adminis- tração	Projetos desenvolvidos ou em andamento
Alice	Gestão de Cooperativas e em Administração de Empresas	Professora assistente da UFOP, do departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, DECEG, da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP.	Professora na Fundação Presidente Antônio Carlos, FUPAC, na UFV	Sim	Pesquisa de doutorado relacionada às políticas públicas, mais detidamente, ao bolsa família.
Fabiana	Pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG; graduou-se em Ciências Econômicas pela UFU, Universidade Federal de Uberlândia; fez mestrado em Economia pela mesma instituição e doutorado pela UFMG, com período sanduíche na Universidad de La Laguna, na Espanha	Trabalha como professora adjunta lecionando disciplinas ofertadas pelo Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, DECEG, da UFOP; coordena o grupo Emergente Economia Aplicada e o Comitê de ética da PROPP, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da UFOP	Lecionou disciplinas na área de ciências econômicas, na graduação de quatro IES, a saber: Universidade Estadual de Goiás, UEG, na Universidade Federal de Uberlândia, UFU, na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG	Sim	Orienta alunos de Iniciação Científica, além de desenvolver pesquisa de extensão.

Quadro 2 – Síntese dos *lattes* das professoras entrevistadas

(Continua)

Profes- sora	Formação Acadêmica	Local/Departamento onde atua atualmente	Experiências Profissionais	Ocupou cargos de coordenação ou adminis- tração	Projetos desenvolvidos ou em andamento
Sabrina	Possui duas graduações, uma em Secretariado, pelo centro Universitário Newton Paiva e outra em Letras, pela UFMG. Deu continuidade na área de Letras, realizando o Mestrado em Estudos Linguísticos e o Doutorado na mesma área, também pela UFMG	Leciona disciplinas ofertadas pelo Departamento de Letras, DELET, da UFOP	Trabalhou no colégio Loyola Jesuítas; na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guaxupé; Faculdade de Ciências Humanas, FUMEC; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas.	Sim	Desenvolve atividades de extensão, pesquisa e ensino. Possui projetos extensionistas voltados para a área de língua, literatura e gramática
Rosana	Graduou-se em Pedagogia pela Fundação Universidade de Itaúna, FUIT, e se especializou em Pedagogia Empresarial, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte, FAFI; especialização em Psicopedagogia Clínica Institucional pela Universidade do Estado de Minas, UEMG-FUNEDI.c	Docente adjunta da UFOP; ministra disciplinas no curso de Pedagogia.	Longa trajetória profissional em Universidades particulares, escolas particulares e em escolas estaduais.	Sim	Coordenação de projeto de extensão chamado UFOP COM A ESCOLA, nesse mesmo Instituto.

Quadro 2 – Síntese dos *lattes* das professoras entrevistadas

(Continua)

Profes- sora	Formação Acadêmica	Local/Departamento onde atua atualmente	Experiências Profissionais	Ocupou cargos de coordenação ou adminis- tração	Projetos desenvolvidos ou em andamento
Helena	Graduou-se em Comunicação Social, pela PUC Minas; especializou-se em Comunicação e Gestão Empresarial pela mesma instituição e é mestra em Administração Pública, pela Fundação João Pinheiro; doutora em Ciências Sociais, também pela PUC Minas.	Docente do Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, DECSO, onde já lecionou diversas disciplinas do curso de Jornalismo. Está vinculada aos docentes da Pós-Graduação em Comunicação, da UFOP	Atuou em duas Rádios brasileiras, a <i>BandNews</i> e a Alvorada realizando trabalhos de redação, reportagem e edição de textos jornalísticos; trabalhou na Faculdade particular Estácio de Sá, onde lecionou diversas disciplinas ligadas ao curso de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas	Sim	Desenvolve pesquisas de extensão, de Iniciação Científica e de Pós Graduação. Seus projetos estão voltados para a região dos Inconfidentes, em Minas Gerais, desenvolvendo propostas de oficinas audiovisuais que trabalham com a memória, a cultura, o cinema e a mídia em geral

Quadro 2 – Síntese dos *lattes* das professoras entrevistadas

(Continua)

Profes-sora	Formação Acadêmica	Local/Departamento onde atua atualmente	Experiências Profissionais	Ocupou cargos de coordenação ou administração	Projetos desenvolvidos ou em andamento
Nayara	Graduação em Direito, pela Faculdade Integrada de Caratinga, FIC e, especialização em Direito pela mesma instituição. Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, FDV e, atualmente, está cursando o doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC	Professora assistente do Departamento de Direito, da UFOP, e atua como presidenta do Colegiado de Direito	Trabalhou em outras instituições, como em faculdades particulares e em universidades federais, lecionando disciplinas na área de Direito e Legislação Social.	Não	Desenvolve vários projetos de extensão na área de assessoria jurídica e comunitária voltados para a assistência jurídica
Yasmin	Graduada em Museologia, pelo Cursos de Museus, MHN. Especializou-se em Arqueologia pela Universidade Santa Úrsula, USU, e realizou o doutorado em Ciências Pedagógicas, pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas, em Cuba, por meio da UFOP.	Ministrou e ministra várias disciplinas no Departamento de Museologia e no Departamento de Turismo, da UFOP, desde 2001	Trabalhou na extensão universitária na coordenação do Programa Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, MG. Trajetória de trabalho em museus, como no Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro, e no museu Nacional de Belas Artes, também no Rio de Janeiro; vínculo institucional com o IPHAN trabalhando na coordenação de projetos de revitalização de museus e na coordenação de atividades técnicas educativas no Rio de Janeiro e em Cabo Frio; experiência como docente no magistério, na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e, depois, ministrou aulas no Centro Federal de Educação, CEFET, de Ouro Preto.	Sim	Projeto de pesquisa voltado para a gestão da escola pública e outros dois projetos de extensão voltados para a implementação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, MG.

Quadro 2 – Síntese dos *lattes* das professoras entrevistadas

(Continua)

Profes- sora	Formação Acadêmica	Local/Departamento onde atua atualmente	Experiências Profissionais	Ocupou cargos de coordenação ou adminis- tração	Projetos desenvolvidos ou em andamento
Ana	Especializou-se em Língua Inglesa, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC. Antes disso, Ana formou-se em Letras, pela UFMG, realizando o mestrado e o doutorado nessa mesma IES	Possui vínculo institucional com a UFOP, desde 2012, onde leciona disciplinas ofertadas pelo Departamento de Letras, DELET, do ICHS	Outros vínculos com IES federais e particulares trabalhando como professora substituta, assistente e coordenadora pedagógica	Sim	Seus projetos de pesquisas estão voltados para o ensino de línguas, para a identidade do professor e a interculturalidade. Possui ampla experiência com cursos extensionistas voltados para a formação de português para estrangeiros e de francês ofertado para a comunidade acadêmica e para o público em geral

Quadro 2 – Síntese dos *lattes* das professoras entrevistadas

(Conclusão)

Profes-sora	Formação Acadêmica	Local/Departamento onde atua atualmente	Experiências Profissionais	Ocupou cargos de coordenação ou administração	Projetos desenvolvidos ou em andamento
Miriam	Graduou-se em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Maria; especializou-se em Educação Ambiental pela mesma instituição. É mestra em Geografia, pela Universidade do Paraná, UFPR, e doutora em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Docente do Centro de Educação Aberta e a Distância, da UFOP	Trabalhou em diversas instituições, como em universidades particulares e na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, exercendo a função de tutora e de professora. Possui longa trajetória em escolas municipais e particulares onde atuou como professora de Geografia	Não	Trabalhou ministrando diversos cursos de extensão voltados para as temáticas ambientais e pedagógicas.
Amanda	Graduação em História, pela UFMG, Mestrado em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC, e doutorado em História, também pela UFMG	Professora adjunta da UFOP; leciona aulas nas disciplinas vinculadas ao Departamento de História, DEHIS, do Instituto de Ciências Humanas, ICHS, da UFOP	Trabalhou em várias universidades particulares exercendo cargos no ensino e na administração.	Sim	Possui vários vínculos com IES, exercendo cargo de coordenadora, docente e pesquisadora em seis IES, sendo uma delas a Universidade Politécnica de Moçambique, onde desenvolveu atividades relacionadas ao ensino e a pesquisa

3.1.3 Dados funcionais obtidos por meio da PROAD

Além das informações presentes no questionário eletrônico e nos *lattes* das professoras, obtivemos outros dados funcionais presentes nas duas tabelas abaixo, através da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), da UFOP. Os dados foram obtidos por meio do acesso às fixas de cadastro das dez professoras entrevistadas para esta pesquisa, e também por meio do acesso ao *site* da instituição. Tais dados fornecem perfis profissionais mais precisos das entrevistadas a respeito de quem são elas dentro da UFOP (informações presentes na tabela 1) e também, em relação à quantidade de mulheres e de homens presentes nos cursos dos departamentos alvos desta pesquisa e na universidade como um todo (informações presentes na tabela 2).

Cabe discutir a natureza dos dados da PROAD, no que se refere a função desses dados para esta pesquisa. Trate-se de informações que foram obtidas por meio do acesso restrito à PROAD, mais detidamente, da página de cadastro dos/as professores/as da UFOP. A pesquisadora teve acesso a tal página, através de outra pessoa responsável pela parte de cadastro dos professores/as no sistema da PROAD. Os dados são de natureza qualitativa e forneceram informações complementares que se relacionam às informações obtidas no *lattes* e com as falas das professoras por meio das entrevistas realizadas.

Os dados descritos acima permitiram à pesquisadora tomar conhecimento do nível de formação das professoras escolhidas para esta pesquisa, bem como conhecer outros dados do tipo sexo, raça/cor, região de origem, departamento e tipo de cargo exercido na instituição. Afora essas informações, conseguimos obter por meio do acesso a esse sistema, a quantidade de professores e professoras dentro da UFOP e, em particular, nos cursos de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas. Esse último dado qualitativo, serviu para mostrar como a universidade funciona na prática, no que diz respeito a presença de professores e professoras na UFOP.

Tabela 1 – Dados funcionais da PROAD presentes nas fichas de cadastros das professoras entrevistadas

Nome fictício	Sexo	Escolaridade	Naturalidade/estado	Raça/cor	Setor lotação	Classe de descrição	Cargo atual	Jornada
Alice	F	Mestrado	Abre Campo/MG	Branca	Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais	Assistente	Professor de magistério superior	Dedicação exclusiva
Amanda	F	Doutorado	Godofredo Viana/MG	Branca	Departamento de Historia	Adjunto	Professor de magistério superior	Dedicação exclusiva
Ana	F	Doutorado	Belo Horizonte/MG	Branca	Departamento de Letras	Adjunto	Professor de magistério superior	Dedicação exclusiva
Fabiana	F	Pós-doutorado	Carmo do Rio Claro/MG	Branca	Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais	Adjunto	Professor de magistério superior	Dedicação exclusiva
Helena	F	Doutorado	Belo Horizonte/MG	Não declarado	Departamento de Ciências Soc. com. social - jorn.serv.social	Adjunto	Professor de magistério superior	Dedicação exclusiva
Rosana	F	Doutorado	Itaúna/MG	Branca	Departamento de Educação	Adjunto	Professor de magistério superior	40 horas semanais
Miriam	F	Doutorado	Matelandia/PR	Branca	Departamento de Educação e Tecnologias	Auxiliar	Professor de magistério superior	Dedicação exclusiva
Nayara	F	Mestrado	Caratinga/MG	Branca	Departamento de Direito	Assistente	Professor de magistério superior	40 horas semanais
Sabrina	F	Doutorado	Belo Horizonte/MG	Branca	Departamento de Letras	Adjunto	Professor de magistério superior	Dedicação exclusiva
Yasmin	F	Doutorado	Rio de Janeiro/JR	Não declarado	Departamento de Museologia	Adjunto	Professor de magistério superior	Dedicação exclusiva

Fonte: Pró-Reitoria de Administração, PROAD, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 2015.

Tabela 2 – Quantidade de professores/as efetivos/as nos cursos de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP

Departamentos	Cursos	Institutos	Homens	Mulheres	Total de docentes
DELET	Letras		15	20	35
DEHIS	História	ICHS	16	8	24
DEEDU	Pedagogia		11	15	26
	Administração		7	7	14
DECEG	Ciências Econômicas		15	3	18
	Jornalismo		9	11	20
DECSO	Serviço Social	ICSA	8	10	18
DEDIR	Direito		15	7	22
DEMUL	Museologia	EDTM	7	4	11
DETUR	Turismo		9	5	14
DEART	Artes Cênicas		11	6	17
DEFIL	Filosofia		11	3	14
DEMUR	Música	IFAC	9	6	15
	Pedagogia				
DEETE	Geografia		11	5	16
	Matemática				
Total aproximado de docentes permanentes na UFOP	37 cursos presenciais e 4 cursos à distância	Cidades de Mariana, Ouro Preto e João Monlevade	527	334	861

Fonte: UFOP, 2015. Disponível em: <<http://ufop.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

O quadro acima nos diz que a presença de homens na maioria dos cursos de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas, mais detidamente, nos cursos de História, Ciências Econômicas, Direito, Museologia, Turismo, Artes Cênicas, Filosofia, Música e nos cursos à distância mencionados, é superior ao número de mulheres. Nos demais cursos, a quantidade de mulheres é maior, sendo que apenas no curso de Letras, essa quantidade é duas vezes maior que a quantidade de homens, o que não é suficiente para afirmarmos, por exemplo, que as mulheres “preferem” ou se identificam mais com as áreas de humanas, já que os dados evidenciam que há mais homens do que mulheres na maioria dos cursos presentes na tabela da área de Humanidades, da UFOP.

No geral, em relação aos cursos em questão, encontramos maior número de homens (154), em comparação a quantidade de mulheres (110), na UFOP. Apesar disso, a diferença na distribuição dos professores e das professoras dentro dos cursos das unidades acadêmicas restritas a essa pesquisa (EDTM, IFAC, ICHS e ICSA), não é tão discrepante,

mesmo porque, há cursos, como o de Administração, em que encontramos a mesma quantidade de homens e de mulheres. Isso nos mostra que as mulheres vem ganhando cada vez mais espaço dentro da universidade, graças às lutas intensas dos movimentos feministas que tem ganhado lugar, chamando a atenção para várias questões, dentre elas, ao lugar da mulher na ciência, conforme as discussões presentes no capítulo III.

3.2 Análise das entrevistas

Esta parte da dissertação buscou compreender os discursos das mulheres entrevistadas focando em momentos explícitos e implícitos de suas falas em que suas identidades emaranhadas às questões ligadas ao gênero, à raça, e a outros fatores, se mostraram relevantes, ao significarem, de formas diferentes, suas trajetórias profissionais.

Interessa pensar as identidades e o discurso das entrevistadas como conceitos performativos atendo-nos aos momentos em que os discursos das entrevistadas revelarem algo sobre as questões apontadas. Em outras palavras, as análises levam em conta a performatividade do discurso das entrevistadas no que diz respeito à agência e performance da linguagem. Diante de tal perspectiva, as falas proferidas pelas entrevistadas são compreendidas não como momento único e singular, pois, como argumenta a teoria austiniana, os sentidos das palavras não encontram mais um referente único e fixo, ao contrário, quando pensamos na performatividade, os proferimentos extrapolam o contexto em que foram ditos. Assim, é necessário, como argumenta Butler (1997), que as forças históricas sejam levadas e conta no momento em que as palavras são ditas, pois elas atualizam e repetem contextos mais amplos de significação.

O assunto presente nas falas das mulheres entrevistadas se restringiu aos momentos de suas trajetórias profissionais, desde o ensino básico até chegarem ao ensino superior passando por desafios, conquistas e dificuldades relacionadas aos seus interesses pelo universo acadêmico, pelas áreas de pesquisa que escolheram seguir, pelos empregos que assumiram e cargos que exerceram. Dessa forma, elencamos algumas categorias recorrentes nos discursos das entrevistadas, a saber: (i) ser branca, (ii) ser mulher, (iii) trajetória escolar e de classe social, (iv) percepção do racismo na universidade vistos pelo olhar da mulher branca

acadêmica e, por último, (v) ser acadêmica e pertencer ao lugar da universidade. Tais categorias atravessam a experiência racial delas dentro da universidade e demonstram momentos em que, por exemplo, o ser mulher branca revelou-se como fator de diferença, de ação e de estruturação de seus lugares, sobretudo, no espaço acadêmico.

As análises dos dados focaram não apenas a individualidade da identidade das mulheres brancas acadêmicas (SCHUCMAN, 2012), isso porque partimos do pressuposto de que as identidades são relacionais e estruturantes das relações sociais compreendidas como construções sociais (MUNANGA, 2012). Ou seja, as análises levaram em conta o contexto histórico e os sentidos múltiplos dos discursos das entrevistadas que se reproduzem construindo imaginários sobre as identidades sociais, mais detidamente, sobre o que significa ser uma “mulher” branca.

Diante disso, tomamos como hipótese que as identificações mantêm uma relação estreita com os valores da sociedade abrangente e com a trajetória da pessoa, como argumenta Schucman (2012) e, portanto, os discursos das mulheres entrevistadas refletem a visão de mundo delas, na sociedade e no tempo em que elas se situam. Além disso, as análises não buscam julgar as atitudes, a consciência racial, as ações e produções científicas das entrevistadas, pelo contrário, investigamos os múltiplos sentidos produzidos em suas relações com outros discursos que não são nem verdadeiros e nem absolutos.

A visão apresentada, incorporada às análises que se seguem, leva em consideração os contextos de uso da língua em situações de “interação e de conflito tenso e ininterrupto” (BAKHTIN, 1995, p. 107), em que os discursos são carregados por ideologias. Isso implica que os signos passam, segundo Bakhtin (1995), por um processo de compreensão que ultrapassa apenas um reconhecimento da forma linguística ou da norma linguística fora de seu contexto concreto de enunciação. Diante tal visão epistemológica, apesar das falas serem singulares e terem se expressado em cada uma das dez entrevistas realizadas, os discursos carregam, como argumenta Butler (1997), sua historicidade. Em outras palavras, os discursos, tomados como rito se repetem no tempo e mantêm uma esfera de operação que não é restrita ao momento ou ao contexto em que são proferidos. Portanto, as análises nos permitem generalizações das falas das entrevistadas que excedem o momento individual de seus proferimentos, porque a historicidade dos discursos inclui um passado e um futuro que vão além do sujeito que fala (*ibidem*).

As entrevistadas relataram livremente suas trajetórias, enfatizando aspectos que elas consideraram relevantes em suas vidas profissionais à medida que a entrevistadora

conduziu as conversas buscando não fugir do tema que se centrou sobre a vida profissional delas e sobre o ser mulher branca acadêmica.

A entrevistadora seguiu um roteiro²⁰ que conduziu assuntos/temas que buscaram apreender os significados das identidades sociais das entrevistadas, investigando, de forma dinâmica, as falas das entrevistadas tomando como base as respostas dadas por elas ao questionário eletrônico.

Antes de iniciar as análises, gostaria de ressaltar a minha experiência como entrevistadora e a percepção que tive durante as entrevistas em relação ao significado de ser mulher branca acadêmica. No geral, o que me chamou a atenção foram os momentos em que eu as confrontava em relação à cor e a raça das professoras entrevistadas. A maioria das entrevistadas demonstrou resistência e incômodo quando a raça ou a cor branca se apresentavam como alvos dos meus questionamentos. Mesmo com a minha cor branca, percebi que as entrevistadas se incomodavam com tais questões. Apesar disso, a minha cor foi um facilitador ao permitir que as professoras se sentissem mais a vontade para falarem sobre o assunto quando eu as abordava em relação às questões raciais. Algumas entrevistadas me perceberam como branca apenas em relação à cor da minha pele, a exemplo de Helena que me viu como mais branca que ela, ao dizer que a minha “tez” era “branquinha” se comparada à cor da pele dela.

O que fica evidente da experiência apresentada, além do que demonstram as análises que se seguem, é a resistência em falar sobre ser branca, mesmo com o facilitador da cor da minha pele. Isso implica, talvez, que se eu fosse uma pesquisadora negra, a resistência seria muito maior, já que, como estamos habituados/as, raça e cor costumam recair apenas sobre o corpo negro e nunca sobre o corpo branco. Essa recusa gerada pelo incômodo percebido pelos momentos de silêncio, de mudança de assunto, de dúvida em relação a minha pergunta e etc, também deve ser lido e tomado como análise, porque mostra como é problemático ter como objeto de pesquisa e de assunto o branco. Na maioria das vezes, o que ficava implícito durante as entrevistas, era alguma mensagem do tipo: “por que você que é branca está me perguntando isso?”, “não somos todos iguais?”.

Mesmo a pesquisadora não utilizando explicitamente o termo branquitude, as entrevistadas demonstravam certa estranheza quando eu as indagava em relação às suas identidades sociais, isto é, não entendiam a pergunta dificultando um pouco a comunicação em certos momentos. Apesar de algumas das entrevistadas refletirem para além da cor da pele

²⁰ O roteiro encontra-se em anexo.

ao reconhecer, em alguma medida, a influência do gênero e da raça na nossa prática, a sensação foi à mesma, ou seja, de desconforto em relação às perguntas que eu as fazia.

O texto que se segue, procura formular explicações sobre os dados de análise pensando nas possibilidades de interpretações sobre as identidades das entrevistadas, refletindo como os sujeitos brancos se constituem e são constituídos reiterando suas identidades na/pela linguagem (RAJAGOPALAN, 2003), produzindo novos sentidos e significados sociais para suas identidades. Os trechos transcritos das falas das entrevistadas irão fomentar nossa discussão, pois terão como finalidade nos ajudar a refletir e problematizar as questões que esta pesquisa se propõe a responder.

3.3 Como se dá a percepção do ser branca a partir das visões das mulheres acadêmicas

Para introduzir, mais profundamente, o assunto relacionado à cor e à raça das mulheres entrevistadas, uma das perguntas que faço a elas, é como se identificam em relação à cor da pele. Para tal, utilizei suas respostas presentes no questionário eletrônico, segundo o qual pedia para que as respondentes se classificassem em relação à cor preenchendo, livremente, no espaço deixado em branco, a cor da pele delas. A partir das respostas obtidas por meio de tal questionário, pedi a elas, durante as entrevistas, que explicassem o porquê de determinadas escolhas e classificações por cores, me dizendo o que nelas, em seus corpos ou mesmo em suas vidas, fazia com que elas se classificassem enquanto tais, pensando na implicação social disso em relação às posições que elas ocuparam e ainda ocupam na academia.

Uma visada geral nos dados das entrevistas nos permite dizer que a categoria raça presente no imaginário das entrevistadas, ainda é aquela reproduzida pela ciência moderna nos séculos XIX e XX. Tal visão biológica serve para classificar e hierarquizar as raças colocando a raça branca no topo dessa hierarquia, conforme argumenta Schuchman (2012).

Antes de apresentar as falas que nos chamaram a atenção neste ponto, é importante reiterar sobre a reação da maioria das entrevistadas quando eu as questionava, mais especificamente, sobre a cor e a raça delas, conforme os trechos que se seguem.

O silêncio prolongado, a pausa para pensar sobre tal pergunta, demonstrou o incômodo das entrevistadas em relação ao assunto fazendo com que a entrevistadora tivesse

sempre que repetir a pergunta. Em algumas das entrevistas, as entrevistadas demonstraram dúvidas dizendo que não sabiam como responder minhas perguntas transmitindo insegurança no momento de respondê-las. A sensação era de que meus questionamentos não faziam sentido para elas e, a falta de clareza nas respostas, demonstrou a perturbação das entrevistadas em relação ao assunto provocado.

Em uma das entrevistas, a respondente disse que não queria falar sobre o assunto, porque não via sentido na pergunta que eu estava fazendo, dificultando um pouco nossa conversa. Outras me falaram sobre momentos de conflito racial; outras, como Ana, expressou o que ela pensa a respeito desse assunto dizendo não ver sentido e nem necessidade em existir classificação racial, entre outras conversas que surgiram e que são problematizadas nas análises que se seguem.

O discurso de Rosana mostra como a categoria cor em seu discurso, é algo que tem mais a ver com a descendência da família dela, mais precisamente, com aquilo que ela chama de “árvore genealógica”. O modo como Rosana usa a linguagem para responder a minha questão, revela suas vozes interiores (BRIGGS, 2007) a respeito da sua subjetividade, isto é, do que a caracteriza como branca.

Entrevistadora: voltando no questionário que você respondeu, você colocou que você é branca. Quero saber por que você fez essa opção, “o que você acha que te caracteriza como branca?”

Rosana: ahã... (pausa) eu coloquei porque/ quer dizer, vou dar a minha família. Não têm na/pelo menos que eu me lembre, até os bisavós, não têm negros na família, então é: os meus avós, bisavós são todos, meu pai, minha mãe né”. Então, eu acho que não tem nem... até: o tataravô que eu sei, não sei se deve ter, não sei. Eu me classifico como branca

Entrevistadora: “como branca?”/

Rosana: é super difícil isso às vezes “né”, porque, certamente, acho que tem na minha árvore genealógica, têm negros “né”, porque a gente lá em Itaúna, a região de Minas ali, de Itaúna, eu acho que tem muitos quilombos ali perto. Eu acredito que sim, que deve ter sim

Entrevistadora: mas, você se classificou como branca, mas por quê? Pela falta de “genealogia?”

Rosana: “é”

No discurso de Rosana percebemos alguns deslizes, pois, a sua cor é afirmada de maneira contraditória. Quando ela tenta recuperar, na família dela, os seus descendentes, ela nega a presença de negros na família, mas, por outro lado, quando insisto na pergunta, ela reconhece a mistura do branco com o não branco. Porém, tal miscigenação, se deve pela sua região de origem localizada em “Itaúna”, cujo local, segundo Rosana, é habitado por quilombos e, portanto, “certamente” ocupado por negros que são pré-significados em seu discurso como pertencentes aos quilombos.

Rosana não afirma com certeza, a existência ou não de pessoas negras naquilo que ela chama de sua “árvore genealógica”, porém, estabelece a hipótese de que haja pessoas negras em sua descendência pelo fato de ocupar uma região povoada por quilombos. A branquitude, no discurso de Rosana se afirma, dessa maneira, mais pela cor de sua pele e, mesmo quando ela se caracteriza como branca, pela possível existência de mistura em sua descendência familiar e em seu sangue, a sua cor branca se reduz ao seu corpo, à cor de sua pele e à suposta falta de genealogia com outras raças que sejam puras e não miscigenadas, como demonstra a continuação da conversa.

Entrevistadora: ... pela falta de pessoas de outra “cor?”

Rosana: “é”... porque não é muito assim/ é claro que a minha, se for olhar cor da pele, certamente que aqui (aponta para a sua pele) tem branco, tem negro,tem índio “ne”, porque nós todos somos essa miscigenação “ne”, mas, eu acho que eu me classifico como branca

Entrevistadora: você colocou lá a cor branca, mas, na raça, você deixou em branco/

Rosana: “porque na verdade eu não sei”... eu não consigo assim pensar. A cor eu acho que sim, mas acho que é por causa disso, tem, deve ter alguma ...é uma mistura “ne”, muito grande, não tenho muita clareza pra falar a verdade

Entrevistadora: mas, você se considera como branca?

Rosana: sim

Rosana traz em seu discurso marcas linguísticas que revelam além do esforço em conseguir encontrar uma resposta para a minha pergunta, a dúvida e a incerteza advindas, talvez, da complexidade que caracteriza as relações raciais no Brasil, conseqüentes de diversos fatores como o da miscigenação e da ideologia do branqueamento.

Ao dizer que não sabe responder sobre a sua classificação racial, Rosana recorre, novamente, ao discurso da “mistura” através de marcadores linguísticos como adjetivos e advérbios que demonstram que a mistura é “muito grande”, o que dificulta no momento de se classificar em relação a sua cor e a sua raça.

Vale sublinhar que Rosana, mesmo demonstrando falta de clareza em sua classificação étnica racial, reafirma sua identificação como branca, no final do trecho acima. É como se ela tentasse reconhecer a existência da mistura, mas, ao mesmo tempo, não deixa de reafirmar-se como branca, como pertencente a essa categoria vista por ela como biológica.

Quando pergunto sobre a sua raça, Rosana, de novo, se mostra confusa e recorre à mistura como fenômeno que “dificulta” a sua classificação racial; ela não responde diretamente minha pergunta e tenta se lembrar também da sua classificação racial dada ao questionário eletrônico.

Entrevistadora: e você acha que tem alguma diferença? [

Rosana: [‘olha ‘eu não lembro que eu deixei em branco... “deixei?”

Entrevistadora: deixou em branco a raça. Você colocou a sua cor branca, mas, a raça, você deixou em branco

Rosana: é, eu teria que colocar branca também “ne?”, se minha cor é branca, minha raça é branca “ne?”

Nesse trecho, percebemos, novamente, a incerteza e a confusão de Rosana em relação a sua classificação étnico racial que, segundo ela, deveria ser branca para se aproximar da sua cor que também é branca, afirmando, dessa vez, uma branquitude sem misturas, coerente com a cor de sua pele. Apesar disso, quando insisto perguntando sobre a sua identidade racial branca, destacando a raça como categoria de diferença ligada à sua vida e não, por exemplo, à sua ancestralidade, Rosana reconhece que há desigualdades advindas da cor da pele dos sujeitos, mas não reconhece nosso lugar social de mulher branca no alto da pirâmide (SOVIK, 2009), isto é, lugar que reforça e reproduz tais desigualdades. Além disso, embora Rosana tenha contato com estudos da sociologia que, de certa forma, voltam à atenção para questões relacionadas ao ser humano e às desigualdades sociais, seu discurso não reconhece o nosso lugar de mulher branca no exercício da prática social e das relações de poder reforçando, novamente, a ideia da mistura.

O impasse entre a mistura e a tentativa de Rosana em fixar a sua classificação racial revela, portanto, não só a complexidade da história racial de nosso país, mas também mostra como Rosana tenta se fixar ao grupo branco e se integrar a essa identidade mesmo que sua “árvore genealógica” demonstre a intensa presença da mistura racial em seu “sangue”. Entretanto, na continuação da entrevista, ela reconhece certa diferenciação em relação a sua cor, mas, tal diferença, focaliza não a sua identidade, mas a identidade do outro, do negro, do indígena, isto é, identidades tidas como “fora do lugar”. Eis a continuação da entrevista que exemplifica tais argumentos.

Entrevistadora: ahã... e você acha que isso tem diferença na sua “vida?” você ser branca? tem alguma interferência?

Rosana: “olha”... eu que estudo desigualdades... “ne”, é claro que tem “ne”, de camada média, branca, é lógico que tem “ne”... a gente sabe da desigualdade no Brasil, como que ela foi construída e é construída e reproduzida “ne”. Então, certamente que sim. Por exemplo, como professora dessa escola particular, na época em que eu entrei, não tinha uma professora negra, “nenhuma professora”. Hoje, tem! Isso tem mudado um pouco lá, então, é claro que isso faz diferença sim, na trajetória da gente, social, escolar.

Entrevistadora: você ser branca tem “diferença” então?/

Rosana: ou ser negra

Entrevistadora: ahã... e você/

Rosana: ou índia “ne”, ou pensando o Brasil, as desigualdades são múltiplas “ne”

É interessante analisar como Rosana compreende a minha pergunta mudando seu foco para as desigualdades que não são apenas de cor, mas “de classe média”, de escolaridade e etc. Certamente que esses fatores moldam as identidades dos sujeitos e os significam de formas diferentes estabelecendo determinadas hierarquias e desigualdades sociais entre as pessoas. Contudo, o que não está linguisticamente marcado no discurso de Rosana, mas aparece como fato implícito em seu discurso, é a ocultação da branquitude, porque mesmo quando insisto perguntando se o fato de Rosana “ser branca” influencia na sua vida, ela me responde, com certeza, porém, não vê que a nossa cor da pele é o que nos “abre portas”. Ou seja, Rosana foca apenas na questão da classe social e das desigualdades que são “múltiplas”

e que afetam a todos, negros e brancos, como se as desigualdades recaíssem de formas iguais entre as pessoas brancas e não brancas.

O tema da desigualdade fica explicitado na fala de Rosana pelos marcadores linguísticos como “as desigualdades são múltiplas”, fato que é reforçado pela experiência de Rosana em relação aos locais de trabalho em que atuou a exemplo da escola particular “super elitizada”, onde lecionou durante alguns anos. Rosana conta que durante o tempo em que trabalhou nessa escola, pôde constatar a falta de outras professoras negras. Além disso, a “desigualdade”, a “multiplicidade” e a “diferença” são marcadas também pela área de estudo de interesse de Rosana, isto é, a área da Sociologia.

Rosana, na fala abaixo, conta que tem contato com leituras de autores como Bordieu que discute políticas públicas e educação com foco para as desigualdades, tema cujo interesse deu-se pela trajetória profissional da entrevistada. Rosana conta que sempre esteve inserida tanto em escolas públicas como em escolas privadas, onde a localização, o público e etc, eram totalmente diferentes das escolas privadas.

Rosana: eu acho que essa questão da desigualdade tem a ver com a minha trajetória de querer sair e entender a desigualdade escolar “ne”. Eu trabalhava em duas instituições “completamente opostas”. Eu trabalhava/ eu trabalhei durante vinte anos, numa escola pública de periferia. Claro que considero como do interior diferente de pensar uma periferia de Belo Horizonte “ne”, mas é um bairro bastante desfavorecido do ponto de vista socioeconômico e cultural “ne” e, numa escola particular super elitizada. Então, eu tinha dois parâmetros muito distantes “ne”, de escolarização. Isso é claro que a minha experiência nisso, me motivou também buscar compreender isso melhor “ne”. /...// o Bordieu fala né, que a pesquisa ela é mais uma auto-análise “ne”...pra gente se entender também enquanto sujeito social, enquanto pessoa “ne”, enquanto pesquisador, professor, enquanto pessoa mesmo, mas também pra poder “pensar” a educação brasileira “ne”

Rosana apresenta consciência das desigualdades relacionadas à escolarização. Tais desigualdades, segundo sua fala, se estruturam de acordo com a localidade das escolas. Ou seja, a escola pública, de “periferia”, onde lecionou durante vinte anos, é diferente da escola particular, “super elitizada”, pois, a escola pública se localizava em áreas

desfavorecidas do ponto de vista socioeconômico e cultural, o que implica na estruturação de desigualdades no que se refere à educação brasileira.

A experiência profissional de Rosana permite que ela veja necessidade em direcionarmos nossas pesquisas para as questões humanas a fim de compreender nosso lugar de “sujeito social”, de “professor”, refletindo sobre a “educação brasileira”. Trata-se de uma visão de pesquisadora que não se aparta das questões sociais e, por isso, busca estabelecer pontes entre a teoria e a prática, mais detidamente, no campo educacional do qual Rosana faz parte.

Apesar da visão social de Rosana, na fala acima, ela não se atenta para as influências da raça e do gênero em sua trajetória profissional. Rosana, ao mudar o foco da minha pergunta sobre os privilégios que o “ser mulher branca” traz em relação à sua vida, não vê que as posições que ela assumiu ao longo de sua história profissional, foram “conquistas” asseguradas pela cor da pele. Dito de outra forma, estamos habituadas ao sucesso garantido pela cor branca da pele que nos garante também o fácil acesso às posições de maior poder e prestígio na sociedade. Trata-se de posições que nos trazem chances de progresso na carreira, algo que não está disponível da mesma forma às pessoas não brancas.

Rosana, ao longo de sua vida profissional, teve a oportunidade de trabalhar em diversas instituições de ensino, públicas e particulares. Atualmente, a professora ocupa cargos importantes dentro da universidade, como o de coordenadora e de presidenta do colegiado de Pedagogia. Tais cargos, de maior importância, demonstram que a branquitude de Rosana, apesar de não ser percebida por ela como fator de diferença, age garantindo que a entrevistada assumia posições de prestígio, ao longo da carreira. Trata-se de posições comuns e acessíveis aos brancos, como corrobora a literatura desta pesquisa.

Voltando à questão da ancestralidade e da origem étnico racial, tal contexto surge também no discurso de outra entrevistada, a saber, Yasmim, caracterizando a sua identidade racial branca como mistura entre brancos descendentes de europeus, mais especificamente, entre os “espanhois e os portugueses”.

No dizer de Yasmim, não existe “branco puro” e, quando insisto perguntando o sentido de ser branca, sem estar necessariamente ligado ao seu aspecto físico ou àquilo que ela entende como “origem familiar”, Yasmim, assim como Rosana, apela para a sua localidade geográfica marcada pela mistura que se identifica pelo fenótipo. O fenótipo, para Yasmim, se resume à cor de sua pele e ao seu cabelo pré-significado como “crespo” e como símbolo da mistura, em seu corpo, entre “preto”, “amarelo” e “branco”.

É interessante notar a complexidade presente no discurso de Yasmim em relação à sua classificação como branca, pois, o fenótipo para ela, é visível, já que Rosana se classifica como branca, pela cor de sua pele, mas, o seu cabelo, significado como “crespo”, representa a mistura, ou seja, o cabelo para Yasmin, também é visto como elemento de diferença. Yasmim fica entre fixar a sua identidade como branca e, ao mesmo tempo, deslocar tal fixação ao reconhecer o contexto de miscigenação representado em seu cabelo.

Apesar do cabelo, o que fixa e classifica a identidade étnico racial de Yasmin, é a cor de sua pele. Segundo a entrevistada, a cor de sua pele é “muito clara” e, portanto, é o que a define enquanto branca demonstrando que há níveis de branquitude representados pelo tom da pele.²¹ O cabelo, se é “crespo”, não é “puramente branco”, porque representa a mistura entre “preto, branco e amarelo”.

A fala de Yasmin mostra o lugar do discurso performativizado no interior dos sistemas de práticas culturais e linguísticas (HANKS, 2013), em que o cabelo crespo é tipicamente associado ao imaginário comum de algo ruim²² e negativo, já que representa a miscigenação, a mistura, ou seja, algo sem definição, conforme diz Yasmin. Além disso, o cabelo pré-significado como elemento que se caracteriza pela mistura assume significado em relação ao corpo branco que, segundo a entrevistada, não é “puro”, porque se misturou com outras etnias.

Entrevistadora: no questionário, você preencheu a sua cor e a sua raça como brancas. Gostaria que você falasse por que você respondeu isso. O que você vê em você que te faz pertencer à cor e à raça branca?

Yasmin: os meus avós e bisavós vieram de uma mistura de portugueses e espanhóis. É claro que não é, não tem branco puro né, então, os portugueses, a península Ibérica foi invadida pelos mouros. Então, já vêm lá os mouros, já têm também toda uma configuração étnica. Então, a gente não é branco puro.

²¹ A complexidade que caracteriza a branquitude em níveis relacionados não apenas à cor da pele das pessoas, mas também a outras categorias sociais, estão presentes nas análises de pessoas brancas da cidade de São Paulo, realizadas por SchUman (2012) em sua tese.

²² Basta atentarmos para as inúmeras piadas racistas que são veiculadas na mídia em geral, como em programas humorísticos, a exemplo do programa da TV Rede Globo, Zorra Total que exibiu até o ano de 2012, o quadro da personagem Adelaide. A personagem representa uma mulher negra pedinte de metrô que utiliza jargões para interagir com as pessoas brancas que circulavam no metrô carioca (PINTO, 2015). A personagem conjuga em seu corpo marcas linguísticas e corporais racistas que associam, por exemplo, o seu cabelo nomeado como “palha de aço”, com estereótipos preconceituosos sobre o cabelo negro. Trata-se de uma cena em que Adelaide diz que agarrou, durante uma enchente, o cabelo de sua filha e achou que fosse uma “palha de aço”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-x_Tr46VNig>. Acesso em: 29 nov. 2015.

Entrevistadora: mas, tem algo em você mesma que te faz pertencer a esse lugar, sem ser só a questão de origem familiar ou do seu corpo, algo que te faz se perceber como branca?

Yasmin: ah é a pele... eu sou muito clara, a pele. Agora devo ter também, por exemplo, componentes negros, “entende”, porque, no Rio, minha família é do Rio e lá, foi muito miscigenado, muito misturado. Eu sempre tive cabelo crespo, então, assim, na realidade eu acho que o brasileiro ele é e não é nem preto, nem branco, nem amarelo, ele é uma mistura. Agora eu me vejo como branca, porque, por exemplo, a cor da pele é branca.

A classificação racial de Yasmin pode ser interpretada, novamente, pela complexidade que caracteriza as relações raciais no contexto brasileiro, isto é, das misturas das raças. É preciso pontuar que a ideia da mistura surge no momento em que ela é confrontada com a sua classificação étnico racial. Nesse momento, a miscigenação vem à tona, mas, a entrevistada, não demonstra dificuldades em se classificar como branca, porque diz, abertamente, que se vê como branca, já que, por exemplo, “a cor da pele é branca”.

O que chama a atenção no discurso de Yasmin, é que mesmo quando repito a pergunta, ela postula sua auto-imagem em relação aos seus familiares e à sua região de origem tentando resgatar o contexto da mestiçagem sem conseguir perceber os sentidos sociais que estruturam o seu lugar de mulher branca acadêmica. Yasmin atenta-se apenas aos aspectos fenotípicos que “garantem” a sua classificação como branca, evidenciados apenas pela cor de sua pele. O desconhecimento da discussão social sobre a raça fica patente em seu discurso pela ênfase em suas respostas nos aspectos fenotípicos ou hereditários e pela confusão diante das complexidades dos processos de racialização.

A falta de consciência racial presente não apenas no discurso de Yasmin, mas também nas falas das demais entrevistadas, conforme evidenciam as análises, pode ser explicada pela cegueira unilateral que garante ainda mais os privilégios da branquitude não assumida enquanto tal. Entretanto, cabe ressaltar que a percepção da branquitude, apesar de não ser linguística, é visível no mundo social, porque, na prática, essas mulheres ocupam posições de privilégio na academia tendo as “portas abertas” durante suas trajetórias profissionais. Isso porque, mesmo com as dificuldades relatadas em seus discursos, como demonstram as transcrições das entrevistas, elas conseguem manter-se na academia, são ouvidas e tem o direito à fala, além de ocuparem posições de prestígio e de poder, como o da academia.

Na mesma direção das duas últimas entrevistas analisadas, a próxima entrevistada se identifica como branca pela cor da sua pele, mas, quando se trata da raça, novamente, a incerteza aparece negando a existência dessa categoria como construção social e reafirmando a ideia de que a raça é biológica. Ana, nega sua classificação racial ao argumentar que não há como classificar a sua raça, pois, tal classificação depende de “estudos” e “pesquisas” que identifiquem no “DNA” da pessoa, a raça a qual ela pertence.

Entrevistadora: no questionário, você respondeu na pergunta sobre cor e sobre raça, que você tem a cor branca e, na raça, você deixou em branco, vazio. Como você se identifica em relação a isso?

Ana: pois é, eu não sei, quais são as possibilidades de raça? Eu coloquei branca porque eu olho pra mim e vejo que eu sou branca. Agora, essa questão de raça, isso é uma coisa tão difícil, não saberia como. Qual é a minha? Isso é uma coisa de DNA né? Ter que fazer estudos, pesquisas, não sei.

Ana, no questionário eletrônico, se nomeou como branca e se vê enquanto tal, já que pela cor de sua pele, não há dúvidas que ela pertence à categoria branca. Muniz (2009) argumenta sobre isso, em sua tese, ao reforçar que a raça, no Brasil, é questão de cor e não de origem, ou seja, a raça está ligada à aparência racial da pessoa que é marcada intensamente pela cor da pele e pelos traços físicos da pessoa (NOGUEIRA, 2006). Quando se trata da raça, é como se essa categoria não existisse, pois, para Ana, a raça não pode ser identificada a olho nu e, por isso, trata-se de um problema concernente à biologia, aos estudos científicos que buscam no “DNA da pessoa”, a sua raça. Em outras palavras, trata-se de algo que não tem existência social e prática no mundo real e, no limite, para Ana, é como se a raça não existisse.

Quando insisto na existência social da cor e da raça de Ana, a sua cor branca é garantida pela mesma cor da pele dos seus parentes mais próximos, como a cor de seu irmão e de seus pais. Ou seja, novamente, o fator biológico surge como justificativa para a sua classificação étnica racial e, apesar do fenômeno da miscigenação, Ana, assim como Yasmim, também se classifica como branca pela cor da sua pele que surge como argumento definidor, isto é, como fato que garante a fixidez do auto-reconhecimento de Ana enquanto branca.

É interessante sublinhar que, no discurso de Ana, ela reconhece certa possibilidade de mistura de cor entre as pessoas, mas tal mistura pode estar presente em seus familiares mais distantes e não nos familiares mais próximos, como o irmão e os pais, retomando, de novo, a questão da “genealogia”. Em relação à raça, por ser algo que requer, segundo ela, um estudo científico do DNA das pessoas, ela opta por não se pronunciar sobre o assunto demonstrando uma percepção neutralizada de sua racialidade (SUCHMAN, 2012), como reforça a continuação da entrevista.

Entrevistadora: pensando pelo que você é em relação à sua posição social. Há algo em você que te faz se identificar com a cor branca? Com a raça branca? Como você vê isso, já que você disse que você é branca?

Ana: é, sou! Exatamente isso! Não tenho uma identificação com essa raça branca que eu não sei o que significa. Quando eu penso em raça branca, eu lembro dos alemães. Não tem como eu me identificar com eles ((ri)). Eu sou branca pela minha cor, pela cor do meu irmão e dos meus pais, nós somos brancos. Não sei se existe alguma identificação. A minha família é bem misturada, nós temos negros, nós temos índios e etc. Na mesma família tem uma pessoa que é mais escura, mais clara e etc. Eu digo a cor da minha pele. Agora, a questão de raça? Eu acho meio complicado e não gostaria de entrar nisso, porque eu não gosto, detesto essa divisão, detesto! Essa divisão da sociedade de acordo com raça, não faz sentido.

Entrevistadora: mas, por que você detesta essa divisão? O que você acha que te incômoda nisso?

Ana: porque já está escrito algo na nossa constituição que as pessoas devem ser tratadas, independente da raça, cor, religião e etc. Então, não faz “nenhum” sentido pra mim, se todas as pessoas devem ser tratadas iguais, por que ficar procurando qual é a raça da pessoa? O que ela deve ser ou, com o que ela se identifica? Esquece! Somos brasileiro, ponto!

Ana, em seu discurso, reforça horizontes ideológicos sobre o discurso da igualdade entre as pessoas, comum na sociedade brasileira. Ao pensar dessa forma, Ana não percebe seu lugar social de fala, em relação às posições que ela ocupa dentro da academia, isto é, em relação às suas ações, às suas produções acadêmicas e etc.

A resposta dada por Ana a minha pergunta, é redirecionada, novamente, para a dúvida, para a incerteza e o incômodo em relação à visibilidade da sua identidade racial branca, sobretudo, em relação ao seu lugar social que é negado em detrimento de uma suposta integração das demais identidades que são “todas tratadas iguais”, já que “somos brasileiros,

ponto!”. A invisibilidade da branquitude de Ana se explicita ainda, pela expressão “não tenho uma identificação com essa raça branca que eu não sei o que significa”.

A linguagem ritualizada pelas relações raciais evidencia-se, no dizer de Ana, para reforçar a relação entre os atos de fala e sua identidade racial que é significada como neutra, talvez, porque estamos acostumadas/os com a falsa ideologia partilhada entre nós, de que vivemos numa democracia racial que insiste em impor o pensamento colonial. Tal pensamento caracterizou nossa história como universal, a ponto de estar linguisticamente demarcado na nossa constituição “que as pessoas devem ser tratadas, independente da raça, cor, religião e etc”, como argumenta Ana.

Além das questões apontadas, a visão de Ana sobre a raça, aponta para a ideia comum e frequente na sociedade brasileira, sobre tal categoria, ou seja, conforme Sovik (2009), a ideia de que “aqui ninguém é branco” se apresenta como algo que serve para dizer que somos todos iguais e misturados e que branco é só o estrangeiro. Nesse contexto, a raça branca, como diz Ana, se aproxima da “raça alemã”, com a qual ela diz não se identificar, porque, em seu contexto familiar, as pessoas são “misturadas” e, portanto, não são brancas como é a raça alemã. Tal afirmação evidencia graus da branquitude que é construída como invisível e oculta do ponto de vista social.

A branquitude no discurso de Ana é enaltecida se aproximando da ancestralidade “europeia/branca”, da qual Ana não faz inteiramente parte (SCHUCMAN, 2012, p. 21). Cabe pontuar que a entrevistada trata a população brasileira como uma raça, como se fosse uma “raça cósmica” (MUNIZ, 2009) que se caracteriza pela mistura intensa. Tal mistura está presente nos países da América Latina, fato que torna impreciso o *status* racial da maioria das nações latino-americanas. Muniz (2009) aponta, em sua tese, essa questão ao argumentar que o problema, no Brasil, e em outros países latinos, como, Cuba, Colômbia, entre outros, é que tais países não assumiram a perspectiva da “assimilação entre as raças”, o que contribui para propagar a ideologia da miscigenação que “veio para ocultar, suplantando e destruir a perspectiva de uma sociedade pluriétnica e plurirracial, pautada no respeito mútuo” (*Ibidem*, p. 45).

No final da entrevista com Ana, quando eu já tinha parado de gravar, ela começou a me contar a experiência racial dela no exterior. Nesse momento, consegui, de forma discreta, ligar novamente, o gravador. Registrei sua experiência que, embora não tenha sido dentro da academia, demonstra como a branquitude pode assumir significados diferentes em contextos em que o branco é marcado por níveis de cor, ou mesmo níveis de classe

econômica, de escolarização, como presente nos discursos aqui analisados. Vale ressaltar que tais diferenças, não diminuem o valor da branquitude, pelo contrário, demonstram como tal conceito deve ser interpretado de forma múltipla (SCHUCMAN, 2012).

Ana conta que quando foi assinar uma ficha de cadastro nos EUA, ela classificou a sua cor como branca e, ao fazer isso, foi surpreendida por uma pessoa que disse que sua ficha estava errada, porque ela não poderia ter se classificado como pertencente à cor branca, já que sua raça, não era branca europeia, mas sim latina americana e, por isso, descendente da raça espanhola.

O mais interessante, talvez, no acontecimento em questão, é o evidente incômodo de Ana ao narrar tal fato. O incômodo é gerado pelo não reconhecimento do corpo de Ana como branco, como é reconhecido aqui no Brasil. Ana diz que ficou incomodada porque não estava habituada a preencher esses tipos de questionários no Brasil, já que, no contexto brasileiro, a ideia de que somos um país miscigenado serve como pretexto para que brancos não reconheçam o lugar social da cor branca e o “caráter racista da sociedade que nega a branquitude” (SOVIK, 2009, p. 80). Eis o trecho que exemplifica os argumentos aqui expostos.

Ana: /.../ porque estava escrito cor, isso era uma coisa que, até então, no Brasil, não existia. Você nunca preenchia fixas no Brasil colocando cor. Isso era até proibido tal/.../ eu me lembro de escrever cor. Eu achei aquilo estranho, porque, aqui no Brasil, a gente não falava disso. Não falava de cor e nem raça. Eu escrevi cor, eu completei e, na hora que eu fui entregar, a pessoa me disse assim: “isso está errado, a fixa”, “sua fixa está errada”. Eu falei: “minha fixa está errada? O que eu posso ter errado? no meu nome?” “minha nacionalidade? “eu, errar?”... ela falou assim: “você não pode colocar que você é branca”... eu falei: “por que não?” Ela falou: porque você descende de espanhóis. Quem descende de espanhol, não pode colocar que é branco. Eu falei, “mas eu não descendo de espanhóis. Eu descendo de portugueses”... eu lembro que ela ficou me olhando e, depois, falou que eu podia colocar que eu era branca.

Entrevistadora: mas, por que você acha que ela falou que você descende de espanhol?

Ana: porque eles não têm a menor noção. Aham que na América do Sul, todo mundo descende de Espanhol. Você já deve ter percebido. Não foi fisicamente...eu escrevi lá, Brasil. Como Brasil é América do Sul, a capital “provavelmente” é Buenos Aires e todo mundo falava espanhol... falei: “não moça, eu não descendo de espanhóis”...eu descendo de portugueses... ela parou e pensou: “portugueses?”... então, está bom! Você pode colocar que você é branca... eu falei: “eu posso?”, “então tá”((risos)).

Diante desse cenário racial estrangeiro, fica evidente, pelo discurso de Ana, o incômodo por ter sido reconhecida como latina e não como branca. Além disso, ela também se incomoda, porque, aqui, no Brasil, ela não estava habituada a nomear a sua cor e a sua raça como brancas. Isso evidencia que no contexto Brasileiro, nós brancas/os não estamos acostumadas/os a nomear nossa cor e nossa raça.

Quando a branquitude de Ana é desvelada e questionada pela lógica da classificação racial norte americana, sua identidade assume níveis de brancura que variam de acordo com o contexto geográfico. Na situação de Ana, o contexto geográfico revela que há uma distinção entre o “branco da América do Sul” e o “branco europeu” que tem a ver com o lugar de origem da pessoa.

O depoimento de Ana mostra que ela tenta argumentar defendendo que é branca porque descende de portugueses. Portanto, Ana faz parte da raça europeia, das pessoas que têm origem étnica racial vinda da Espanha localizada na Europa e não na América do Sul. Aqui, o valor da branquitude está atrelado à origem étnica europeia e, portanto, “há uma hierarquia entre brancos que está associada a quanto um branco tem desta origem” (SCHUCMAN, 2012), da cor da pele e dos traços físicos que se apresentam como marcadores de diferença estabelecendo uma hierarquia entre aqueles que são considerados mais brancos e os que são considerados menos brancos, a depender do contexto geográfico e social no qual se localizam. O que chama a atenção no caso de Ana é, pois, o incômodo em relação à necessidade de nomear a cor de sua pele, preenchendo a ficha de cadastro.

Entrevistadora: essa classificação por cor. Você acha que isso não tem importância? Isso incomoda? Você tem que falar a sua cor?

Ana: não, não me incomoda....é só como eu te disse. Acho que isso não deveria acontecer...acho que todo mundo deve ser tratado igual, independente da cor, ponto... não é que você vai tratar melhor ou pior alguém por causa disso /.../

É oportuno trazer a fala de outra entrevistada, a saber, Helena que também vive situação semelhante à de Ana, quando estava numa fila, em Londres, e se depara com pessoas de outras nacionalidades orientais. Helena se identifica com essas pessoas, porque, segundo

sua fala, os traços físicos dos “afegãos” eram muito parecidos com os traços físicos dela e de sua família.

Helena fica confusa ao contar sua experiência racial em contexto estrangeiro, mais especificamente, ao dizer não saber mais como classificar a sua cor e que, apesar de ter respondido no questionário eletrônico enviado às professoras, que se classifica como branca, Helena, na verdade, supõe ser descendente de árabe e, portanto, sua cor é parda e não branca. Eis o trecho que exemplifica o que estamos tentando dizer.

Helena: uma vez, fui fazer uma reportagem em Londres. Eu fui para cobrir aquele repórter que morreu nos atentados...eu estava no aeroporto...aí, na Europa, é assim, União Europeia e OTHERS. Então, a agente é outros! Eu estava na fila com um tanto de japonês e tal... eu olhei para traz, tinha uns três afegãos, mas eles pareciam tanto com a minha família, comigo sabe!? eu falei “nossa” e minha mãe tinha mania de falar que a gente era descendente de árabe...eu falei “mãe a gente é afegão!”, porque a gente parece é com eles.

As realizações linguísticas de Helena marcam sua experiência racial em que a sua identidade é deslocada e, sobretudo, questionada, num contexto diferente que permite que Helena não se veja mais como miscigenada e nem como branca, mas sim como “descendente de árabe”, já que, segundo ela, fisicamente, os árabes se “pareciam tanto” com a família dela. O estranhamento se dá com a mudança de percepção racial fora do contexto brasileiro, pois ambas as entrevistadas demonstram que a identidade racial delas é vista como lugar de fixidez em que o “ser branca” é dado como um fato.

As forças performativas que operam os atos de fala proferidos por Helena caracterizam a complexidade das condições do sujeito que fala e que deseja traduzir, por meio da linguagem, a sua experiência racial e identitária, a qual se traduz em relações de intersignificação das forças que operam o contexto dos atos de fala proferidos pela entrevistada em questão. Essas forças são, pois, negociadas dentro dessa situação de comunicação que ressignifica sua identidade, “submetida à alteridade” (PINTO, 2002) que, na experiência de Helena, trata-se das demais identidades presentes no momento em que ela se identifica como afegã.

Mais à frente, da entrevista, a classificação da cor de Helena, é postulada como branca no questionário, embora ela diga, na entrevista, que na verdade a classificação de sua cor deveria ser parda. Entretanto, no decorrer da entrevista, ela nega tal classificação dizendo

que a categoria “pardo” estaria mais próxima do “mulato”, “da cor mais escura” que não representa a cor da pele de Helena.

Entrevistada: mas, você colocou no questionário que você é branca/

Helena: achando que o pardo não era isso que eu estava achando... que o pardo era uma coisa mais para o mulato, assim, sabe? Da cor mais escura... fiquei sem saber, assim...

O significado da branquitude de Helena, assim como o de Ana, é socialmente construído de acordo com o espaço, se diferenciando de acordo com o local de origem das regiões do globo. A identidade racial de Helena e de Ana oscila conforme suas experiências em lugares em que a branquitude é percebida se aproximando da ideia da mestiçagem e da mistura, fugindo do branco estrangeiro e europeu que é considerado como “branco puro” (SHUCMAN, 2012). Além disso, a incerteza que surge no discurso de Helena em relação a sua cor tenta ser resolvida por meio do uso da categoria “pardo”. Tal categoria é comum na classificação racial do Brasil, consequente do fato histórico presente na ideologia do branqueamento, ideologia própria do branco brasileiro (PIZA, 2002). Ou seja, faz parte da superioridade da raça branca, presente no imaginário brasileiro que nega qualquer mistura cultural ou biológica com os negros e com a cultura afro-brasileira (RAMOS, 1957, *apud* SCHUCMAN, 2012).

A consequência do imaginário do branqueamento e da miscigenação fez com que o brasileiro pardo se classificasse como branco garantindo a branquitude e naturalizando a construção histórica do lugar de dominação do branco. Por outro lado, a categoria cor, ao representar a mistura brasileira, serve para reafirmar o discurso de que nós brasileiros somos cordiais e somos “todos iguais” independente da cor e da raça, negando, dessa forma, o uso da categoria cor como realidade social que serve para classificar e hierarquizar as pessoas, negando também a presença do racismo na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 2002).

Diante das análises apresentadas neste tópico, o modo como as entrevistadas compreendem a raça/etnia delas, mostra que a branquitude é produto da história, ou seja, não tem significados intrínsecos, mas sim socialmente construídos em espaço, tempo e nas atividades linguísticas em que se realizam (FRANKENBERG, 2004). Esses significados se diferenciam e variam entre os locais e regiões do globo, conforme as situações de Ana e de

Helena, em que a identidade delas assume valores diferentes de acordo com a lógica racial do contexto geográfico em que estão inseridas. Além disso, a linguagem tem papel importante nas análises que estamos empreendendo, porque possibilita compreender as rupturas de produção dos sentidos das identidades das mulheres acadêmicas brancas em momentos ativos de uso da linguagem, em que suas identidades são negociadas num confronto de relações de poder entre “inúmeras vozes” (SPINK & MEDRADO, 2013). Lembrando que do ponto de vista da visão performativa da linguagem, não há como afirmar as identidades dessas mulheres no sentido verdadeiro ou falso, porque elas não possuem uma origem e estado fixo, pelo contrário, estão sujeitas às contingências das relações discursivas.

Diante disso, o que fica evidente com as análises, são as regularidades discursivas daquilo que elas dizem a respeito da cor. A performance linguística delas, de forma geral, é marcada por contra-discursos que negam o lugar social da cor branca, pois mesmo quando elas reconhecem o contexto da mistura entre nós, a atitude delas é pouco crítica. Isso porque ao verbalizarem a cor branca delas, se afirmando de forma linguística e política enquanto brancas, o conflito se instala e o discurso comum do “somos todos iguais” serve como muleta para negar os privilégios que a cor branca nos traz. Isso mostra que na prática, essas mulheres não estão acostumadas a se nomearem como brancas, embora elas tenham se nomeado no questionário eletrônico enquanto tais (a exceção de Alice que se nomeia como parda).

3.3.1 A classe social e a escolarização na trajetória das mulheres brancas acadêmicas

Observando a fala de Mirian, presente no trecho abaixo, notamos a presença recorrente de orações negativas que demonstram a consciência do lugar social ocupado pela entrevistada. Tais enunciados em construções negativas confirmadas pelas palavras “não”, “nunca” e pela conjugação verbal em primeira pessoa, “nunca senti”, evidenciam a ausência de uma reflexão questionadora que leve em consideração a construção histórica e cultural do lugar da mulher branca acadêmica, do qual fala a entrevistada, situando seu lugar social na academia e não desprezando o efeito que o gênero, a raça, a classe social e etc, exercem sobre nós (LOPES, 2008).

A perspectiva de Miriam se conforma com aquilo que compreendemos por visões essencializadas das identidades (RAJAGOPALAN, 2006). Trata-se de visões que além de

negarem o lugar social que os sujeitos ocupam, por exemplo, na academia, não reconhecem, talvez por ter uma “mente colonizada pelo racismo” (MUNIZ, 2009, p. 12), que os discursos carregam em si ideologias. Tais ideologias operam com o poder performativo da linguagem, construindo lugares comuns, como o imaginário de que a “sociedade brasileira é democrática para todas as raças” (MUNANGA, 2004). Tal pensamento confere a essas identidades, igualdade, inclusive no plano educacional, como sugere outro trecho da fala da entrevistada abaixo, novamente, através de explicitações de sua identidade, marcadas pelo uso de advérbios como “não”, “nunca” e pela conjugação verbal em primeira pessoa de verbos como “prestei” e “concorri” evidenciando sua opinião a respeito do seu lugar acadêmico.

Entrevistadora: mas, o fato de você ser branca, não influencia?/

Miriam: não, para mim nunca. Pelo menos nunca/

Entrevistadora: nem na sua posição aqui na universidade?

Miriam: nunca senti...

Entrevistadora: nas posições que você assumiu ao longo da sua carreira?

Miriam: não, sempre concorri, em concursos que eu prestei, eu concorri com negros, pardos, brancos. Eu acho que a questão da inclusão que se tem, principalmente, dos afrodescendentes... concordo que a educação pública tem que ser de qualidade pra todos, indiferente de raça, de cor. Eu nunca tive privilégios por ser branca.

O discurso de Miriam chama atenção porque é como se o fato de ser branca não facilitasse o seu percurso acadêmico. Mesmo ressaltando as suas dificuldades financeiras devido a sua origem familiar, Miriam consegue ocupar, durante sua trajetória profissional, diversos cargos em universidades, escolas particulares e federais, como evidencia seu *lattes*. Há, por assim dizer, uma naturalização da trajetória racial de privilégio de Miriam que afirma categoricamente que “ser branca nunca influenciou em nada” em sua vida profissional.

O que fica apagado, estrategicamente, na maioria dos discursos das entrevistadas, é uma espécie de memória do privilégio que nenhuma das entrevistadas desta pesquisa tem. Trata-se de lugares difíceis de serem vistos como marcados, porque esses lugares marcados da branquitude, não são questionados pelas pessoas brancas. Em outras palavras, as posições

assumidas pelas professoras, em suas vidas profissionais, não são alvos de estranhamento. Dessa forma, o privilégio presente nas trajetórias profissionais das professoras, passa despercebido por elas e, o máximo que se reconhece, em seus discursos, é a questão de gênero, ficando a questão racial excluída de suas posições acadêmicas. Esse “esquecimento” da memória do privilégio é estratégico porque garante a fixidez das posições hegemônicas da branquitude.

É notável nos discursos das mulheres entrevistadas, o modo como elas compreendem suas conquistas profissionais ressaltando que suas posições, dentro da academia, nada têm a ver com a cor delas e, menos ainda, com os privilégios que a nossa cor branca nos traz. Isso porque, segundo, por exemplo, o discurso de Miriam, as políticas de inclusão, os concursos públicos e mesmo o ensino público, estão acessíveis “para todos”, independente da cor e da raça das pessoas. É como se a linguagem, a raça, o gênero, a educação, entre outros fatores não moldassem as identidades dos sujeitos de formas diferentes; é como se as oportunidades estivessem ao alcance de todos/as independente de tais categorias, bastando aos sujeitos saberem aproveitar tais oportunidades que são dadas, por exemplo, por meio das políticas de inclusão, como as cotas. Vale ressaltar que as cotas, no contexto brasileiro, são vistas pelos brancos como assistencialismo deles e como “favores das elites dominantes” (CARONE & BENTO, 2002) e não como direito e conquista dos movimentos sociais.

O que se destaca na fala de Miriam é a ausência de uma visão para além desse lugar comum, confortável, normal, coerente e forjado pelas elites dominantes brancas, de que vivemos a tão propalada “democracia racial” fundamentada numa visão biológica que é “indiferente” à raça e à cor, como diz Miriam. A falta de uma percepção crítica de Miriam em relação a sua própria identidade de mulher branca acadêmica se liga ao desejo dela em ocupar o espaço acadêmico “se esquecendo” que esse lugar comum da academia, é habitado, em sua maioria, por pessoas brancas, homens e mulheres, respectivamente. Miriam não percebe que esse espaço é hegemônico, elitizado e formatado por e para mentes brancas que rejeitam o corpo feminino, principalmente, o corpo feminino não branco.

Há outro momento na fala de Miriam, em que a sua auto-imagem é marcada pela conjugação verbal em primeira pessoa, ora no singular, ora no plural, de verbos que indicam posse, como “tive” e “tiveram”, negando os privilégios da sua raça ao reforçar seu discurso por meio do argumento relacionado à origem econômica e à escolarização de sua família. Nesse momento, a sua identidade de mulher branca, ligada aos fatores econômicos e à

escolarização, é negada em termos de qualquer privilégio que Miriam possa ter tido pela cor de sua pele, como se o fato de pertencer a uma família com condições financeiras mais baixas, diminuísse o poder da branquitude (SCHUCMAN, 2012).

Os marcadores como a origem econômica e a escolarização de sua família não são vistos como eixos de diferenciação que demonstram os níveis de ação e de estruturação do poder da branquitude. Pelo contrário, são eixos que servem para justificar, segundo Miriam, o fato dela não ter tido privilégio algum pela cor de sua pele. Além disso, a entrevistada novamente diz que a cor não faz diferença, não influencia nas posições que o sujeito ocupa, em especial, no meio acadêmico. Tal afirmação é marcada por um discurso comparativo que tenta igualar outras identidades em termos de acesso às “oportunidades”. Mais à frente da entrevista, Miriam diz que “seja o branco, o pardo, o negro afrodescendente que está no meio acadêmico, teve as mesmas oportunidades”, independente da cor da pele ou da raça das pessoas.

Vale ressaltar que o discurso de Miriam, assim como o de outras entrevistadas, revela a complexidade de se estudar as Relações Raciais no Brasil. Isso se deve não apenas por causa do discurso forjado de que vivemos uma “democracia racial”- discurso que nega a existência das raças e suas consequências racistas para os grupos dominados- mas, porque outros fatores, como a escolarização, a localização geográfica, a classe econômica, entre outras marcas que pré-significam as identidades, surgem demonstrando os vários sentidos que a identidade racial branca assume ao estar estruturada em diversos níveis de acordo com os diferentes contextos de experiência racial das mulheres brancas acadêmicas entrevistadas.

Ainda em relação à fala de Miriam, quando insisto na questão da sua cor, de novo, o fator da escolarização, bem como a questão do incentivo e do mérito, por meio do uso do advérbio “muito” e do adjetivo “fácil” (“eu não cheguei aqui fácil, eu tive que estudar muito”) surgem para negar qualquer vantagem que ela possa ter tido na sua vida profissional, ligada à cor de sua pele.

Entrevistadora: você acha que a cor não tem essa diferença?

Miriam: não, eu acho assim, seja o branco, o pardo, o negro afrodescendente que está no meio acadêmico, ele teve as mesmas oportunidades. Eu não cheguei aqui fácil, eu tive que “estudar muito”, eu te digo isso. Eu acho assim, eu estudei em escola pública, tive uma família que por mais que não tiveram a condição de estudar/ meu pai tem até a segunda série do primário, sabe mal ler e escrever o nome dele e minha mãe tem até a quinta série, mas

sempre foi muito de ler. Então, eles “sempre” nos incentivaram a estudar. É a maior recompensa e herança que eles podem nos dar, o estudo.

Mais à frente da entrevista com Miriam, quando insisto na pergunta sobre a influência da cor de sua pele em sua vida, a questão da herança cultural e da “oportunidade” surgem também como outro argumento que oculta os privilégios da cor. É importante assinalarmos que a questão do privilégio estruturante da identidade racial branca, na nossa sociedade, sobretudo, na academia, concede vantagem ao nosso grupo branco dominante em relação aos demais grupos dominados que, no limite, são atingidos cotidianamente pelos racismos e sexismos negados, principalmente, no universo acadêmico, como evidenciam as falas das entrevistadas no tópico sobre a experiência do racismo vivenciado na universidade.

As falas das entrevistadas demonstram isso em graus diferentes, pois a política de identidade aparece como antagônica em relação ao mundo acadêmico e o fato de sermos mulheres brancas acadêmicas se presume como “normal”, como se fosse invisível, sobretudo, na academia onde o pensamento europeu e tecnicista está orientado para “as ofertas e procura do mercado de trabalho” (DERRIDA, 1999, p. 152) ao conceber a identidade como questão pacífica.

Apesar de reconhecer de forma simplista que há diferenças ligadas à raça e à etnia das pessoas, como diz a entrevistada em questão, tais diferenças, sobretudo, culturais beneficiam mais uns do que outros em termos de aprendizagem. Isso se evidencia a partir da experiência profissional da entrevistada, ao me contar que numa comunidade quilombola, onde esteve inserida durante quatro anos, observou que a descendência racial dos quilombolas era diferente da descendência dos europeus como ela.

Miriam diz que a sua descendência é formada por pessoas que são pré-significadas em seu discurso, como “trabalhadores já tinham outra vida, outro ritmo”, já os quilombolas são pré-significados por ela, por meio de explicitadores como “afrodescendentes”, “negro” e “escravizados”. Tais termos evidenciam a inferioridade dos quilombolas em relação aos europeus.

Miriam não apenas explicita a sua auto-imagem como positiva se aproximando dos europeus, como também explícita a imagem das pessoas descendentes de europeus ao afirmar-se em relação aos seus ancestrais se referindo a eles por meio da conjugação verbal em terceira pessoa e em primeira pessoa, como “tinham”, “tiveram”, “eu tive”. Tais diferenças, segundo Miriam, estão relacionadas às supostas dificuldades que os quilombolas

tiveram na escola, pois, apesar de todo o incentivo dado a eles pela “senhora de 65 anos”, dentro da comunidade quilombola, é como se a raça dos quilombolas, entendida e pré-significada pela entrevistada a partir de suas origens culturais (“forma de vida deles”), fosse uma barreira ou um empecilho que dificulta a ascensão social e cultural das pessoas negras, obtendo também uma boa escolarização. Ao pensar assim, Miriam valoriza a sua descendência europeia e, ao mesmo tempo, nega o valor da sua branquitude em detrimento do discurso da “pobreza” que atingiu sua família.

Entrevistadora: mas, você acha que isso não tem a ver com a sua cor?

Miriam: não, porque a família do meu pai e da minha mãe é muito pobre, tiveram que trabalhar muito “também”... então, a oportunidade quando são dadas, você tem que agarrar, seja para o rico ou para o pobre...claro que a questão da cultura influência “muito”e, aqui, não estou sendo discriminatória...a questão cultural de uma etnia para outra, não vou usar o termo raça, difere....como te falei, eu trabalhei por quatro anos numa escola de uma comunidade rural onde 99% dos alunos eram “negros”/.../ então, eu trabalhei ali e vi, presenciei, nos quatro anos, a forma de vida deles. A diretora, aposentada afrodescendente veio de uma família de condição econômica, “né”, pai ferroviário, ela dizia assim: “a oportunidade é dada pra todos”... a família do meu pai também era pobre e sempre me incentivou muito a estudar. Essa diretora, senhora, 65 anos, ela incentivava muito, mas ela vê como é difícil, ela sendo negra, afrodescendente. Então, a questão cultural tem muito a ver. Como te falei, eu sou descendente de origem italiana, de pai e a mãe de origem alemã. Minha família veio da Europa, eles eram trabalhadores, já tinham outra vida, outro ritmo. Então, já tinha maior habilidade nessa questão do trabalho no sentido de se virar sozinho. O africano, quando veio, veio escravizado, vivia em sociedades tribais... era uma outra dinâmica, outro modo de viver...e isso, eu percebo, com a experiência que eu tive. A cultura do afrodescendente, de forma geral, ela é diferente da cultura do descendente de europeu....aqui, eu não estou fazendo discriminação, eu estou colocando/ porque, assim, eu cresci vendo meu pai e mãe dizendo que tem que trabalhar para ter as coisas. Não é ganhar hoje e ganhar hoje, “não”...é uma questão de oportunidade e cultura...

Fica evidente no discurso acima, a imagem preconceituosa que Miriam apresenta das pessoas descendentes da raça negra, associando suas identidades às imagens de escravizados reduzindo suas habilidades por supor que os negros viviam em “sociedades

tribais”. É como se os negros não tivessem trazido com eles, suas culturas, seus costumes, suas formas de aprendizagem e habilidades, seja no trabalho, na escolarização, na música, na dança, entre outros valores que são diferentes dos valores dos europeus e, não por isso, melhor ou pior que os deles, como se evidencia na fala de Miriam. Além disso, a questão da “oportunidade” surge não como algo que se apresenta como possibilidade mais para uns do que para outros, de forma hierarquizada, devido ao preconceito de cor presente como realidade empírica na sociedade brasileira (MUNANGA, 2004), reconhecendo as injustiças históricas que diferenciam a forma como as oportunidades são distribuídas para brancos e para negros, mas como algo que aparece em desproporção, sobretudo, para os negros. Ou seja, segundo Miriam, os negros têm menores possibilidades de ascensão social porque viviam “em comunidades tribais” e eram “escravizados”, além de não terem tido o incentivo familiar e a cultura “suficientes” para estudar, trabalhar e etc, como os descendentes de europeus, de “origem” “alemã” e “italiana”, por exemplo.

A aparente relação que Miriam estabelece em seu discurso, entre descendentes de africanos ligados à ideia de povo inferior e, entre descendentes de europeu ligados à ideia de povo superior, posição ocupada por Miriam que afirma pertencer a esse último grupo e, por isso, ter mais “oportunidade”, nos traz a seguinte questão: dificilmente você ouvirá um discurso acadêmico que reconheça a responsabilidade da exclusão histórica dos grupos minoritários, porque é fato que não se trata apenas de “oportunidade”, mas sim de se posicionar frente à ideia reducionista que deixa de conduzir o pensamento acadêmico para as problemáticas da identidade levando em consideração a complexidade dos sujeitos e dos atos de fala que recaem sobre os seus corpos congelando suas identidades.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que tais identidades são congeladas, também são constituídas de forma provisória (SIGNORINI, 1998) por meio dos atos de fala, já que os sujeitos não estão fechados em si mesmos, à medida que se orientam para a descontinuidade. Em outras palavras, o discurso de Miriam é, de modo geral, comum no espaço acadêmico, pois perpetua a tranquilidade ou a posição confortável que nossos corpos brancos representam nesse espaço. Esses corpos não são vistos como uma ameaça ao paradigma dominante, já que fazem parte dele, fato que nos concede várias oportunidades e vantagens, as quais mantêm nossa posição hegemônica.

Na fala de outra entrevistada, a Sabrina, a origem econômica e a escolarização também aparecem como fatores de diferenças utilizados para negar o lugar de privilegiado de sua identidade social. Há vários elementos ligados a auto-imagem de Sabrina que evidenciam

seu lugar de mulher branca, o qual está relacionado às dificuldades ligadas à origem familiar, à educação e à origem econômica das entrevistadas.

Segundo o discurso de Sabrina, o fato de ser branca ou mesmo se fosse de outra cor, como a “amarela” ou a “negra”, não é algo que ela vê como elemento diferenciador, já o tipo de ensino, as dificuldades financeiras que ela chama de “acesso as coisas”, é algo que sem dúvida, influencia na sua ascensão profissional e nas posições que ela conquistou dentro da academia. Sabrina relaciona em seu discurso sua auto-imagem com a posição de cor de outras pessoas que por não serem brancas, “provavelmente”, passam por “constrangimento” devido à cor da pele. Além disso, Sabrina marca sua auto-imagem em relação a outras pessoas que diferentes dela, estão inseridas no espaço acadêmico, explicitando sua posição social como inferior por meio do adjetivo “ruim” que marca a qualidade do ensino público do qual ela teve acesso.

Entrevistadora: mas, você acha que há diferença você ser branca? Influência na sua posição aqui na universidade? Nas posições que você assumiu ao longo da sua vida profissional?

Sabrina: “olha”, eu não vou falar que não. Como eu te disse, eu nunca passei por nenhum constrangimento por cor porque eu sou branca “né”... talvez, se eu fosse negra, provavelmente, eu ia passar, porque a gente sabe o que é a nossa sociedade, ponto, a sociedade é assim, infelizmente, precisa mudar, não ta certo, ta errado, precisa mudar, mas, eu viver, passar por isso, eu nunca passei. Agora o fato de eu ser branca ou se eu fosse amarela, ou se eu fosse negra, se eu teria dificuldade de ter acesso às coisas... não sei te dizer, porque, como te disse, no início, eu sempre estudei em escola pública, e em escola pública “ruim”, “ruim mesmo”. Tanto que eu tinha para mim que eu não conseguia entrar pra UFMG, porque eu achava que eu não dava conta. Eu entrava no ônibus da UFMG que ia para faculdade particular que eu estudava, eu ficava olhando, o que esse povo tem que eu não tenho?

É importante deixar claro que o nível de escolarização e a classe econômica são fatores que exercem influência no modo como as identidades são constituídas e no modo como as identidades se posicionam no mundo. Entretanto, cabe ressaltar que isso não significa que essas categorias são exclusivas, pois como demonstram os estudos da pesquisadora

Figueiredo (2009), mesmo que as pessoas brancas sejam pobres e/ou menos escolarizadas, isso não é suficiente para colocá-las “fora do lugar” justamente porque a cor da pele delas lhes garante mobilidade no interior do grupo do qual a pessoa faz parte.

A ampla e consolidada trajetória profissional de Sabrina, aponta para a necessidade de refletirmos sobre a branquitude e seus privilégios em relação a sua trajetória profissional. Tais privilégios raciais permitem à Sabrina e as demais entrevistadas desta pesquisa, ascender na carreira profissional e assumir cargos como o de coordenação em projetos de pesquisa reconhecidos nacionalmente, como o do PIBID, por exemplo, cujo projeto é coordenado por Sabrina.

Sabrina, ao repetir em seu discurso, o seu lugar de mulher branca, com baixas condições econômicas, contradiz o que o resumo de seu *lattes* mostra, ou seja, que ela assumiu cargos de prestígio em sua história profissional que demonstram que a professora conseguiu e consegue driblar as barreiras sociais, sobretudo, as de gênero, e marcar seu lugar de branquitude assumindo posições de prestígio em sua vida profissional. Nesse sentido, a classe social é um substituto para justificar as suas posições profissionais e não um fator complementar.

Outra questão que chama a atenção no discurso de Sabrina é o modo como ela compreende a minha pergunta postulando um possível lugar de vítima ao tentar se lembrar de possíveis momentos em que a cor dela possa tê-la “prejudicado” e lhe causado algum tipo de “constrangimento”. A entrevistada inverte, assim, a lógica racial dada, como se fosse possível aos brancos, se passar como vítimas de algum tipo de “constrangimento” por conta da cor da pele.

A cegueira racial de Sabrina demonstra aquilo que Frankenberg (2004) aponta como característica comum da identidade racial branca, isto é, de ser invisível aos olhos dos brancos, mas não aos olhos dos não brancos que são conscientes da branquitude e de sua normatividade. E aqui, segundo a autora Bento (2002), estaria também à sensação de medo em desnudar a branquitude e seu lugar normativo que é totalmente consciente e visível para as pessoas negras. Dessa forma, o negro poderia olhar para o branco não com o desejo do branqueamento, “mas com olhos analíticos que desnudam a branquitude” (*Ibidem*) e a perpetuação das desigualdades.

O que parece estar subentendido nos discursos de ambas as entrevistadas em questão é, portanto, a postura hegemônica no meio acadêmico acerca da prevalência do preconceito de classe sobre o preconceito racial. É como se o problema do tratamento

diferenciado oferecido aos brancos e, sobretudo, aos negros, resultasse da falta de recursos financeiros, quando, ao contrário, sabemos que os brancos, mesmo estando em uma possível situação de desvantagem econômica, possuem privilégios, conforme argumenta Bento (2002):

Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquidão, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la (BENTO, 2002, p. 27).

O problema permanece reduzido à classe social. É claro que não se trata de excluir a influência de tal fator, como ressalta Bento (2002), pois esse também é um fator importante, mas tal diferenciação não é suficiente para explicar o racismo que estrutura a sociedade brasileira, pelo contrário, serve para negar a existência desse fenômeno.

Nas falas até aqui analisadas, há certa consciência das entrevistadas de que são mais privilegiadas em relação às demais identidades, porém, não se responsabilizam pelo fato ao apresentar contra argumentos centrados na meritocracia, no esforço que exerceram para superar as dificuldades econômicas e na falta de uma educação de qualidade para alcançar as posições que ocupam na academia; esses são os únicos fatores levados em conta pelas entrevistadas.

A nossa identidade racial, no modo como ela é estruturada e intrinsecamente construída nos discursos apresentados, aparece para essas mulheres como algo invisível dentro da academia, pois o privilégio que a branquitude concede aos sujeitos que dela fazem parte, não é reconhecido em detrimento do discurso do mérito, da conquista, do esforço e da luta. Contudo, a linguagem postulada como performativa opera com o “fazer” e, portanto, as posições assumidas pelas mulheres brancas entrevistadas, não apenas representam um lugar de fala de discursos que se intercambiam num embate que advém das relações de alteridade. Digo isso, porque, as mulheres desta pesquisa, não apenas são sujeitos por onde os discursos passam de forma tranquila e passiva, ao contrário, esses discursos estruturam seus lugares levando a questionar também os não ditos de seus discursos, ou seja, os atos de fala imprecisos e ambíguos que, de certa forma, também constituem suas trajetórias profissionais, seus lugares de privilégios e etc.

Do ponto de vista da linguagem, o ato de fala “o fato de eu ser branca”, como enuncia Sabrina, na fala acima, nos chama a atenção para a sua auto- imagem que ao ser postulada pelo nome “branca”, se recontextualiza em seu discurso reafirmando seu suposto lugar de neutralidade. Em outras palavras, Sabrina, ao incorporar o ato de fala “branca” para responder a minha pergunta, essencializa a sua identidade ressaltando a igualdade, a normalidade e não a diferença, embora, reconheça, sem ter certeza, que se ela fosse negra “provavelmente” seria vítima de preconceito tendo consequências em relação ao seu lugar na academia.

O ato de fala “negro”, no discurso de Sabrina, não é ressignificado de forma positiva, pois não permite agência e mobilização. Em outras palavras, os sentidos que o nome “negro” assume é de algo que está fora e que é tomado como objeto ao lado do branco que não reconhece seu lugar conveniente e diferente para questionar sua suposta invisibilidade e normatividade.

Analisando as recorrências discursivas das falas das entrevistadas neste tópico, seus discursos demonstram que dentro da própria identidade racial branca- a branquitude- existem distinções e fronteiras internas que hierarquizam os brancos (SCHUCMAN, 2012) através de outros marcadores sociais, como classe social, escolaridade e etc. Tal fato demonstra que “a categoria branco é uma questão internamente controversa e que alguns tipos de branquitude são marcadores de hierarquias da própria categoria” (*Ibidem*, p. 136). Essa característica da identidade racial branca pode ser percebida no discurso de outra entrevistada, a Helena, que ao contrário de Sabrina e de Miriam, teve uma boa escolarização, veio de uma família em que pai, mãe, tios e tias tiveram acesso ao ensino superior, além de condições financeiras razoáveis que permitiram que Helena estudasse, durante a sua graduação, em faculdade privada. Segue o trecho que exemplifica essa questão.

Entrevistadora: você teve algum incentivo da sua família?

Helena: eu tive incentivo do meu pai. Ele é professor de literatura. Eu tive incentivo, assim, meu pai só achava que não dava grana, assim, mas, lá em casa, deu tudo assim: os três, todo mundo é professor, eu fiz jornalismo, minha irmã dá aula de educação artística, meu irmão é músico, pela UFMG e, depois, ele virou maestro e dá aula hoje. Minha mãe também era /.../ só existia duas universidades, a UFMG e a PUC, só que a particular não era tão cara. Hoje, é muito cara, naquela época eu/ depois que eu fiz datilografia virei

escriturária de banco, virei bancária, com 70% do meu salário eu conseguia pagar a PUC, para você vê que não é igual hoje...

Entrevistadora: dava para você se sustentar e ainda sobrava uma grana?

Helena: a luz era minha, dava para ajudar. Eu dava aula particular, mas eu trabalhava no banco, eu era abaixo de um caixa, é um posto baixo no banco e eu conseguia pagar com 70%. É claro que eu morava com meus pais e ajudou né. Na época, eu não quis fazer UFMG, porque eles não tinham laboratório e a PUC era perto, eu trabalhava, a UFMG ia ficar muito longe... meu pai falou “pode pagar, que o resto tá aqui, você tem casa, tem comida”...fiquei tranquila e ainda dava para ajudar e sobrava um pouquinho ainda.

O que possibilita a essas mulheres se enquadrarem em tais identidades são os atos de fala performativos que produzem ações que ecoam ações anteriores, acumuladas e repetidas no tempo por práticas autorizadas a reproduzir tais ações (BUTLER, 1997). Nesse sentido, os privilégios das pessoas brancas, não estão apenas na cor da pele que não é suficiente, mas sim na apropriação, legitimação e reprodução daquilo que Schucman (2012) chama dos significados sócio-históricos racistas construídos pelos brancos em oposição aos outros grupos raciais. Ou seja, nega-se sempre a cor da pele para dizer que é, por exemplo, merecimento, já que as “oportunidades são dadas pra todos” ou ainda, nega-se a cor em detrimento do discurso da pobreza, da classe econômica, da origem social, da escolarização e etc.

Os discursos analisados neste tópico nos mostram o quanto à posição do grupo branco na sociedade está naturalizada em oposição aos não-brancos. O lugar social da pobreza aparece como algo que é “diferente”, isto é, que não é comum para os brancos, porque Sabrina teve que “lutar muito”, ela não é como a maioria dos brancos que é rico e nasce rico, com privilégios. Logo, ser branco e pobre, não é normal (SCHUCMAN, 2012).

No discurso de Sabrina ela almeja conseguir os privilégios da branquitude, ocupar um lugar na universidade e mesmo estando em situações socioeconômicas desfavoráveis, ela tem acesso a esses privilégios ocupando os melhores empregos, nos melhores locais, ganhando bem e com possibilidades de ascensão social. É importante ressaltar que o lugar social ocupado por Sabrina, assim como pelas demais entrevistadas, não é fixo, porque, como demonstram seus discursos, Sabrina deixa de ocupar o lugar da pobreza para ascender profissionalmente assumindo outras identidades que se movimentam sempre buscando sua

completude, por meio de suas relações com a alteridade, através da língua que também passa por esse processo.

3.3.2 A experiência do racismo na universidade a partir das visões das mulheres brancas acadêmicas

Para investigar a experiência racial na universidade, procurei centrar em possíveis momentos de conflitos raciais vivenciados pelas entrevistadas dentro da academia. No geral, os dados mostram que as entrevistadas negam a presença de conflitos dentro da universidade e, quando reconhecem que há conflito racial nesse espaço, o acontecimento não é percebido como discriminatório. Nesse sentido, inicio com a fala de Ana atendo para o modo como a raça atravessa seu discurso e sua trajetória acadêmica.

Entrevistadora: você nunca vivenciou algum conflito racial? Algo que te fez perceber diferenças relacionadas à raça e à cor da pele das pessoas?

Ana: olha, “sinceramente”, não. Às vezes, eu fico até surpresa quando as pessoas falam tanto sobre isso, porque eu vim, como te disse, estudei numa escola pública, uma vida inteira. Então, a escola pública, é escola pública, você tem pessoas de todas as raças, cores e etc, dentro da sala de aula. Eu não me lembro de nenhum professor ter tratado alguém diferente, de forma diferente por causa da cor e etc...então, assim, não, eu nunca fui mais bem tratada ou mais mal tratada por causa da minha cor e não vi nenhum dos meus colegas também acontecer isso com eles... não!

Ana nega qualquer tipo de conflito racial que ela possa ter vivenciado em sua trajetória profissional. Mais à frente da entrevista, quando insisto na questão, ela reforça a neutralidade racial, dessa vez, em detrimento do discurso ligado a sua vivência em escola pública.

Segundo Ana, o fato de sua escolarização ter sido em instituição pública, na educação básica e no ensino superior, serve como uma “muleta” para negar qualquer tipo de conflito racial ou qualquer situação em que alguém possa ter sido “tratado diferente por causa da cor”, já que, segundo Ana, em instituições públicas, “você tem pessoas de todas as raças, cores e etc, dentro da sala de aula”. Entretanto, Ana, ao afirmar tal diversidade, não reconhece as desigualdades presentes entre pessoas brancas e não brancas e, aí está à neutralidade racial dela. Além disso, no dizer dela, a sua identidade racial, assim como no

discurso de Sabrina, analisado na seção anterior, é negada produzindo uma cegueira racial unilateral em relação à sua cor e ao seu lugar de privilégio. Isso se evidencia quando Ana diz que “nunca foi mais bem tratada ou mais mal tratada por causa da cor” dela, como se a branquitude fosse algo invisível e, portanto, neutra em relação às raças e à cor das pessoas.

As afirmações de Ana e a marcação explícita de sua identidade de mulher branca, diz mais sobre uma identidade postulada como genérica pelos efeitos da linguagem sobre a tematização de atos performativos como “eu nunca fui mais bem tratada ou mais mal tratada por causa da minha cor”. Relacionando esses atos de fala com a sua identidade excluída do ponto de vista de sua posição social, vemos que Ana mantém, durante sua fala, uma postura imparcial e indiferente em relação à cor de sua pele e, sobretudo, em relação às demais identidades que são excluídas em termos de qualquer possibilidade de preconceito racial que ela possa ter vivenciado.

Outra questão é que ao postular outros interlocutores (seus “colegas”) para sua fala, Ana reforça a ocultação do racismo no plano linguístico, embora esse fenômeno exista na prática. É como se vivêssemos numa sociedade em que tanto brancos como não brancos ocupassem as mesmas posições sociais, sobretudo, em locais majoritariamente brancos e masculinos, como o da academia. Nesse sentido, a invisibilidade da branquitude de Ana é linguística, mas, como já argumentamos, na prática, ela é totalmente visível, sobretudo, às pessoas não brancas. Dito de outra forma, a falta do nome não apaga o corpo branco, pelo contrário, garante seus privilégios e seu lugar normativo em relação ao outro corpo não branco que é marcado e visto em sua coletividade.

Quando enfatizo perguntando se ela vivenciou algum conflito na graduação ou na pós-graduação, Ana não hesita em dizer que não vivenciou, mesmo, porque, segundo ela, no curso de Letras, área de sua formação, há “representantes negros”, mas, quando pergunto sobre a presença desses estudantes, ela diz não se lembrar deles.

Entrevistadora: na graduação e na pós, você também não vivenciou nada?

Ana: também não! De novo, assim, universidade federal, tinha de tudo, principalmente, o curso de Letras. Eu escuto muito falar que há cursos que tem poucos representantes de negros, por exemplo, e tal. Escuto falar, em Letras não tinha isso.

Entrevistadora: tinha pessoas negras na sua turma?

Ana: Sim! Desde sempre!

Entrevistadora: mas a maioria era como? Quem eram essas pessoas?

Ana: olha eu não lembro. Não sei dizer a maioria, não cheguei a fazer nenhum levantamento disso, tinha de tudo... Letras sempre foi muito liberal em todos os aspectos... tinha de tudo, as pessoas faziam de tudo, era bem interessante fazer o curso de Letras, então, não! ((ri)) Eu, pessoalmente, nunca senti que eu tive nem privilégios e nem tive problemas por causa de cor, não... e nem me lembro de ter visto ninguém tendo nenhum problema, dentro da universidade, não.

É interessante notar como as posições de Ana estão marcadas pela branquitude no que diz respeito aos privilégios da cor branca que a entrevistada insiste em negar. Ao negar qualquer tipo de conflito racial presente na universidade, Ana reafirma, em seu discurso, uma indiferença relacionada à cor da pele, no que diz respeito aos racismos diariamente presentes no espaço acadêmico. Essa neutralidade racial pode ser explicada pelo fato de que Ana, assim como demonstram os demais resumos dos *lattes* das professoras desta pesquisa, ocupou cargos de prestígio durante a carreira profissional, além de ter conseguido uma boa formação acadêmica.

As posições de privilégio facilitam o percurso acadêmico das entrevistadas que estão habituadas às possibilidades de inclusão em cargos de importância, os quais são racializados e marcados pelas identidades, sobretudo, raciais dessas mulheres. O *lattes* de Ana, por exemplo, evidencia vários momentos marcados da branquitude que garantem a fixidez da sua posição não questionada pelas pessoas brancas que apesar da alienação racial, apresentam pensamentos racistas e pouco críticos em relação à presença da raça na academia.

Trata-se de privilégios que estão facilmente acessíveis e disponíveis às pessoas brancas e, talvez, por isso, Ana e as demais entrevistadas, não questionem os lugares que ocuparam em suas trajetórias profissionais, pois se trata de lugares comuns às pessoas brancas e, portanto, naturalizados como neutros e fixos a nós brancos. Apesar dessa suposta neutralidade, os dados dos *lattes* das professoras, junto aos dados das entrevistas, no geral, mostram que elas utilizam essa ideia de neutralidade, sobretudo, racial, para reafirmar o lugar delas como brancas, já que elas têm a chance de ser escolhidas e ocupar cargos de *status* na academia, mesmo que haja, como demonstram várias pesquisas atuais, barreira de gênero na ocupação das mulheres em determinados cargos, majoritariamente, ocupados por homens.

No geral, a experiência racial das mulheres entrevistadas é algo que passa despercebida em suas trajetórias. Isso se evidencia pelo esforço delas em lembrar-se de algum conflito racial. Quando algumas delas se lembram, as experiências não são percebidas como racismo; é como se as pessoas negras explicitamente discriminadas nesses conflitos, não fossem as verdadeiras vítimas da história.

Alice, outra entrevistada, conta que ao participar de uma comunicação em um congresso, vivenciou uma situação de conflito racial entre o moderador da mesa, homem branco e a participante da mesa, uma mulher negra que apresentou sua comunicação no tema das relações raciais. Entretanto, a vítima de discriminação, nesse caso, segundo Alice, não foi a mulher negra, mas sim o homem branco, porque, a mulher, por ser negra e por falar sobre “essas questões raciais”, conduziu seus argumentos “pelo lado do preconceito”.

Entrevistadora: você já presenciou algum conflito racial? Na universidade?

Alice: na universidade mesmo não, mas eu fui num congresso que eu achei interessante, numa mesa de debate que falava sobre essas questões raciais... eu acho assim: talvez até tenha agido de uma forma meio agressivo...uma mulher negra e, assim, é difícil a gente julgar, porque a gente não sabe os preconceitos que eles passam...ela, uma pesquisadora negra...o moderador da mesa, depois de um comentário de uma das participantes, ele virou e falou assim: “nossa fiquei com inveja branca de você agora”...aí essa mulher negra levantou e falou “por que, o que você quer dizer? Que inveja negra é ruim?”... e começou nesse debate, nessa discussão, em função disso... “porque vocês trazem muitos termos racistas, essa questão da inveja negra, não é inverso, inveja negra, seria inveja amarela”. Eles levam tanto pelo lado do preconceito que isso gerou um debate, uma discussão que demorou bastante tempo... senti mais um preconceito interno dela, nesse momento, porque eu tenho certeza que o moderador não falou, não teve a intenção de ofender...mas, talvez, pelas consequências do que ela tem passado, do sofrimento que ela tem tido em função da raça dela.

Entrevistadora: mas, na hora que o moderador falou, você acha que ele falou sem preconceito?

Alice: sem preconceito “nenhum”... são termos que a gente usa. Ela poderia ter falado “esse termo que você usou é preconceituoso”... muitas vezes a gente usa sem pensar no

termo... Então, acredito que esse uso que ele fez foi assim, como ele mesmo falou, “não, eu não pensei nisso”.

Alice nega qualquer tipo de preconceito racial presente no caso apresentado. Segundo ela, “inveja branca” é um termo como qualquer outro, isto é, livre de significados pré-construídos; é como se as palavras não carregassem, como argumenta Butler (1997), sua historicidade e, portanto, fossem imparciais, neutras e livres de qualquer intenção. Ainda que a intenção do ato de fala proferido pelo moderador branco da mesa não possa ser totalmente delimitada e recuperada, é possível apreender, pela situação do contexto reconstruído por Alice, que o termo “inveja branca” foi usado de forma pejorativa e com a intenção de provocar a interlocutora, ferindo-a. Ao usar tal índice linguístico, o moderador enfatiza a diferença da cor em termos positivo e negativo colocando o nome “branca” ao lado do adjetivo “inveja”, o qual culturalmente possui sentido negativo, “amenizando” esse último termo ao fazer o uso linguístico do termo “inveja branca”.

O nome “negra” junto ao adjetivo “inveja”, pré-significa a palavra “negra” reforçando seu sentido como negativo em oposição ao termo “inveja branca”. Subentende-se, pois, que “inveja branca” é boa, ao passo que “inveja negra” é algo ruim e, por isso, a reação da mulher negra participante da comunicação em relação ao termo empregado pelo moderador, após a apresentação da participante da mesa.

O que mais incomoda em relação a esse caso, é a atitude pouco aprofundada de Alice que entende o termo “inveja branca” como vazio de significados, sem reconhecer as diferenças naturalizadas no imaginário do senso comum a respeito do uso de termos preconceituosos que pré-significam as identidades. Trata-se de termos frequentemente usados para discriminar pessoas não brancas produzindo “a continuidade histórica de representação hierarquizante” (PINTO, 2002) das identidades, sobretudo, da mulher negra. Alice ignora a existência desse tipo de discriminação racial não reconhecendo o conflito racial nesse acontecimento e reforçando o lugar do branco como aquele que não tem preconceito, visão comum presente na formação nacional brasileira.

É fato que a raça influencia no modo como os sujeitos são percebidos na academia e, mais que isso, no modo como as pessoas não brancas, ao contrário das pessoas brancas, conseguem se estruturar nesse local. A trajetória profissional de Alice, evidenciada pelo resumo de seu *lattes*, comprova essa afirmação, pois sua carreira acadêmica se caracteriza por vários momentos de ascensão profissional em que Alice, assim como a maioria das

entrevistadas, assumiu vários cargos em IES, participando de pesquisas e projetos de prestígio acadêmico, além de assumir cargos de coordenação, fixando-se na universidade.

Alice não vê a influência da branquitude nas posições que ocupou ao longo da sua história profissional, ignorando a facilidade que a branquitude nos traz em diversos momentos em que o branco é chamado a ocupar os cargos mencionados. Nesse contexto, o que fica dito de forma implícita é que há diversas práticas sociais presentes na vida acadêmica, em que nós, mesmo sendo mulheres, somos ouvidas e exercemos o poder de falar e sobrepor nosso direito de fala, às vozes das pessoas não brancas. Estamos habituadas, graças a nossa branquitude, a ter o direito de fala e sermos ouvidas reproduzindo gestos racistas que tornam nossas identidades invisíveis aos olhos dos brancos.

Na fala de outra entrevistada, a Yasmin, a possibilidade de ter vivenciado algum conflito racial na universidade não aparece, pelo contrário, é como se isso não estivesse estruturado nas relações raciais da sociedade brasileira, sobretudo, na academia. A reação de Yasmin se evidencia também pelo seu silêncio, durante a entrevista, no momento em que pergunto se ela já vivenciou algum conflito racial.

Entrevistadora: pensando nas posições que você ocupa, principalmente, dentro da universidade, você vê alguma coisa que te influencia pelo fato de ser branca, pensando as posições que você assume. Você já percebeu algum conflito racial?

Yasmin: ... (pausa) comigo?

Entrevistadora: isso. Na sua trajetória profissional?

Yasmin: Não, não... nunca percebi

Entrevistadora: ahã... nada? Nem um conflito racial, nada?

Yasmin: nunca percebi

É interessante notar que, mais adiante, no decorrer da entrevista, Yasmin, assim como Alice, também vê os locais públicos como o local da escola pública, como espaços onde a mistura das pessoas prevalece e o negro existe em “pé de igualdade” em relação aos brancos. Além disso, nesse trecho da fala de Yasmin, a identidade indígena aparece em oposição à identidade do negro que, segundo a entrevistada, está em condições melhores,

porque o índio “é mais relegado que o negro”. Segue o trecho da entrevista em que isso se evidencia.

Entrevistadora: desde a sua criação, você nunca percebeu esses conflitos de raça?

Yasmin: no meu núcleo familiar, de pai, mãe e irmão, “não”

Entrevistadora: mas, você que sempre estudou em colégio público, você teve um contato maior com pessoas negras?

Yasmin: sim, de todas as cores

Entrevistadora: mesmo na graduação?/

Yasmin: no Brasil, por exemplo, eu acho que o índio é muito mais relegado do que o “negro”. O índio, agora, está também nessas cotas todas aí, mas, nesses conflitos de terra, o índio, ficou completamente apagado. Aqui, em Ouro Preto, “cadê o índio na população ouropretana”. A gente só vê nas palavras “né”... nas referências geográficas, né”, mas no ser humano...

Entrevistadora: principalmente, dentro da universidade “né?”

Yasmin: não tem. Se “escondeu mesmo”, na colonização, foi cada vez mais para o interior e se escondeu, foi também dizimado. Então, eu não vejo muito essa.

Yasmin ainda apresenta em seu discurso, um pensamento colonizado ao pré-significar o índio como se ele não existisse no território brasileiro, devido às “dizimações” que ocorreram no período colonial. Apesar de Yasmin reconhecer que o índio também foi colonizado, no final de sua fala, ela reverte tal lógica dizendo que o índio se “escondeu mesmo” indo “cada vez mais pro interior”, ignorando as intensas lutas desses povos e a massiva presença deles em todas as regiões do país. Quando insisto na pergunta chamando a atenção para o espaço da universidade, Yasmin continua com seu pensamento colonizado e diz que não há índios em locais que não seja o que ela chama de “interior”.

Quando o assunto é sobre a classificação racial, a questão da ancestralidade surge novamente para dizer que a cor branca de Yasmin, é garantida pelos parentes mais próximos.

Porém, “puxando um tronco mais antigo” da sua genealogia familiar, a mistura e a presença de outras raças aparecem.

Entrevistadora: você colocou que você pertence à raça branca. Por que você se classificou como pertencendo à raça branca?

Yasmin: ah é como eu já falei... a questão familiar. Puxando toda essa parte da genealogia...não tem, não aparece nenhuma pessoa da raça amarela, nem da raça negra...não aparece...eu não sei...puxando um tronco mais antigo...mas, essa, mais perto, por fotografias e coisas...não aparece...

Entrevistadora: você se classificaria como branca?

Yasmin: sim... sim....agora, na realidade, eu não vejo muito essa questão, sabe assim, eu sei que, por exemplo, os negros eles sempre sofreram e sofrem até hoje “muito”, “muito” preconceito...uma violência muito grande...

Comparando a fala de Yasmin com a fala da seguinte entrevistada, Rosana, elas reconhecem o outro e identificam nesse outro, as vivências diferentes das suas em função do racismo, ainda que não de forma explícita. Além disso, elas entendem que essas diferenças não são inerentes, mas resultados de condições de poder, de dominação. Ao mesmo tempo, elas não reconhecem o privilégio da cor, não se sentem estranhas ou não se sentem incomodadas com suas posições, mesmo sabendo do outro, não branco que não ocupa os mesmos lugares que elas. As entrevistadas dizem não ter vivenciado situação de conflito racial na universidade ou não se lembram de possíveis conflitos raciais nesse espaço.

Entrevistadora: você já presenciou/ vivenciou alguma situação de conflito “racial” aqui na universidade, na sua trajetória acadêmica profissional... você se lembra/ alguma...

Rosana: acho que sim... mas eu não to....

Entrevistadora: algum conflito racial...

Rosana: eu acho que a gente vive esse conflito o tempo todo.... por exemplo, o meu pai... eu acho o meu pai muito racista.... a minha mãe não....mas ele/ eu sinto que ele tem muitos amigos negros...mas, ele tem/ sabe quando a pessoa fala assim quer se “posicionar”...ele tem muito isso...está com oitenta e dois anos “ne”...e fala assim: “AH eu não sou racista não porque eu tenho amigo negro” ... “ne”... isso dói um pouco “ne”... então, assim...eu acho que esse conflito existe o tempo todo...na família da gente “ne”... em todo mundo...

Entrevistadora: “na universidade?”

Rosana: um conflito na universidade ... eu não estou lembrando...acho que não... “um conflito” assim “eminente”

Interessante notar que na fala de Rosana, há um conflito presente na ideia de que o racismo é algo comum que “existe o tempo todo” entre as pessoas mais próximas, “na família da gente”, “em todo mundo”. A percepção do racismo na fala de Rosana é pacífica, porque, apesar de reconhecer a presença diária do racismo, ela não reconhece que o racismo presente no pai é histórico e atravessa nossa sociedade como um todo, não sendo apenas questão de posicionamento ou falta de informação por ser uma pessoa mais idosa, como o pai de Rosana. Trata-se, da ocultação do racismo com base na ideia de que “somos todos iguais” e, por isso, temos amigos e convivemos com pessoas negras, ou seja, convém ter “muitos amigos negros” para negar o racismo.

Diante dos discursos analisados neste tópico, é possível notar que há uma regularidade discursiva em torno da ocultação do racismo na universidade, com base no discurso de que vivemos “uma democracia racial” e, por isso, “somos todos iguais”. A ênfase da ocultação do racismo está presente na universidade e na alienação racial da maioria das entrevistadas que apresentam gestos racializados e racistas nos momentos em destaque das análises até aqui realizadas. Trata-se de uma alienação que garante a elas, privilégios sustentados por atitudes e pensamentos racistas que ocultam as posições marcadas da branquitude. Embora exista tal ocultação, o *lattes* das entrevistadas, como, por exemplo, o de Rosana, mostra que apesar de Rosana ter ficado quatro anos atuando no mercado de trabalho sem vínculo formal com a universidade, consegue vaga no doutorado e, logo depois, vaga em cargo público atuando em posições de coordenação e direção na academia, além de atuar na parte de extensão, pesquisa e ensino.

A característica comum presente nas atitudes das entrevistadas revela que quando elas são questionadas em relação à vivência do racismo na universidade, a verbalização de suas falas se mostra acrítica e racista, porque, na prática, quando pergunto a Ana sobre a existência de pessoas negras na universidade, ela não menciona nenhuma pessoa negra que ela conheça e, prossegue sua fala negando o racismo presente na universidade. Ao negar a presença do racismo, Ana e as demais entrevistadas trazidas para este tópico em questão, garantem suas posições de privilégio na academia e, a alienação delas entra em contraditória com suas posições racistas e gestos racializados.

De forma geral, a atitude presente nos discursos das entrevistadas em relação à presença do racismo na universidade, tende a procurar no outro, o negro ou o índio, alguma resposta. Isso se evidencia, por exemplo, na fala de Helena e de Miriam quando mencionam situações em que participaram de concursos públicos se esforçando para se lembrarem se haviam concorrentes negros e não se dão conta de que a quase ausência deles nesses concursos se deve por fatores históricos que colocaram o branco em lugares estratégicos proporcionando a eles ocupar lugares de maior privilégio como o da academia. Esses lugares ficam claros quando olhamos para os *lattes* delas, analisando o percurso acadêmico das dez entrevistadas que tiveram acesso ao ensino de pós-graduação em IES, a exemplo de Fabiana que conseguiu bolsa sanduíche para realizar seu pós-doutorado.

As entrevistadas procuram sempre olhar o outro, o negro, principalmente, como objeto, como diferente e marcado pela cor e pela raça. É possível perceber também nos discursos, por exemplo, de Nayara, como a branquitude para ela, é algo inconsciente, ou melhor, como a questão da sua raça e da sua cor, é algo que parece estar resolvido, tanto que em sua fala, mais à frente, e na fala de Helena, elas não dizem de imediato que vivenciaram conflitos raciais dentro da universidade, mas que de gênero sempre, com frequência.

A branquitude é sentida pelas entrevistadas como normalidade, da qual os outros é que são diferentes (CORROSSACZ, 2014, p. 205). Frankenberg (2004) chama atenção para tal normalidade contribuindo para analisar a invisibilidade da branquitude que, segundo a pesquisadora, é na realidade uma miragem. Algumas das respostas relacionadas à cor das entrevistadas remetem às suas experiências raciais em outros contextos, fora do Brasil, como mostraram as análises do discurso de Helena ao contar que em Londres, ela se percebeu como “menos branca”.

No geral, a pergunta sobre a experiência racista vivenciada pelas mulheres na academia, voltou-se para a convivência delas com pessoas mais próximas que são negras,

como no caso de Rosana, em que o pai tem amigos negros. É como se o fato de “conviver” ou ter em algum momento da vida delas “convivido” com pessoas negras, fosse suficiente para dizer que não há racismo na sociedade ou, melhor, que há racismo, mas, tal fenômeno existe nos outros e não nelas, como evidencia o discurso de Rosana. A entrevistada pré-significa o outro, seu pai, sua família e as demais pessoas como racistas, mas não evidencia, em momento algum, que faz parte do grupo que propaga o racismo construindo, dessa maneira, sua imagem de não racista, neutra em relação a isso.

Fica evidente, portanto, no discurso de Rosana, a relação de assimetria entre brancos e negros que mesmo na relação mais estreita de convivência na família com “amigos negros”, seu pai continua sendo racista e, dessa forma, a assimetria continua estabelecendo relações verticais entre as identidades brancas e não brancas.

O racismo esteve implícito nos discursos de algumas das entrevistadas, dessa vez, fora da esfera da academia. Nesse sentido, pelo *lattes* e pelas entrevistas, notei que a maioria das mulheres entrevistadas ocupou cargos administrativos e de coordenação durante a vida profissional delas. Isso mostra a posição hierárquica da profissão dessas mulheres que ao menos em algum momento da trajetória profissional delas, ocuparam cargos de administração, direção e gestão em escolas, faculdades e universidades.

Afora o exercício dessas funções profissionais exercidas pelas mulheres entrevistadas, a ocupação em outros cargos, mesmo aqueles que se deram por meio de seleção, como, por exemplo, por meio de entrevista, concurso público e etc, evidenciam a vantagem da cor da pele branca em relação à identidade racial não branca. Segue-se uma das falas que exemplifica isso.

Entrevistadora: mas, nem na sua vida profissional ou, em algum momento, nas posições que você ocupou e que você ocupa, atualmente, não tiveram nenhuma influência?

Sabrina: o fato de eu ser branca?

Entrevistadora: isso

Sabrina: /.../ uma vez eu fui trabalhar numa empresa como secretária. Então, assim, secretaria é uma coisa muito visada. Embora, eu sempre defendi que a gente tem que desconstruir esse tipo de coisa, de achar que secretária tem que ter uma cara assim, uma cara bonitinha, um trem assim e tal, mas eu me lembro que eu fui fazer, uma vez, uma seleção, aí tinha esses negócios... e aí, eu mandei o meu currículo, mas não tinha foto não, e aí era uma

vaga muito concorrida. Primeiro, tinha que fazer um teste lá e, depois, tinha que fazer a entrevista com o gerente que você ia trabalhar...e aí eu fui, e eu não estava sozinha “né”. Havia mais pessoas, tinha mais gente loira, por exemplo, eu não era a única branca, simpática, plasticamente falando bonita e, tinha também, assim, eu to falando da loira e tinha outras pessoas, outras meninas lá que eram mais morenas que eu, eu sou branquela, morena e tal. Acho que não tinha negra não, tinha era morena mesmo, então, assim, é: aí eu lembro que a gente estava preparando para fazer a entrevista, numa salinha, passar pelo corredor para ser entrevistada pelo tal do gerente... e aí a gente perguntou esse negócio da aparência... será que isso ia pesar? Foi o único papo que aconteceu, mas o fato é que eu fui a selecionada, não sei te dizer por causa de que... falar “ah porque eu sou branca?”, “não”, porque tinha uma outra moça lá que era um mulherão, bonita e tal Não sei, então, assim, a gente sabe que no Brasil, loira tem uma estampa, já tem um cartaz logo de entrada. Então, não era o meu caso.

A fala acima evidencia modos de significar a branquitude de Sabrina percebida em relação às demais candidatas que estavam concorrendo à mesma vaga que a sua. Sabrina pré-significa tais candidatas nomeando-as de “loira” e “morena” e se identifica como diferente delas, por ser “branquela”. Sabrina percebe que entre ela e as demais pessoas que estavam com ela durante a seleção, havia diferenças marcadas pelo físico dessas mulheres que, de certa forma, promoveram à ascensão social delas, principalmente, em relação à identidade nomeada como “mulher loira” que “já tem um cartaz logo de entrada”. Sabrina vê vantagem na mulher “loira”, porque tal identidade se aproxima do padrão de beleza europeu valorizado pela mídia.

É interessante ressaltar que a cor do cabelo tido como “loiro” é que se destaca na fala de Sabrina e não o fato dela ser branca e loira. Ou seja, a cor da pele não entra na explicação de Sabrina ao pré-significar as demais identidades que estavam concorrendo à mesma vaga de emprego que a dela e ao negar a sua cor da pele.

Apesar de reconhecer que há diferença relacionada à cor do cabelo, Sabrina usa tal argumento para justificar que ela, vista como “branquela”, foi à escolhida, mas a cor da sua pele não influenciou nessa escolha, já que havia outras “moças” na seleção, como a “loira”, por exemplo, cuja aparência chamava a atenção por ser vista como “um mulherão, bonita e tal”. Aqui, Sabrina pré-significa tal identidade nomeando-a como “mulherão” reforçando estigmas culturais que recaem sobre o corpo da mulher branca ligados à identidade racial à qual pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso e etc. Nesse sentido, o

caso contado por Sabrina se liga à ideia de privilégio racial, essencial para a compreensão da branquitude, porque permite às pessoas brancas alcançarem posições melhores que os não brancos, pelo fato de terem a cor da pele branca.

Shucman (2012) em sua tese demonstra a visão unilateral do branco tido como norma em diversas ações cotidianas, como em lugares públicos ou mesmo, conforme o caso evidenciado acima, em que o branco pode escolher qualquer local público sem ter medo de ser mal tratado ou mesmo barrado por causa da raça. Tal visão ímpar das formas de ser e de existir no mundo, não permite que os sujeitos consigam perceber sua singularidade e seu próprio fechamento.

O atributo da estética aparece na fala de Sabrina que supõe que a aparência, sobretudo, a sua cor branca não fez com que ela fosse selecionada para o cargo de secretária em uma empresa famosa, já que no contexto da seleção descrita na fala de Sabrina, também havia a “loira” que estava concorrendo à mesma vaga que a dela.

Sabrina não reconhece que sua conquista adveio do poder do grupo racial ao qual ela pertence e não reconhece de forma explícita que foi privilegiada pela cor de sua pele. No discurso de Sabrina, a questão da pobreza e da dificuldade financeira é patente, mas, apesar disso, ela possui a beleza e a inteligência condizente com a raça dela, tida como superior fato que “abre portas” para ela e promove a sua ascensão ao conseguir a vaga que estava concorrendo.

Na entrevista com Miriam, quando a provoco em relação ao racismo e ao privilégio de sua cor, ela me conta ter presenciado um caso em que ela acredita ter sido algum tipo de preconceito ou racismo, mas contra os brancos, como se fosse possível a nós brancos sermos vítimas ou estar em desvantagem ou ainda sermos excluídos por causa da cor. Eis o trecho que exemplifica o que estou dizendo.

Entrevistadora: /.../ nada que te privilegiasse pela sua cor?

Miriam: presenciei, em um concurso, no Paraná, em 2005, para ensino de geografia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem aquela reserva de vagas para afrodescendentes “né”. Acabou ficando para a última etapa só quem tinha o doutorado. Foram para final com a prova de currículo. O primeiro lugar, a pessoa ficou com média 9,5. O que ficou em terceiro, que era afrodescendente, ficou com média 7,0. Pelas regras, o afrodescendente ficou em primeiro lugar

Entrevistadora: era para ele ter ficado em primeiro ou não?

Miriam: não, nas notas finais ele ficou em “terceiro”, mas pela vaga de afrodescendente, o que ficou em primeiro lugar, perdeu. Aí eu te pergunto assim: o que ficou em primeiro, todos ali concorreram a mesma vaga, “eu não achei isso justo”... que inclusão é essa? “excluiu o outro”, “porque é branco?” tem certas coisas assim que eu questiono muito. O cara também estudou, também tinha doutorado, ele foi excluído? Não, mas, agora chegar até o final e, aí, você perder a vaga porque ele é negro? São coisas assim. Acho que a inclusão não é por aí, eu achei isso muito... se você está concorrendo, está em pé de igualdade, se está com o doutorado pronto, o que a questão da cor vai diferenciar? “né?”

Miriam em sua fala inverte a lógica da minha pergunta para dizer que é contra as vagas de reserva destinadas, por direito, aos negros, pré-significados em sua fala, como “afrodescendentes”. Além disso, Miriam demonstra uma visão imparcial e neutra em relação à cor, ao dizer que ambos negros e não negros estão em “pé de igualdade”, sobrepondo à escolarização, o mérito e à “igualdade”, à cor branca. Na sua visão, o branco é prejudicado pelas vagas reservadas destinadas aos negros, o que implica num ponto de vista unilateral da parte de Miriam ao demonstrar um pensamento racista.

As falas de Sabrina e de Miriam apontam para experiências diferentes daquilo que elas entendem por racismo. Em ambas as falas analisadas, ficam evidentes formas de racismo que passam despercebidas pelas visões delas, porque em momento algum de suas falas, as professoras reconhecem a cor branca como fator responsável por perpetuar a norma e promover o racismo na sociedade.

3.3.3 O lugar das mulheres na academia e o desejo em pertencer à universidade

Algo que se evidencia nos discursos das mulheres entrevistadas, é o desejo delas em ocupar o espaço acadêmico. Tal desejo, conforme as falas de algumas delas, está ligado ao imaginário discursivo de que estar na academia é melhor. Isso tem a ver com o lugar de verdade do dizer que permite que a academia reproduza ideologias que a colocam como o centro da razão que governa, controla e decide o que é verdadeiro e o que é falso, o que é justo e o que é injusto, o que é moral e o que é imoral e assim em diante (DERRIDA, 1999).

Trata-se de uma visão do espaço acadêmico que deixa de lado a reflexão sobre as finalidades da universidade, como nos provoca Derrida (1999) ao argumentar que o corpo docente representa a “finalidade do corpo social”, assim como a própria universidade é análoga à sociedade e não rigorosamente fechada em si, como se houvesse fronteiras que traçam limites entre o interior da universidade e seu exterior. É necessário pensar sobre isso, já que o lugar acadêmico que ocupamos na universidade e na sociedade científica passa pela ideia de ciência e pela própria ideia do que seja a universidade que está autorizada a falar e a usar o seu saber publicamente resistindo às vozes que se desdobram fora dos muros acadêmicos.

No geral, as falas das mulheres entrevistadas, evidenciam o orgulho delas em ter conquistado o espaço acadêmico explicitando, como mostram alguns dados já analisados, que o lugar delas nada tem a ver com os sentidos que a cor da pele delas produz, mas sim tem a ver com conquista, com orgulho, com esforço, batalha e luta para ascender profissionalmente. É claro que todos esses nomes agem performativamente moldando as identidades das mulheres em relação ao que cada uma das mulheres viveu ao longo de suas vidas profissionais no que tange as suas vivências e afetos perante dificuldades ligadas, entre outras questões que já foram mostradas aqui nas análises, à origem econômica delas, à escolaridade, ao incentivo que tiveram de seus familiares, aos empregos que tiveram para se sustentar na universidade e etc. Apesar disso, veja que não se trata apenas de “conquista”, de “esforço”, de “luta” em ocupar o lugar da universidade, porque se liga à compreensão de como tais nomes se apropriam dos significados culturais do que é ser branco e do que é ser uma mulher branca que ocupa o espaço acadêmico.

Para dar fôlego as discussões provocadas, segue-se a fala de Sabrina que se emociona ao contar como se sentiu ao conseguir entrar para a vida acadêmica.

Entrevistadora: depois que você entrou para a universidade, como você se via dentro da universidade?

Sabrina: AA eu achava que eu estava “arrasando né”. Mentira ((ri))... não, na verdade, eu achava que eu tinha conseguido, eu sou capaz, passei, passei bem, graças a deus. Isso para mim foi uma lavada de alma, meu ego nem cabia dentro de mim de tão feliz que estava, e ai, fui para UFMG e, graças a deus, me dei muito bem. Sempre fui muito caxiona, trabalhava de dia e estudava de noite e tal, e namorava, mas eu me dava bem, meu

aproveitamento não era ruim. Depois, no dia que pedi demissão/ e ficar só por conta de estudar, eu me envolvi muito na universidade, terminei o mestrado. Toda essa trajetória que estou te contando, tenho o MAIOR orgulho dela, porque uma coisa que eu não te contei, mas antes, eu fui faxineira, então, assim, para você ver, às vezes, hoje, quando eu conto que eu tenho o maior orgulho de ser o que eu sou ((chora)), porque de onde eu vim eu fui muito tupetuda... ((chora))

O modo como Sabrina (re)significa a sua identidade, depois de conseguir, segunda ela, por mérito e por conquista, entrar para a universidade, evidência os sentidos culturais que são atribuídos ao lugar social da academia visto como um espaço que concede aos sujeitos *status* permitindo que sua identidade de “mulher” “pobre”, “faxineira”, fosse ressignificada ao entrar para a academia, ocupando uma posição que lhe traz “orgulho”.

Sabrina vê a academia como o lugar de sucesso e, não vê que a sua “conquista” tem a ver também com os significados sociais que a cor da sua pele representa na sociedade, sobretudo, no espaço hegemônico da academia, onde o grupo branco se apresenta em maioria.

Entrevistadora: foi mérito entrar para universidade?

Sabrina: sim, esforço muito grande, tenho maior orgulho da minha história /.../ porque eu tive que passar por um processo de seleção /.../ para mim a educação é a saída, seja um pobre branco, seja um pobre negro, seja um pobre índio, eu acho que a saída é a educação, mas eu sofri muito.

A recorrência do discurso que universaliza as pessoas sob um mesmo guarda chuva, incluindo “todos”, no caso, os brancos, os negros e os índios pobres, é usado para justificar a conquista do espaço acadêmico por meio do merecimento e das oportunidades “iguais para todo mundo”. Ao fazer isso, Sabrina nega qualquer tipo de privilégio que a cor branca possa ter lhe trazido, pois mesmo que ela tenha se esforçado para estudar e conseguir vaga na universidade, a cor da pele dela não diminui o poder normativo da branquitude na sociedade, sobretudo, no espaço acadêmico.

Uma das perguntas que faço a algumas das entrevistadas é como elas vêem o lugar delas enquanto pesquisadoras brancas dentro da academia, no que diz respeito às suas

posições e ações nesse espaço normativo. Apesar da relação entre gênero, raça e ciência presente nessa pergunta, as respostas das entrevistadas não levam em consideração a branquitude e passam longe de uma visão crítica e política de que o lugar das mulheres na ciência e, sobretudo, na universidade, é conquista recente advinda das lutas dos movimentos feministas. Isso fica claro quando algumas falas são atravessadas, novamente, por questões sociais e econômicas, por dificuldades advindas das barreiras econômicas e da origem social delas. Trata-se de fatores que de alguma forma, influenciaram na ascensão profissional das entrevistadas, revelando que o gênero e a raça não são tidos como eixos diferenciadores. Ao contrário, é como tais eixos fossem neutros não influenciando nas relações de poder ligadas, sobretudo, à produção do conhecimento científico e à inserção das mulheres na universidade e na comunidade científica. Além disso, o discurso da “igualdade” serve como muleta para não se reconhecer que o gênero e a raça influenciam de formas diferentes as trajetórias sociais dos sujeitos, principalmente, no que diz respeito ao nosso lugar de pesquisadoras.

As falas que se seguem centram-se mais sobre a problemática do gênero do que da raça, o que implica que o lugar de mulher e de branca não são vistos pelas entrevistadas da mesma forma e nem com a real importância social, como demonstram as análises. Quando a raça e a cor branca são questionadas, o incômodo atravessa seus discursos ao sobrepor a questão do gênero, à questão da raça. É como se nomear-se como branca fosse algo isento de significados políticos e sociais e o incômodo surge daí, quando elas são confrontadas a pensar e a verbalizar sobre a branquitude delas.

Início com a fala de Alice que demonstra uma compreensão superficial da relação entre ciência, gênero e raça, ao dizer que não há diferenças entre homens e mulheres, defendendo o ponto de vista da igualdade para justificar que tanto homens quanto mulheres têm as mesmas capacidades de ascender profissionalmente.

Entrevistadora: e o fato de você ser mulher branca e ser pesquisadora. Foi algo que teve alguma barreira? Como você vê isso?

Alice: não, eu nunca tive barreira pelo fato de ser mulher. Os colegas que são homens estão da mesma forma.

O termo “barreira” explícito na fala de Alice estabelece relação entre a identidade de gênero e a vida profissional da entrevistada. Tal relação se apresenta pela pré-significação

dos corpos nomeados em seu discurso, como “homem” e como “mulher”, postulando sua auto-imagem por meio dos marcadores linguísticos “eu”, “tive”, em relação aos outros, os “colegas” nomeados pelo ato de fala “homem”. Essa relação, na fala de Alice, se evidencia de forma simétrica e lógica, pois, para a entrevistada, o gênero nada tem a ver com a sua posição social. Ao contrário, Alice vê o gênero, tanto o masculino como o feminino, em “pé de igualdade” em relação a outras identidades pré-significadas em sua fala, como “homens” e como “colegas”.

Dentre alguns dos valores da identidade racial branca, como família, bem estar econômico, sucesso profissional entre outros, o primeiro deles e o último, aparecem nos dados, em dois momentos das falas das entrevistadas. Um desses momentos está na fala de Alice, quando a questiono sobre as suas duas graduações em relação a sua ascensão profissional. Nesse momento, Alice constrói a sua auto-imagem em relação às identidades de suas amigas postuladas como “mulheres” que, diferentes dela, não são escolarizadas e, por isso, possuem cargos com baixa expectativa “em termos salariais” e em termos de “ascensão profissional”. Segundo Alice, isso é algo comum, pois, diferente dela, as amigas não estudaram obtendo título, porque estão sob a influência dos efeitos do discurso tradicional relacionado ao destino da mulher ligado ao matrimônio e à ideia de família, concepção tida como comum, segundo o discurso de Alice, na vida de pessoas localizadas nas cidades do interior.

Entrevistadora: as suas duas graduações valeram à pena em relação às possibilidades de ascensão social?

Alice: com certeza, contribuíram sim... uma graduação não necessariamente vai ser garantia de um sucesso profissional ou de uma vida financeira estável, mas, sem ela, é muito mais difícil. Eu vejo assim, as pessoas, as minhas amigas que optaram por não fazer uma graduação, por não dar continuidade nos estudos, hoje, uma está trabalhando numa loja. Não que isso as desqualifique, mas, em termos salariais, de ascensão profissional, a expectativa é muito menor do que as que tiveram...

Entrevistadora: elas não quiseram estudar por opção delas?

Alice: não quiseram estudar por opção, era cidade do interior. Então tem aquela ideia assim, eu vou casar, vou ter meus filhos e pronto.

Em outro trecho da fala de Alice, fica explícita a determinação histórica de que as mulheres ocupam certas carreiras que são tidas como mais femininas do que outras, principalmente, em áreas marcadas de forma mais intensa pelo sexo das pessoas, como nas áreas de engenharia, em que, segundo Alice, você encontra mais “homens” do que “mulheres” que, por sua vez, estão presentes, em maior quantidade, nos cursos de humanas²³. Segundo a entrevistada, essa seria uma hipótese possível para justificar a quase ausência de referenciais femininos que ela conhece e utiliza em suas bibliografias. Nesse sentido, a entrevistada se apoia na ideia de que há áreas menos objetivas e que são, portanto, mais “conveniente” as “mulheres” fazer parte. Isso se explica, talvez, pela concepção histórica comum presente no imaginário social de que as mulheres são mais emocionais, mais subjetivas, menos racionais e, por isso, mais aptas a ocupar áreas e cargos tidos como mais “feminizados”. Dessa forma, o discurso de Alice deixa implícito a ideia de que as “mulheres” são mais subjetivas, ao passo que aos “homens”, cabe à objetividade e a racionalidade. Tal visão, essencializa as identidades indo ao encontro da representação histórica das mulheres construídas em relações de poder que mantém a oposição entre mulheres e homens (BADAN; PINTO, 2012, p. 137).

Entrevistadora: e as referências bibliográficas que você passa para os seus alunos?/

Alice: tem uma mulher de financeira só na disciplina, só uma mulher ((ri))...o restante, são homens ainda. Essa área financeira, eu vejo assim, pesquisas na área e até mesmo concursos, a grande maioria é homem. Essa área financeira é uma das áreas que tem mais barreira...não sei se essa barreira existe, talvez, porque as mulheres tem mais tendência para uma área menos objetiva. A gente tem um pouco mais isso ou, porque eu não vejo nada que coloque de empecilho. Acho que é mais atração pela área. Num concurso que eu fiz tinham onze pessoas, tinham duas mulheres, tem muita pouca mulher na área financeira.

Entrevistadora: sua hipótese para isso seria qual?

Alice: eu acho que as mulheres preferem mais recursos humanos, teoria, alguma coisa que dê para trabalhar mais, para ter uma reflexão maior do que matérias objetivas. Tanto

²³ Apesar disso, ao recorrer aos dados funcionais presentes no *site* da instituição desta pesquisa, notamos que, na prática, o que Alice diz não se evidencia, já que nos cursos de Humanas, como, por exemplo, no curso de História, o departamento é composto, em sua maioria, por homens e não por mulheres e, mesmo no curso de Administração, pela Tabela 1, percebemos que a quantidade de homens é a mesma que a de mulheres.

que em cursos de engenharia, a maioria são homens, são áreas objetivas mais práticas, mais lógicas, acho que as mulheres ainda ((ri))

Entrevistadora: seria essa a sua hipótese? A questão de afinidades com as áreas?

Alice: isso

Os marcadores linguísticos do discurso de Alice, postulam identidades de gênero para os corpos construindo sentidos para o que é ser “mulher” intelectual e produzir conhecimento científico. O que não fica linguisticamente explícito na fala de Alice, mas que se evidencia pelas suas respostas, é o pensamento colonizado presente na produção do conhecimento contemporâneo, como nas universidades, em que se exclui a experiência social de quem (as mulheres) está fora e deslocado do centro das instituições de conhecimento “euro centradas” (CONNEL, 2012). Alice ainda está presa ao pensamento do mundo colonial descontextualizado dos movimentos sociais, das possibilidades distintas do pensamento social que produz conhecimento e impacto maior, contemplando as múltiplas identidades e desenvolvendo novas formas que incluam as mulheres como intelectuais e produtoras do conhecimento (*Ibidem*).

É interessante notar, com base no discurso de Alice, que ela não vê diferença alguma em relação ao gênero e a sua ascensão no espaço acadêmico. Isso se deve, pela facilidade que Alice teve no acesso ao ensino superior, ao concluir duas graduações, além de conseguir, antes mesmo de entrar para UFOP, trabalhar na universidade onde se formou, conforme evidencia o resumo de seu *lattes*. Tal facilidade, segundo sua fala, nada tem a ver com o gênero e menos ainda com o fato de ser branca, já que, segundo ela, tanto os homens quanto as mulheres estão na mesma condição social. Tal pensamento influenciado pela colonialidade pode ser explicado pelo fato de Alice, assim como a maioria das entrevistadas desta pesquisa, ter uma trajetória profissional com várias chances de ascensão profissional durante esse processo. Alice, apesar de ser mulher, concluiu duas graduações e, logo após graduar-se, atuou como professora onde se formou e, mais tarde, atuou, novamente, como professora, em instituição federal. Se há como demonstram diversas pesquisas, barreira de gênero em relação à ocupação de mulheres em cargos de menor prestígio em relação aos cargos que os homens, sobretudo, brancos ocupam na sociedade, como Alice consegue ascensão na sua trajetória profissional?

Voltando à questão da família, tal assunto se destaca também no discurso de Fabiana, como algo que impede ou que de certa forma, atrapalha a mulher na obtenção do sucesso profissional completo e no alcance de seus “projetos pessoais”, já que é preciso escolher entre a família e a vida profissional, optando por um ou por outro; ser mãe e, ao mesmo tempo, ter uma carreira profissional é algo “incompatível” na visão de Fabiana, pois algumas mulheres não se envolvem com a vida acadêmica, porque a academia não é “compatível” com nossos “projetos pessoais” e, dessa forma, nossa vida profissional acadêmica fica limitada.

No discurso de Fabiana, a mulher é pré-significada como “cuidadora” e “do lar”, cuja responsabilidade, dentro da família tradicional, é se dedicar inteiramente à família e, quando essa mulher resolve romper com esse pensamento colonizado e estereotipado, seguindo seus “projetos pessoais”, ela “acaba tendo que fazer” uma escolha, pois, somente dessa forma, ela poderá alcançar o sucesso profissional. Fica subentendido no discurso de Fabiana, a separação e, ao mesmo tempo, a relação estreita, entre o trabalho e o lar, restando às mulheres fazer “uma escolha”.

Historicamente, a oposição entre o lar e o trabalho, esteve atrelada a divisão sexual do trabalho que “estabeleceu a inferioridade física e mental das mulheres” (RAGO, 2012, p. 30) colocando-as em determinados empregos localizados abaixo da hierarquia profissional em relação aos homens.

Entrevistadora: como você vê sua posição enquanto mulher, pesquisando o que você pesquisa, fazendo o que você “faz”?

Fabiana: eu acho que assim. Muitas mulheres acabam que não tem tanto engajamento, ou mesmo não atuam tanto na área acadêmica de uma forma mais intensa por causa da compatibilidade com projetos pessoais, então...eh...isso é um limitante, assim, se eu fosse querer casar e ter filho, eu estaria preocupada, provavelmente, não estaria envolvida em tantos projetos “ne”...então, eu sai cedo da casa dos meus pais, eu sai cedo para poder estudar, então, assim, eu sempre estive muito... eh...focada nas coisas que eu fiz, que eu tinha que fazer, tanto é que eu emendei, mestrado, doutorado, pós-doutorado, TUDO...eh..... mas, eu acho que a pessoa.../ quando/ a mulher ela tem que ceder mais da vida pessoal dela em função da carreira, é uma escolha que se acaba tendo que fazer, eu acho que é a barreira...eh... pessoal, então, conciliar família com projetos é difícil. Eu consigo fazer tudo o que eu faço porque eu moro sozinha. Eu que faço meu tempo, acordo na hora que eu quero, durmo na

hora que eu quero, eu visito a minha família uma vez por mês, eu não tenho filho, então, porque, senão, provavelmente, eu não conseguiria, não conseguiria “mesmo”. Então, eu acho que a principal barreira é essa, tem a questão do machismo, tem a questão, “tem”... mas, isso daí é contornável, eu acho que é.

Apesar da fala de Fabiana mostrar que ela reconhece que a sociedade é machista, seu discurso se aproxima do discurso de Alice no que diz respeito à suposta igualdade entre homens e mulheres. O discurso da igualdade serve como justificativa para dizer que a questão do gênero é “contornável” e não influencia na carreira profissional das mulheres e no lugar delas dentro da academia.

Outra questão implícita no dizer de Fabiana, é que ela reconhece uma diferença entre homens e mulheres ligada ao estereótipo de que a mulher é mais comprometida e que elas se “doam mais”, porque estão habituadas à situação imposta apenas a elas e não aos homens, em especial, as que “optaram por ter filho” e que “conseguem conciliar” a vida pessoal e a vida profissional “fazendo bastante coisa”. Entretanto, a conquista do sucesso profissional está diretamente associada à ideia de que sendo “mãe de família”, “provavelmente”, tal sucesso não seria alcançado plenamente e, nesse caso, a família seria a “principal barreira”.

Dessa forma, o que fica é o imaginário de que a mulher, vista como “dona de casa”, não consegue, devido ao preconceito de gênero, ter uma carreira profissional, ser bem sucedida na vida e ter uma realização profissional plena. É como se o fato de ser mulher recaísse mais sobre a exigência de ter um casamento, uma família e uma dedicação exclusiva ao lar e a família, ao invés de ser reconhecida como intelectual, ter uma carreira profissional sólida alcançando seus desejos também profissionais.

Entrevistadora: você acha que o fato de você ser mulher aqui dentro, não influencia no modo como você está produzindo “ciência?”/

Fabiana: “não”... eu acho que assim...pelo contrário... eu acho que as mulheres em, geral, tendem a ser mais organizadas ...eu acho que quando... “ne”... elas se comprometem... doam mais....pelo menos, eu tenho essa visão...a experiência que eu tenho de professores e professoras que eu tive... eu posso dizer isso assim... as mulheres elas são mais....eu acho que é porque, justamente...a maioria, tem filho...é casada, enfim... então, elas

otimizam muito o tempo delas...elas usam o tempo muito bem usado...e aí, elas conseguem conciliar... fazendo bastante coisa... eh: então, assim.. a mulher também...no geral...ela tem mais dificuldades de abrir mão... “ne”... então...isso também é um ponto que...acaba/ não que prejudica a carreira...mas, de certa forma, não te permite fazer muita coisa...eu tenho várias colegas que estão assim. Tenho colegas inclusive que abriram/ pararam no mestrado, porque optaram por ter filho...

Entrevistadora: ahã...

Fabiana: então, é um (incompreensível) você tem que escolher, é uma escolha “né”

Vale sublinhar que o sucesso de Fabiana, segundo a sua fala, nada tem a ver com o fato de ser mulher branca, pelo contrário, está mais relacionado à questão de gênero e ao que ela entende por “ser mulher”. A sua branquitude não surge como fator de diferença em sua vida profissional.

O fato de obter sucesso profissional, segundo o discurso de Fabiana, é algo que foi possível, porque ela, diferente das demais mulheres, não escolheu constituir família e, por isso, pôde se dedicar a sua vida profissional, obtendo tempo para uma dedicação mais exclusiva, algo que não seria possível, por exemplo, caso ocupasse o papel de mãe exercendo a profissão de professora e pesquisadora.

Segundo Fabiana, seu percurso acadêmico tem a ver com escolhas que se ligam ao estereótipo comum que associa a figura da mulher àquela que escolhe ser mãe e àquela mulher que escolhe ter uma carreira profissional. É como se à mulher recaísse apenas à ideia da maternidade e junto a esse estereótipo, outros ligados às funções e obrigações que uma mãe deve assumir, como, por exemplo, a dedicação exclusiva ao lar e à família e não à carreira profissional.

Fabiana reduz o sucesso obtido em sua carreira profissional, à visão simplista do gênero que pouco tem a ver com o preconceito que as mulheres enfrentam no acesso a cargos e posições prestigiadas. Além disso, Fabiana ignora sua posição de branca ao levantar tais questões apenas relacionadas ao gênero, assim como demonstram as análises do discurso de Alice.

Outra questão relacionada ao preconceito de gênero que fica subentendido em alguns dos discursos das entrevistadas, diz respeito ao lugar da mulher branca na produção do

conhecimento científico na academia. A falta de consciência ou quase ausência, em algumas áreas do conhecimento de autoras tidas como referências nas áreas de pesquisas em que as entrevistadas atuam, demonstram o quanto as mulheres entrevistadas estão alheias ou mesmo alienadas em relação à percepção de seus lugares enquanto produtoras do conhecimento científico.

As entrevistadas não reconhecem o lugar delas enquanto uma conquista que adveio das intensas lutas sociais dos movimentos feministas, desde o século XIX, e das teorias feministas que proporcionaram uma virada epistemológica em relação ao conhecimento hegemônico ocidental, lutando pela capacidade física, moral e intelectual da mulher contra o mundo que foi moldado e construído pelo homem (RAGO, 1948).

Há pouca visão questionadora nas falas das entrevistadas, em relação ao lugar delas na academia e quando insisto na questão, perguntando quantas mulheres pesquisadoras são referências nas áreas de conhecimento do interesse delas, a reação delas é de surpresa em relação a minha pergunta.

No que diz respeito ao último aspecto mencionado, a entrevista com a professora Amanda, exemplifica tal questão, ao deixar passar “despercebida” a questão do gênero na minha pergunta, focando nas leituras ocidentais que ela tem contato, se atendo aos “cânones” europeus brancos e masculinos. Somente depois, quando repito minha pergunta, é que Amanda se dá conta do questionamento feito, mas, ainda assim, replicando minha questão para ter certeza de que eu queria saber apenas das referências bibliográficas femininas.

Entrevistadora: você lê mulheres pesquisadoras?

Amanda: então, eu leio muito mais coisas de lá, da África, do que os cânones, eu dou história contemporânea né?... Eu acabo lendo os cânones, porque eu tenho que dar o curso de história contemporânea que é um curso europeu, apesar do meu curso não ser lá muito europeu, porque eu coloco outras coisas, mas, mesmo a base, é a Europa “né?”... tirando isso, eu leio muitos autores africanos, a maioria dos meus autores são africanos...

Entrevistadora: mas tem “autoras?”

Amanda: autoras? Mulheres?

Entrevistadora: isso!

Amanda: “menina!”, não sei, nunca prestei atenção nisso! ((ri)) Deixa eu pensar aqui...eu posso te dizer que pelo menos duas tem, da África do sul... Agora, as outras, eu não lembro...

A dificuldade em se lembrar de alguma autora que faça parte das suas leituras fica patente no discurso de Amanda. Afora isso, quando insisto no assunto, a entrevistada demonstra certa relutância em apreender a questão e responde, justificando a quase ausência de referências bibliográficas femininas em sua área, por meio do argumento de que isso se deve à recepção e àquilo que a mídia reproduz para o mundo.

Entrevistadora: você disse que nunca prestou atenção nisso, o fato de ter uma literatura, uma referência feminina, isso faz diferença, tem alguma relevância?

Amanda: nessas discussões de feminino e masculino que se referem à África, elas são muito complicadas, porque a gente não tem... o número de mulheres que estão ingressando nas universidades africanas, hoje, ele é muito alto...eu arrisco a dizer que até mais alto que o de homens... mas, a produção de material, ela ainda é restrita, em especial aos homens, porque são os mais antigos...esse movimento de entrada de mulheres, é um movimento recente... isso, dificulta o acesso a uma bibliografia escrita por mulheres...eh: “outra coisa”, por algum motivo e, eu acho, isso é uma opinião minha, eu percebo é que a recepção dos homens, dos autores, ela é muito maior do que a recepção das mulheres...

Entrevistadora: é mais bem vinda?

Amanda: eh! por exemplo, eu assisti palestra de uma escritora angolana, Ana Paula Tavares, nunca vi o auditório cheio e ela é muito boa... eh...em compensação, a última vez que vi o Mia Couto, tinha gente assistindo em pé, tinha uma fila de mais de mil pessoas, “isso em Olinda! 40 graus, no sol”, mais de “mil pessoas!” para pegar um autógrafa do cara como se o cara fosse um *pop star* “hollywoodiano!”... o que acontece é que acho que existe um problema ligado à recepção das pessoas desses textos. Eu já assisti palestra da Paulina “com pouca gente lá”, na sala, que é uma autora moçambicana e é muito boa! “A Chimamanda Adichie é outra que é muito boa!”... que é uma nigeriana...o ibope é para os dois autores bonitinhos que são Mia Couto e o Agoluzi (incompreensível)... “não! eles são

boninhos!” ((ri)) mas, o ibope vai para eles, entendeu? Eu acho que não é só a questão/ pode ter uma questão das editoras, mas existe uma questão do mercado também!

Entrevistadora: o que o mercado está pedindo?

Amanda: exatamente! Se você traz um Mia Couto, você pode preparar um auditório para mil pessoas... e você pode preparar que vai ter fã se descabelando! Se você traz uma Chimamanda Adichie ou uma... Ana Paula Tavares, aí você já vai ter outro público... outra reação!

Entrevistadora: mas, você acha que isso se deve por que o público não tem interesse?

Amanda: eh... eu não vejo muito problema, até onde eu consegui perceber, nem em Moçambique nem em Angola, nem na África do Sul, em haver uma produção de uma escrita feminina...não vou dizer que não tem machismo...o que estou dizendo é que no meio intelectual, em termos de produção, se vê “muitas mulheres!”... só que elas não chegam aqui...

Entrevistadora: não chegam à academia?

Amanda: não chegou no público em geral... se não chega ao público em geral...

Entrevistadora: e por que você acha que as pessoas têm esse desinteresse?

Amanda: a mídia contou para o mundo que a Winnie Mandela não era legal...mesmo depois que tudo foi desmentido, o que ficou foi que ela não era legal... e as pessoas acham o Mandela lindo, entendeu? E nunca perceberam que o Mandela foi preso com mais treze e, óbvio, não estou tirando o mérito da personalidade dele de tudo que ele fez, mas, o Mandela teria apodrecido na cadeia se a Winnie não tivesse sido presa, ido para às rua tantas vezes e sabe se lá o que aconteceu dentro dessas cadeias ((ri))...

Apesar de Amanda reconhecer que há uma produção em massa feminina na área do conhecimento em que ela atua, ainda assim, a pouca visibilidade delas nos espaços acadêmicos, nas salas de aulas, entre os alunos, entre os professores e até mesmo em congressos, se deve não porque há uma desigualdade de gênero histórica que reconhece os estudos da ciência ocidental como universais e masculinos, mas porque se trata do *status* ou da história mal contada pela mídia.

É oportuno trazer o *lattes* de Amanda, porque mesmo ocupando cargos dentro de instituições federais e particulares de ensino, tanto no campo da pesquisa, como no campo do ensino, Amanda não vê a influência do gênero e da branquitude nessas posições, ao reduzir tais categorias à circulação midiática a respeito da presença das mulheres na academia enquanto produtoras do conhecimento.

Amanda apresenta uma visão acrítica das coisas ao negar as chances e privilégios que teve em toda a sua trajetória profissional do ponto de vista do gênero e da raça. A professora não vê os lugares marcados da branquitude ao reduzir o gênero à repercussão midiática e ao negar a influência da raça em seu percurso profissional. Tal influência nos leva ao seguinte questionamento: se existe a dificuldade no reconhecimento da mulher enquanto produtora do conhecimento como demonstram as visões da maioria das entrevistadas desta pesquisa, como Amanda consegue “furar” esse pensamento, conseguindo brechas que a permitem se estabelecer enquanto pesquisadora, professora universitária e produtora do conhecimento? Como Amanda consegue obter um percurso acadêmico tão diverso ao ocupar cargos em diferentes IES, inclusive fora do país, retornar ao Brasil e atuar como professora de universidades particulares e federais, conforme evidencia seu *lattes*?

O discurso de Amanda revela vestígios do colonialismo que caracterizam seu pensamento como colonizador ao subjugar a influência da branquitude na academia, em especial nas produções científicas. Ao pensar dessa forma, Amanda reafirma sua identidade numa perspectiva hegemônica e branca que nega as possibilidades de desfazer as dicotomias reproduzidas por tal pensamento como, por exemplo, a dicotomia, negro/branco, homem/mulher, centro/periferia.

Outra questão que surge no discurso de Amanda demonstra que apesar de suas pesquisas estarem voltadas para as minorias, isso não significa que ela tem comprometimento com as pessoas que continuam sem voz dentro da academia. Esse pensamento concebe as minorias, como as pessoas não brancas, apenas como objeto de pesquisa científica, isto é, os pesquisadores ainda tratam esses sujeitos como informantes que não são vistos em sua concretude de sujeitos.

Diante do exposto, apesar das teorias feministas que problematizam o lugar do gênero e da raça na ciência (DONA HARAWAY, 1995), os sujeitos ainda estão sem voz dentro da academia e a cisão sujeito/objeto não foi desfeita. As identidades que estão fora do centro de poder, continuam ocupando o lugar de objeto das pesquisas científicas e, na prática, continuam sem voz no espaço acadêmico.

O pensamento pouco ou nada racializado de Amanda em relação a sua posição e as suas referências bibliográficas acadêmicas, demonstra também que a ideia de ocultação da identidade branca está naturalizada na academia e, nem mesmo pesquisadoras de gênero e de raça, como Amanda, percebem os lugares marcados da branquitude.

As posições sociais da raça branca ficam ocultas aos olhos das pessoas brancas que, a exemplo de Amanda, não conseguem, por estar presas ao pensamento colonialista que naturaliza as trajetórias raciais de privilégio, reconhecer os preconceitos de gênero e de raça que influenciam nas posições sociais das pessoas, em particular, das mulheres brancas acadêmicas que ocupam, como mostram os *lattes* das entrevistadas, posições de privilégio.

Há no discurso de Amanda e de outras entrevistas, poucos questionamentos em relação à sua condição de gênero, porque apesar de reconhecer que existe o machismo e que existe sim uma produção intelectual feminina, a não presença dessa produção na academia, se dá porque o “público em geral” “nunca perceberam” a real história. Mesmo que Amanda diga que é influência da mídia, a hipótese que ela levanta sobre a quase ausência de produção feminina na área dela, por exemplo, se reduz ao interesse do público em achar “o Mandela lindo”, não percebendo aquilo que ela acredita ser a história verdadeira.

Outro discurso que chamou a atenção foi o de Nayara. No seu discurso há certa consciência da cor e do gênero e da vantagem estrutural dos homens em relação às mulheres brancas e às mulheres negras, as últimas, associadas, na visão de Nayara, ao lugar da desempregada, da empregada doméstica, pobre, chamando a atenção para esse lugar comum da mulher negra na sociedade.

É interessante trazer a epistemologia escolhida por Nayara, porque, diferente das outras entrevistadas, Nayara é a única que trabalha na área dos estudos dos Direitos Humanos, com a perspectiva que ela chama de “sul-sul”, atendo para a desconstrução de determinados conceitos, visando o reconhecimento da diversidade e utilizando para tal, referências que fogem do eurocentrismo, tendo como base teórica autoras indianas, latinas e etc.

O discurso de Nayara chama a atenção para questões importantes como, por exemplo, o fator idade, já que ela e as demais colegas professoras são as mais jovens integrantes do colegiado, fato que, segundo Nayara, explica os julgamentos que recaem sob elas. Tais julgamentos se referem à ideia machista de que, por serem jovens, elas “têm que trabalhar mais” que “os” demais colegas, a maioria deles homens.

O gênero ligado ao fator “idade” se mostra como eixo limitante para as mulheres no universo acadêmico do Direito²⁴, majoritariamente, masculino. Além disso, à figura da mulher, pesa à imagem do gênero e da idade, isto é, quanto mais nova e mulher, mais ela deve trabalhar para alcançar o *status* dos homens que são mais reconhecidos pelos cargos que ocupam e pelo trabalho que realizam. É como se a mulher, em especial, as mais jovens, tivessem menos capacidade intelectual que um homem que, por sua vez, é sempre reconhecido pela sua profissão.

Entrevistadora: o fato de você ser mulher e você mesma disse que são poucas aqui, no departamento de Direito, você acha que tem diferença, isso influência? Você se via nesse lugar? Como você se vê?

Nayara: são seis num universo de vinte e dois. Um terço que, assim, é muito pouco...se você for olhar o perfil das alunas, elas eh: hoje, a gente tem muito mais alunas mulheres do que homens...e é engraçado que a gente vê, por exemplo, o colegiado, são quinze professores e quatro mulheres...e nós somos as mais novas...dá impressão que a gente têm que trabalhar muito mais... e o Direito é muito violento nesse sentido...você tem... eu dei exemplo, esses dias, na colação de grau dos alunos...estava lá...presidente da ordem, o reitor com o diretor da escola, o chefe do departamento daqui, é tudo homem, o professor homenageado homem, e o paraninfo da turma, também homem e eu na mesa... só eu de mulher... e aí eu lembro que ele chegou e tal...aí um professor falou “nossa, mas você está bonita”...falei: não, eu estou aqui trabalhando... nenhum outro falou para o outro “nossa como você está bem vestido”...é uma coisa que ainda tem... aqui, dentro da Ufop...quando eu fui conhecer as pro-reitorias.... pelo ex-presidente do colegiado que foi representado é sempre assim, “nossa, mas você é tão novinha”...sempre esse mesmo discurso que não interessa, não pergunta o que você trabalha ou o que você pesquisa, o que você faz...

Entrevistadora: não te vê enquanto pesquisadora?

Nayara: não...não...é mais difícil as pessoas reconhecerem

Entrevistadora: então você acha que tem diferença?

Nayara: ah tem!...eu acho que tem...

²⁴ Como ilustra a tabela 2, o departamento de Direito, DEDIR, é composto atualmente, por um total de 22 professores/as. Desse número, 15 são homens e 7 são mulheres.

Entrevistadora: as referências bibliográficas que você utiliza nas suas pesquisas, na sua pesquisa atual/

Nayara: pois é, mas aí, eu te (incompreensível) que uma das minhas pesquisas é justamente sobre isso, sobre os estudos subalternos. Eu estou utilizando hoje, justamente, eh...tentando utilizar mais autoras indianas, latinas do debate sul- sul que não seja só essas referências do norte, “né?”...igual, quando você fala assim, pensa em um filósofo... pedem para te citar o nome de um filósofo, a maioria vai vir lá os alemães, os gregos, quando muito tem uma Hanah Arent...não é fácil, né? mesmo na minha linha que é essa/ trabalha com essa quebra de paradigmas, não é dominada ainda pelas mulheres

Fica evidente no discurso de Nayara, a dificuldade da mulher em ser reconhecida, no ambiente acadêmico, como pesquisadora e produtora do conhecimento científico. Tal fato aponta que há diferença entre os homens reconhecidos pelo trabalho que exercem e pelas posições que ocupam dentro da comunidade acadêmica, em oposição às mulheres vistas apenas pela idade (“nossa mais você é tão novinha!”) e pela aparência (“nossa como você tá bonita!”).

Outra questão que chama a atenção no discurso de Nayara, diz respeito à branquitude que passa despercebida na sua trajetória profissional. É como se o fato da maioria das entrevistadas ocuparem posições de *status* em suas trajetórias profissionais, como o cargo de presidenta do colegiado, ocupado por Nayara, fosse algo possível apenas porque tais mulheres se esforçaram para superar dificuldades econômicas, financeiras e mesmo as dificuldades relacionadas ao gênero, se esquecendo que essas conquistas são possíveis, sobretudo, porque somos mulheres brancas. Apesar de Nayara mostrar incômodo em relação ao preconceito de gênero que interfere no modo como nós pesquisadoras somos vistas em relação aos pesquisadores, em especial, na academia, Amanda não percebe que mesmo assim, ela encontra possibilidades e oportunidades dentro do universo majoritariamente masculino do Direito ao ocupar cargos como, por exemplo, o de presidenta do Colegiado de Direito.

Diante disso, a nossa cor branca permite “furar o cerco” de tais barreiras obtendo lugares de fala e de prestígio ao longo de nossas vidas profissionais, isto é, participando de projetos de pesquisas renomados, ocupando posições de revisora de grandes periódicos, participando da coordenação de projetos reconhecidos nacionalmente, obtendo formação superior de qualidade, atuando em cargos de instituições importantes e etc.

No geral, as falas analisadas neste tópico, evidenciam que as recorrências dos discursos centram mais em relação ao gênero do que em relação à raça, o que demonstra que o nível de tensão entre raça e gênero não é o mesmo, já que falar sobre o lugar de mulher branca acadêmica se restringe, pelas falas analisadas, ao gênero, a questão da oposição entre feminino e masculino.

A branquitude e seu lugar na academia e na produção do conhecimento científico, passa despercebida, porque, no geral, as pessoas brancas não estão habituadas a se nomearem e não estão habituadas a se nomearem como mulheres pesquisadoras e, sobretudo, como brancas. Apesar de algumas delas, como Fabiana e Amanda reconhecerem que a nossa sociedade é machista, seus discursos se apresentam vazios em relação ao gênero, porque, em momento algum, a visão feminina está atrelada de maneira política, à prática científica dessas mulheres.

As possibilidades que se levantam no âmbito do gênero e da ciência, se limitam às barreiras relacionadas à constituição da família, à formação escolar, à idade e etc, ficando patente a exclusão da visibilidade das mulheres na ciência, sobretudo, a relevância da raça nesse lugar (CITELI, 2000, p. 43).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este processo, retorno a pergunta inicial desta pesquisa conectada aos meus incômodos pessoais que deram fôlego às discussões que tentei empreender com este trabalho: é possível que as pesquisadoras que iremos entrevistar apresentem consciência racial e de gênero articulada com a vida profissional delas dentro da universidade? Longe de fornecer uma resposta acabada e pronta desse questionamento que envolve as identidades e suas possíveis relações com as trajetórias das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, algumas reflexões sobre essa pergunta, de certa forma, ajudam a respondê-la, mas de maneira provisória, já que esta pesquisa apresentou discussões que se debruçam sobre a relação entre linguagem e as identidades enquanto performativas, ou seja, enquanto fenômenos que se relacionam às ações do cotidiano as quais não são passíveis de delimitações precisas. Ou seja, isso implica pensar em movimento, contingência e não em fixidez das coisas.

Dito isso, no geral, o que ficou patente nas entrevistas, foi que as identidades das mulheres brancas acadêmicas estão reduzidas àquilo que elas entendem como conquista ou sucesso profissional alcançado pelos seus esforços ligados a questões financeiras, à origem familiar, à escolarização, entre outras dificuldades que elas tiveram durante suas trajetórias profissionais, em que a raça passa em grande parte, despercebida.

Uma visada geral das análises das entrevistas mostra que a questão de gênero, ao contrário da raça, gerou menos incômodo nas mulheres brancas acadêmicas, se apresentando como categoria social mais presente na academia. Algumas das respondentes relacionaram o gênero às suas áreas de pesquisas e às relações entre os alunos na universidade. No âmbito pessoal, tal categoria também foi percebida a partir dos projetos pessoais que estão relacionados às nossas vidas profissionais que, por sua vez, se restringem as nossas escolhas que estão conectadas ao desejo de se ter uma família. Tal desejo, segundo a visão de uma das professoras entrevistadas, recai exclusivamente sobre as mulheres e, portanto, envolve as problemáticas ligadas ao gênero.

Embora a visão das entrevistadas em relação ao gênero tenha se mostrado “mais crítica”, ainda assim, nos limites da academia, o máximo que foi dito esteve reduzido às supostas afinidades das áreas de pesquisas e ao estereótipo que associa à mulher ao perfil mais voltado para as humanidades e não para as carreiras tidas como mais “científicas” como, por

exemplo, das ciências exatas. No entanto, conforme os dados obtidos por meio da PROAD, percebemos que na prática, isso não funciona, porque há cursos da área das Humanidades, como o de História e o de Direito, por exemplo, que apresentam maior quantidade de homens do que de mulheres.

As discussões desta pesquisa foram além das constatações simplistas do gênero e da raça, sobretudo, ao pensarmos no campo da ciência que envolve a invisibilidade das identidades nas pesquisas, em especial, da mulher negra que está apagada na academia, devido às perspectivas de projetos coloniais e ocidentais. O que entra em questão aqui é a necessidade de tomarmos como fundamento de nossas ações enquanto pesquisadoras, uma epistemologia que seja “corporificada”, ou seja, que pense na relação entre linguagem e corpos sem se esquecer do lugar de onde falamos.

A linguagem não pode ser vista com ingenuidade, pois exerce o poder de “controlar” as mentes “pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (BOBBIO, 1997, p. 11). Isso quer dizer que o conhecimento ocidental colonial, ao exercer tal poder, se difunde por meio de uma razão global que não é situada e que não leva em conta o lugar de quem fala e de quem produz o conhecimento proliferando, dessa forma, ideologias que detém o poder nas sociedades.

Defendemos que as sociedades são plurais e não iguais e, portanto, a produção do conhecimento não pode estar fechada e restrita a uma universidade que não possui “finalidades” (DERRIDA, 1999), ou seja, a uma universidade que está apartada das questões sociais que configuram nosso cotidiano e nossas ações dentro e fora da academia.

O modelo de ciência tal como se apresenta na academia exclui o gênero e a raça das nossas práticas, como se tais categorias não tivessem existência real e social no mundo prático, conforme argumenta Munanga (2004), dentre outros pesquisadores da área. Essa atitude acrítica se apresentou de formas implícitas e explícitas na visão de ciência, de gênero e de raça das mulheres desta pesquisa que, no geral, se pautaram na ideia de que as oportunidades se apresentam de forma igualitária aos homens e às mulheres, aos brancos e aos não brancos. Com esse tipo de pensamento, elas negam os atravessamentos da raça e do gênero nas suas trajetórias, apagando as possíveis marcas desses fenômenos em suas vidas profissionais, em detrimento do argumento de que suas posições foram conquistas que nada tiveram a ver com o fato de serem mulheres brancas, mas sim, tem a ver com as suas posições que representam lugares obtidos apenas por merecimento. Apesar disso, as análises

mostraram que algumas das respondentes apresentaram uma visão mais sensibilizada para as questões das desigualdades sociais, no entanto, tal visão não se mostrou questionadora o suficiente para reconhecer o seu lugar estruturante da branquitude.

As problematizações pós-coloniais (MIGNOLO, 2009) se fizeram fundamentais para que durante as análises dos dados, a subjetividade, o gênero, a raça, entre outros fatores, não fossem deixados de lado. Principalmente, para não deixar que a raça branca permaneça como universal e como norma ocupando o centro das relações de poder, uma vez que este trabalho empreendeu esforços para questionar e possibilitar a quebra de visões racistas das mentes que estão colonizadas por pensamentos “descorporificados” (HARAWAY, 1995) e que ocultam o poder da raça e dos discursos provenientes desse lugar não questionado de branquitude.

As análises das entrevistas mostraram que ainda existe algo em comum nelas e que aponta para a construção histórica da identidade racial branca como não marcada e diluída por discursos que defendem a ideia de que “somos todos iguais”. Tal pensamento oculta os privilégios que nós temos e nega os racismos que estruturam nossa sociedade, sobretudo, quando pensamos na academia, local onde as questões humanas são menos importantes e apartadas das pesquisas científicas.

Há ainda, por assim dizer, nos discursos analisados, a inversão da lógica racial implícita na visão das acadêmicas brancas que, em certos momentos, apresentaram uma cegueira racial unilateral não enxergando a raça delas, mas colocando nos questionários que pertenciam à raça branca. Ou seja, a verbalização desse lugar é que gera os incômodos. Além disso, apesar da cegueira racial das mulheres, seus discursos mostram atitudes e gestos racistas que entram em contradição com a “alienação racial” apresentada pelas entrevistadas. As mulheres entrevistadas enfatizam a cor delas como branca, apesar do contexto de miscigenação, o que significa que elas não estão tão alienadas assim em relação à presença da raça no mundo acadêmico. Ao contrário, a “alienação” se mostra estratégica e garante a fixidez do lugar da branquitude.

As perguntas mais diretas sobre a identidade racial branca das entrevistadas eram redirecionadas para o negro ou para as identidades tidas como subalternas, como a indígena. Isso se explica possivelmente, pela ideia fantasiosa de que a raça branca é invisível e, portanto, ela nunca é nomeada ou, em outras palavras, ela nunca é tomada como alvo de questionamento, porque nós brancos/as não estamos acostumados a nomearmos nossa cor e nossa raça, ao contrário do negro que é percebido em sua coletividade representando cor

e raça (CARONE, 2002). Isso explica também, de certa forma, o incômodo delas no momento de verbalizarem suas identidades sociais, já que não estão habituadas a pensarem e falarem sobre isso.

Ficou evidente, pelas análises realizadas, que quando o assunto era a raça branca, o “medo branco” do qual nos fala Bento (2002), vinha à tona e o que ficava implícito era a seguinte pergunta: “qual a necessidade de perguntar sobre minha raça, sobre minha cor?”. Isso implica que a branquitude não é totalmente consciente para as mulheres brancas e quando, em alguns discursos, a questão do ser branca era direcionada para além das constatações físicas da cor da pele delas, as respondentes não reconheciam a posição hegemônica da branquitude, principalmente, no espaço acadêmico, local onde as experiências raciais das mulheres se reduziram a casos isolados em que o racismo não parecia ser evidente para elas, pelo contrário, é como se o negro não fosse alvo de racismos diários vindos de pessoas brancas. Quando a classificação étnica racial das entrevistadas era afirmada com mais clareza, tal classificação se restringia, na maioria das falas, à cor da pele delas, à questão da origem racial e à questão biológica.

Uma das descobertas deste trabalho, é que a identidade racial branca se configura de modos complexos nas falas das entrevistadas ao relacionar-se às suas trajetórias profissionais. O desejo de ocupar o espaço acadêmico e de fazer parte desse lugar de poder surgiu nas entrevistas como algo que nos faz esquecer nosso lugar de fala e o quanto nossas escolhas profissionais estão condicionadas pelas nossas identidades, de formas explícitas e implícitas.

Dessa forma, esta pesquisa aponta para a necessidade de levarmos em conta as conexões entre ciência, gênero e raça, sobretudo, refletindo sobre a raça branca, porque são raras às vezes que nossa raça é tomada como objeto de questionamentos confrontando nossa representação de superioridade. Para tal, a opção “descolonial” (MIGNOLO, 2009) é necessária, porque só assim, conseguiremos promover uma quebra epistemológica do pensamento ocidental que normatiza disciplinando as identidades tidas como “anormais”.

Esta pesquisa reivindica, portanto, uma postura que implica posicionamento social do sujeito conectado à produção do conhecimento para que, dessa forma, possamos falar em uma possível epistemologia feminina e racial que não despreze o sujeito e o modo como ele se estrutura e é estruturado nas práticas sociais.

Nesse sentido, volto ao principal objetivo desta dissertação compreendendo, após as análises feitas, que a consciência das mulheres brancas acadêmicas entrevistadas em

relação as suas identidades sociais associadas as suas trajetórias acadêmicas, passou por várias questões que, no geral, disseram respeito ao modo como as respondentes postularam suas identidades a partir de outros fatores de análise ligados, por exemplo, ao desejo de entrar para a universidade, ao desejo de ser pesquisadora, ser professora universitária, entre outros fatores que pouco ou nada tinham a ver, de forma profunda, com o gênero e, menos ainda, com o modo como a branquitude se estrutura na vida profissional delas.

Os resultados das análises mostram, portanto, como é complexo lidar com as identidades, sobretudo, quando se trata das identidades que não estão habituadas a se questionarem enquanto tais, porque se tornam invisíveis aos olhos das pessoas brancas, ficam ocultas, fechadas em si. Quando as entrevistadas eram confrontadas nesse sentido, a insegurança, a incerteza nas respostas e, em especial, o incômodo em expressarem suas identidades, ficava patente em seus discursos. Apesar disso, cabe reforçar que as análises revelaram contradições ligadas a essa suposta “alienação racial” das professoras que se apresentam nos seguintes pontos:

1. Desconforto com a questão racial;
2. Branco como lugar não questionado;
3. Desconhecimento da discussão social sobre raça, mais detidamente, na ênfase das respostas em aspectos fenotípicos ou hereditários, além de confusão diante das complexidades dos processos de racialização;
4. Reconhecimento do racismo como ação de outro (“a sociedade racista”, “família racista”), combinado com a falta de percepção de conflitos raciais *in loco* (“nunca percebi”);
5. Hierarquia cromática combinada com “racialização por partes” (o cabelo é negro, mas a pele é branca; ser loira e “mais branca”);
6. Imaginário consolidado da miscigenação como recurso de “integração subordinada” / “assimilação assimétrica” (negro em pé de igualdade com o branco na escola pública, por exemplo);
7. “Passado mítico” sobre a suposta miscigenação familiar, sem destaques a convivências familiares miscigenadas no presente;
8. A classe como substituto explicativo- e não complementar- das hierarquias raciais.

Trata-se de algumas características que se contradizem e se desmancham com as seguintes contraditórias:

1. Mesmo ao reconhecerem a mistura racial, as professoras continuam se vendo como brancas;
2. Busca por provas que confirmem a cor branca, em meio ao contexto da mistura, como, por exemplo, quando as entrevistadas retomam suas origens familiares e ascendência europeia;
3. Associação das características brancas e beleza;
4. Naturalização das trajetórias raciais de privilégio que se mantém com as afirmações de que ter a cor da pele branca é algo que não influencia em nada em relação à trajetória profissional das pessoas;
5. Fixidez do lugar social que promove estranhamento com as mudanças de percepção do Brasil, em que o “ser branca” é visto como “um fato”;
6. O branco como indivíduo (“cheguei aqui com meu esforço”) e o negro como grupo (“amigos negros”); (“cotistas afrodescendentes”);
7. “Vitimização branca” e “injustiça contra brancos” articulada com “preconceito interno” do negro.

Os oito pontos de suposta “alienação racial” das entrevistadas se chocam com os aspectos contraditórios levantados, os quais refutam a ideia de que a raça branca é negada. Em outras palavras, as mulheres desta pesquisa, não são tão “alienadas” assim em relação à raça delas, pelo contrário, a raça é ocultada estrategicamente conforme os pontos elencados. Diante disso, o que as análises demonstram é a ocultação estratégica do lugar da branquitude que se constrói enquanto tal para se tornar universal.

É interessante apontar que no questionário eletrônico elas se nomearam como brancas, mas, no momento das entrevistas, em que eu as confrontava em relação as suas classificações étnico raciais, as sensações de incômodo tomavam conta da entrevista necessitando, em alguns casos, repetir a pergunta que não era compreendida por algumas das entrevistadas. Isso demonstra o quanto é difícil reconhecer os significados atrelados à branquitude que mesmo em posição social baixa, não reconhece que esse fator não diminui as vantagens e privilégios da branquitude em diversos setores da vida social (SCHUCMAN, 2012).

Uma projeção que se faz urgente a partir desta pesquisa é a necessidade de se tomar como objeto de estudo o branco analisando o modo como tal identidade se estrutura na sociedade, por exemplo, a partir de outras questões que podem ser ainda mais aprofundadas, como a questão da identidade racial branca relacionada a fatores como à ciência, ao gênero, à

idade, à estética, à profissão, às áreas de pesquisas, à escolaridade, à origem familiar e etc. Tais fatores surgiram de formas complexas nas falas das entrevistadas e servem para que pesquisas futuras dêem continuidade a essas discussões tomando como questão central a identidade racial branca. A identificação com tal proposta possibilita formas de pensar e de pesquisar que sejam emergentes e antirracistas incorporando o branco como socialmente racializado para que, dessa forma, se possa questionar a estruturação da branquitude em diversos setores da vida social como, por exemplo, o da academia.

REFERÊNCIAS

- ANZALDUÁ, G. Como domar uma língua selvagem. In: Tradução de Joana Pinto *et al.* *Cadernos de letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 39. 2009. p. 297-309.
- AUSTIN, J. L. *Quando o dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BABHA, H. Interrogando a Identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial. In: Tradução de Ávila *et al.* *O Local da Cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BADAN, S. C.; PINTO, P. J. Feminismo e as identidades no cerne dos princípios de pesquisa. In: *Calidoscópico*, São Leopoldo (RS), v. 10, n. 2. 2012.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 7. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Disponível em: <<http://goo.gl/ZV2JNR>>. Acesso em: 12. jun. 2014.
- BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Org.). *Psicologia Social do Racismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurelio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BRIGGS, C. L. Anthropology, Interviewing, and Communicability in Contemporary Society. In: *Corrents Anthropology*, United Kingdom, v. 48, n. 4, Aug. 2007.
- BUTLER, J. *Excitable Speech. A Politics of the Performative*. New York: Routledge New York & London, 1997.
- _____. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, C. G. Investigando o caráter situado do conhecimento: reflexões sobre epistemologias feministas e educação científica e tecnológica. In: *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 2, n. 3. 2006. 23-41. Disponível em: <<https://goo.gl/aKtK28>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti- racista. In: *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud*, Colômbia, v. 8. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/3ichcI>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

_____. Retrato do branco racista e anti-racista. In: *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul (RS), v. 18, n. 1. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/392xJ2>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

CARNEIRO, S. *Enegrecer o feminismo*: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<http://goo.gl/GYyNdi>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*: consciência e debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial. In: BENTO, M. A. (Org). *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CERTEAU, M. Fazer com: usos e táticas. In: _____. *A invenção do Cotidiano*: artes de fazer. Tradução de Ephraim F. Alvez. Petrópolis: Vozes, 2012.

CITELI, M. T. Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 15. 2000. p. 39-75.

CONNELL, R. A iminente revolução na teoria social. Tradução de João Maia. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80. Out. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/hkYj3Y>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

COROSSACZ, V. R. Cor, classe, gênero: aprendizado sexual e relações de domínio. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis (SC), v. 22, n. 2. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/AXzDEd>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

DAWSON, C. Dr. *Introduction to Research Methods*: a practical guide for anyone undertaking a research project. 4. ed. Howtobooks: 2010.

DERRIDA, J. *O Olho da Universidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

DIJK, A. T. (Org). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N.; CHOULIARAKI, L. *Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Discourse*. Edinburgh: Analysis Edinburgh University Press, 2007.

FANON, F. *Pele Negra: máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EUDFBA, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/wcyfPj>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

FIGUEIREDO, A. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 23, jul./dez. 2004. p. 199-228. Disponível em: <<http://goo.gl/cHrN91>>. Acesso em: 4 out. 2013.

_____. Gênero: Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: SANSONE, L; PINHO, O. A. (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. ed. Salvador, Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, A.; GROSGOUEL, R. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. In: *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, jul-dez. 2009. p. 223-233.

FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 24, jan./jun. 2005. p.127-152. Disponível em: <<http://goo.gl/dbmC6r>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Os recursos para o bom adestramento In: *Vigiar e Punir*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/R7wkql>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não- marcada. In: WARE, V. (Org). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. RJ: Garamond, 2004.

GASKEL, G.; BAUER, M. W. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento, Evitando confusões. In: _____. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Um manual prático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GUIMARÃES, S. A. Rediscutindo o conceito de raça. In: _____. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2002.

_____. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: SANSONE, L; PINHO, O. A. (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

HALL, K.; LIVIA, A. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In: FONTANA, B; OSTERMANN, A. C (Org.). *Linguagem, Gênero, Sexualidade: clássicos traduzidos*. Tradução de OSTERMANN, A.C; FONTANA, B. *et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HANKS, W. F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e .* 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: *a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, Campinas, v. 5. 1995. p. 7-41. Disponível em: <<http://goo.gl/GSkr9O>>. Acesso em: 24 out. 2014.

HOOKS, B. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, set./dez. 2008.

LABORNE, A. A. P. Branquitude e colonialidade do saber. In: *Revista da ABPN –Dossiê branquitude*, Florianópolis, v. 6, mar./jun. 2014. p. 148-161. Disponível em: <<http://goo.gl/QtlxL8>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

LÖWY, I. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 15, 2000. p. 15-38.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1999.

_____. A. *Quando a referência é uma inferência*. São Paulo: GEL, UNESP, 2001.

_____. Breve Excurso sobre a Linguística no Século XX. In: _____. *Produção Textual, Análise de Gênero e Compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENEGON, V. M. ; SPINK, J. M. A Pesquisa como prática discursiva. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Edição virtual, 2013.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Angela Lopes. In: *Cadernos de Letras da UFF. Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro, n. 34. 2008. p. 287-324. Disponível em: <<http://goo.gl/nzSruQ>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

_____. La Idea de América Latina (La derecha, La izquierda y La opción decolonial). In: *Crítica y Emancipación*, v. 2, jan./jun. 2009. p. 251-276. Disponível em: <<http://goo.gl/cJOoXw>>. Acesso em: 7 out. 2014.

MINAYO, S. C. M. (Org.); DESLANDES, S. F *et al.* *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus Identidade negra*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

_____. *Negritude e identidade negras ou afrodescendente: um racismo ao avesso?* In: *Revista da ABPN*, Florianópolis, v. 4, n. 8, jul./out. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/IVkrPA>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

MUNIZ, K. *Linguagem e Identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. Sobre política linguística ou política na Linguística: identificação estratégica e negritude. In: *Linguagem e Exclusão – Linguística in focus*; Uberlândia (MG), v. 7. 2010.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestões de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, n. 1. 2007. p. 287-308. Disponível em: <<http://goo.gl/xk7Uo2>> Acesso em: 23 out 2015.

OTTONI, P. John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem. (John Langshaw Austin and the Performative View of Language). In: *Geofilosofia do Século XX*, Vitória (ES), v. 18, n. 1. 2002. p. 117-143. Disponível em: <<http://goo.gl/jEC18u>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

PINHO, O. Relações raciais e sexualidade. In: SANSONE, L; PINHO, O. A. (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. ed. Salvador, Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

PINTO, P. J. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. In *D.E.L.T.A*, São Paulo, v. 23, n. 1. 2007. p. 1-26. Disponível em: <<http://goo.gl/lIZtWk>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

_____. *Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem*. 2002. 219 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem – Pragmática). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

RAGO, M. *A aventura de Contar-se. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: SP: Editora Unicamp, 1948. Disponível em: <<http://goo.gl/ea3pG5>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. SIGNORINI, I. (Org.). Campinas: Mercado das Letras, 1998.

_____. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Pós- Modernidade e a Política de Identidade. In: *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. RAJAGOPALAN, K; FERREIRA, D.M. (Org.). São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

RAJAGOPALAN, K. *Nova Pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010

RODRIGUES, G. E. Repensando a Consciência (e) (a) Crítica: por uma redefinição da noção de fortalecimento das identidades sociais. In: RAJAGOPALAN, K; FERREIRA, D.M. (Org.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SALIH, S. *Judith e a teoria queer*. Tradução de Guaracira Lopes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTOS, B. *Um discurso sobre as Ciências*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SCHUCMAN, L. V. Branquitude e poder: Revisitando o “medo branco” no século XXI. In: *Revista da ABPN*, Campinas, v. 6, n. 13, mar./jun. 2014. p.134-147. Disponível em: <<http://goo.gl/iMbpFT>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

_____. *Entre o encardido, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHÜTZE, F. Análise sociológica e linguística de narrativas.: Internationales Jahrbuch für Wissens – und Religionssoziologie – International Yearbook for Sociology of knowledge an Religion. In: *Revista Civitas*, Porto Alegre. v. 14. n .2, maio/ago. 2014. p 11-52.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <<http://goo.gl/Edjtij>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SIGNORINI, I. (Org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, T.; HAAL, S; WOODWARD, K. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOVIK, L. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPINK, P. M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano. In: SPINK, P. M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Edição virtual: Rio de Janeiro, 2013.

STOLKE, V. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. In: *Estudos feministas*, Florianópolis (SC), Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. v. 7, n. 1-2. 1999.

WARE, V. (Org). O poder duradouro da branquidade: um problema a solucionar. In: _____. *Branquidade. Identidade Branca e multiculturalismo*. RJ: Garamond, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ANEXO 1

Quadro 3- Respostas presentes no questionário eletrônico

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de carreira	Tempo de carreira	Classe social econômica de origem	Desenvolve pesquisa em qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceita dar entrevista para a pesquisa?
Alice	31	P	A	Acima de 2 anos	D	Administração pública	Avaliação de políticas públicas, eficiência, PBF, dados abertos	Administração Pública e Gestão Social	S
Amanda	45	B	PA	1 ano	B	História da África	Raça e nação na África do Sul século XIX	LAHAFRO, Africas	Não	Negra	...	S
Ana	...	B	PA	Acima de 2 anos	B	Linguística	Ensino e interculturalidade	Sim. O ensino de língua, a identidade do professor e a interculturalidade	Sim. Extensão: curso de português para estrangeiros. Idiomas sem Fronteiras	Branca	...	S
Bianca	36	B	PT	Acima de 10 anos	B	Literatura	Literatura brasileira	Memórias de leitura, memórias de imprensa	Sim: Graduação e Pós-graduação em Letras	Não sei	Melhorias da graduação do curso de Letras	S

Quadro 2- Respostas presentes no questionário eletrônico

(Continua)

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de cargo	Tempo de carreira	Classe social econômica de origem	Desenvolve pesquisa em qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceita dar entrevista para a pesquisa?
Bianca	36	B	A	Acima de 2 anos	Classe sócias B	Direito Civil, Biodireito	Reprodução Humana Assistida	Sim, Direito e Diversidade	Sim, extensão	...	Não	Não
Carla	38	B	Administração	Estudos críticos	observatório em critica formação e ensino em administração	Administração	...	Economia solidária	S
Cibele	45	B	PT	Acima de 10 anos	B	Literatura		Literatura brasileira	Memórias de leitura, memórias de imprensa	Não sei	Melhorias da graduação do curso de Letras	S

Quadro 2- Respostas presentes no questionário eletrônico

(Continua)

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de cargo	Tempo de carreira	Classe social econômica de origem	Desenvolve pesquisa em qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/Etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceita dar entrevista para a pesquisa?
Daniela	30	B	PA	Acima de 2 anos	Classe social C	Ciências Sociais e Aplicadas- Comunicação Social	Comunicação social, Interações, cultura popular e audiovisual	Giro- grupo de pesquisa em Comunicação em Mídia e Interações Sociais	Iniciação científica	Branca	Coordenação de curso de graduação	Sim
Elisa	51	B	PA	Acima de 10 anos	B	Gramática do português brasileiro	Valência dos verbos complexos do português brasileiro	Valências Verbais do Português	...	?	Área de Revisão de Textos	S
Fabiana	36	B	PA	Acima de 2 anos	B	Ciências Sociais e Aplicadas	Economia Monetária, Economia Regional, Economia Brasileira	Economia Aplicada - UFOP e Laboratório de Estudos em Moeda e Território UFMG	Sim. Atualmente tenho 3 projetos de pesquisa PROBIC e PIBIC/ UFOP.; coordeno um grupo emergente em Economia Aplicada, um projeto de extensão vinculado à INCOP, além de co-orientar trabalhos na UFMG.	Branca	Não	S

Quadro 2- Respostas presentes no questionário eletrônico

(Continua)

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de cargo	Tempo de carreira	Classe social econômica de origem	Desenvolve pesquisa em qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceita dar entrevista para a pesquisa?
Fabiola	32	P	Estatística Aplicada	Análise de sobrevivência	S
Gisele	44	P	PA	Acima de 5 anos	C	sociologia das instituições	Sociologia do vínculo conjugal	Não	Ainda não	...	Em doutoramento	S
Helena	48	B	PA	Acima de 10 anos	C	Comunicação	jornalismo político	Jornal	Extensão, Graduação e Pós-graduação	Branca	Jornalismo	S
Izabela	32	PR	Ciências Sociais e Aplicadas	Prática profissional do assistente social	Não	Não	Negra	Não	S
Karolina	33	P	Comunicação	Cinema	Narrativas audiovisuais e processos sócio midiáticos	Sim, Extensão	...	Sim, na comunicação	S

(Continua)

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de cargo	Tempo de carreira	Classe social econômica de origem	Desenvolve pesquisa em qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/Etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceitar entrevista para a pesquisa?
Letícia	38	B	PA	MS: 15 anos. 7 na UFOP	B	Fonética / Prosódia / Práticas discursivas	Contribuições da prosódia nas práticas discursivas para construção de significado	Sim, Grupo de Estudos em Língua Portuguesa - GELP/UFOP; Grupo de Pesquisa em Dialetologia e Sociolinguística - GPDS/UFOP; Estudos Prosódicos do Português Brasileiro – UFMG	Não	S
Maria	51	B	PA	Acima de 10 anos	B	comunicação	Narrativas jornalísticas e ditadura	Jornalismo, Narrativas e Práticas comunicacionais	Sim. PPGCOM, GPPGeR, Leitura crítica da mídia (extensão)	...	Na área cultural - Curadoria do Fórum das Letras de Ouro Preto	N

Quadro 2- Respostas dadas ao questionário eletrônico

(Continua)

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de cargo	Tempo de carreira	Classe social econômica de origem	Desenvolve pesquisa em qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceita dar entrevista para a pesquisa?
Mariana	52	B	PA	Acima de 10 anos	Classe social B	Sociologia da Educação	Ralação Família Escola	NESFE	Programa de Mestrado em Educação	...	Pibid, Iniciação à Docência	s
Marilene	40	B	PA	Acima de 2 anos	Classe social D	Artes e Comunicação	Arte, Processos Sensíveis de Comunicação e Tecnologias Afectivas	PIPOL e ACTDESIGN	nao sei responder pois apesar da pele ser branca, tenho ascendência negra, indio, italiano e português	nao sei responder pois apesar da pele ser branca, tenho ascendência	...	Não

Quadro 2- Respostas presentes no questionário eletrônico

(Continua)

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de cargo	Tempo carreira	Classe social econômica de origem	Desenvolve pesquisa em qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceita dar entrevista para a pesquisa?
Miriam	38	B	PA	Na UFOP menos de 6 meses	Classe social B	Ensino e Aprendizagem de Geografia e as Novas Tecnologias	Ensino de Geografia	Novas Tecnologias para Educação à Distância NTEAD	...	Italiana/al emã	...	S
Nayara	32	B	A	Acima de 5 anos	Classe social B	Direitos Humanos e Direito Civil	Reconhecimento dos direitos humanos na construção do Estado Democrático no paradigma das epistemologias do Sul	Sim, Núcleo de Estudo Constituição, Reconhecimento e Diversidade	Sim, de Extensão	S

Quadro 2- Respostas presentes no questionário eletrônico

(Continua)

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de cargo	Tempo de carreira	Classe social econômica de origem	Desenvolve e pesquisa em qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceita dar entrevista para a pesquisa?
Rosana	51	B	PA	Acima de 10 anos	Classe social D	Linguística e Histórica	Variação e mudança no PB, em especial na língua falada em Minas Gerais	Sim, Estudo de gramáticas, antiga e contemporânea	Sim, Pós Graduação do DELET	Mas existe raça?	PIBID	S
Tereza	52	P	PA	Acima de 10 anos	Classe social B	Língua espanhola e cultura iberoamericana	Matrizes iberoamericanas	Atualmente não	Sim. Formação de gestores (pos lato sensu) e estou preparando um novo projeto de extensão de ensino de língua espanhola	Não sou parda mas foi o mais próximo que pude marcar. Me considero MESTIÇA: branca, amarela, indígena, preta, parda.	Melhoria de questões administrativas. Atualmente: reformulação do site do ICHS.	S

Quadro 1- Respostas presentes no questionário eletrônico

(Continua)

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de cargo	Tempo de carreira	Classificação econômica do origem	Desenvolvimento profissional qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceita dar vista para a pesquisa?
Úrsula	52	P	PA	Acima de 10 anos	Classificação B	Língua espanhola e cultura iberoamericana	Matrizes iberoamericanas	Atualmente não	Sim. Formação de gestores (pos lato sensu) e estou preparando um novo projeto de extensão de ensino de língua espanhola	Não sou parda mas foi o mais próximo que pude marcar. Me considero MESTIÇA: branca, amarela, indígena, preta, parda.	Melhoria de questões administrativas. Atualmente: reformulação do site do ICHS.	S

Quadro 2- Respostas presentes no questionário eletrônico

(Conclusão)

Nome fictício	Idade	Cor	Tipo de cargo	Tempo de carreira	Classe social econômica de origem	Desenvolve pesquisa em qual área do conhecimento?	Qual a temática da sua pesquisa?	Faz parte de algum grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ?	Participa de projetos que envolvem a Extensão, o Ensino a Distância, a Pós-Graduação, a Graduação ou algum outro setor da Universidade que possibilita o desenvolvimento de pesquisas? Se sim, qual setor é esse?	Raça/etnia	Desenvolve outros projetos relacionados à pesquisa? Em qual área?	Aceita dar entrevista para a pesquisa?
Vinícius	43	P	PA	Acima de 10 anos	Classe social D	História	Teoria da História	História da Historiografia e Modernidade	Diversos setores	Mestiço	Ensino. História	S
Yasmin	67	B	PA	Acima de 5 anos	Classe social B	Museologia/Processos Museológicos Comunitários	Ecomuseus /Museus Comunitários	Sim. LAPACOM/Laboratório de Pesquisa em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários	Sim. Participo de Projeto de Extensão e de Iniciação Científica ligados à graduação.	Branca	Não	S

Fonte: questionário eletrônico do *Google* enviado por e-mail às professoras

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada **BRANQUITUDE, GÊNERO E PERFORMATIVIDADE NO DISCURSO DE MULHERES BRANCAS ACADÊMICAS**. Caso após os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa, você aceitar participar concedendo uma entrevista à pesquisadora Eliana S. Machado, assine ao final deste documento que está em duas vias. Desde logo, fica garantido o sigilo de todas as informações dadas por você. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: **BRANQUITUDE, GÊNERO E PERFORMATIVIDADE NO DISCURSO DE MULHERES BRANCAS ACADÊMICAS**. Pesquisadora responsável e participante: **Eliana Sambo Machado** (Mestranda do Departamento de Letras da UFOP)

Pesquisadora orientadora: **Kassandra da Silva Muniz** (Prof^ª. Dr^ª. do Departamento de Letras da UFOP)

Telefone para contato: **31-9494-0678** (Pesquisadora responsável e participante)

Telefone para contato: **31-3557-9404** (Departamento de Letras)

Sabendo que a sociedade impõe posições sexistas e racistas que permeiam as práticas sociais que vivemos no dia a dia, faz-se necessário compreender como as identidades sociais significam modos de existir, principalmente, em um espaço tão normatizado como o da academia. Conforme Sovik (2009) é urgente repensarmos a produção do conhecimento científico da “torre de marfim”, cujo local compreende a produção do conhecimento tido como científico. No entanto, sabemos que determinadas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas não são reconhecidas como ciência, por não se enquadrarem no modelo científico consagrado de áreas como a física, a química, a matemática e etc. Além disso, dentro de tais áreas das Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas, alguns temas são deixados de lado, em segundo plano, sendo pouco debatidos e pesquisados dentro da academia, como, por exemplo, a temática racial e os estudos de gênero. Apesar disso, nossa pesquisa parte da hipótese de que devido ao amplo acesso às redes sociais e às mídias em geral, como também ao maior acesso às informações de diversos conteúdos, o tema das relações étnico- raciais e de gênero vem ganhando maior espaço e ampla divulgação, devido às lutas dos movimentos sociais, principalmente, do movimento negro. Daí também, a necessidade de uma pesquisa como a que estamos realizando, pois, trata-se de compreender, dentre outras coisas, se devido a tal aumento no acesso aos temas relacionados à temática racial e de gênero, houve ou não, um maior interesse pelo assunto nas pesquisas realizadas dentro da academia. Além disso, a partir das entrevistas, será possível talvez, saber a partir da quantidade de pesquisas que se debruçam sobre o tema racial ou de gênero, se há maior chance da temática em questão ser alvo de pesquisas nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas. Afora essas explicações, outra se faz extremamente necessária, pois

pretendemos também analisar o discurso das mulheres negras e brancas acadêmicas, refletindo se suas identidades sociais influenciam na atuação profissional que elas exercem dentro da academia. Interessa-nos saber se o fato de ser mulher branca ou negra influencia no modo como se produz ciência na academia, ou seja, iremos refletir, com base no referencial teórico do projeto, sobre a influência que as posições sociais das identidades que vocês ocupam no espaço acadêmico, interfere no modo como vocês produzem ciência. Dito isso e, após esclarecer questões fundamentais para compreender nossa pesquisa, a sua participação no projeto será fundamental para tentarmos chegar ao entendimento das questões colocadas acima. Sua participação consistirá em interagir durante a entrevista com a pesquisadora, conversando, de forma livre e espontânea, sobre os assuntos acima esclarecidos. Faremos algumas perguntas diretas a fim de nortear a entrevista, estando você livre para decidir se deseja responder ou não a questão colocada pela pesquisadora. A entrevista será previamente agendada, via *e-mail* ou, se necessário, por outro meio de comunicação, de acordo com a disponibilidade de data e horário do participante. O local da pesquisa será, preferencialmente, dentro dos espaços restritos aos *campus* do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, ICHS, ou do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, ICSA. A participação na entrevista não causará nenhum risco direto aos participantes, no que diz respeito a danos materiais, físicos, morais ou psicológicos, podendo o entrevistado, caso julgue necessário, interromper ou mesmo não participar da entrevista a qual não será filmada em momento algum.

POSSÍVEIS RISCOS DA PESQUISA

Por tratar-se de uma pesquisa que foca às subjetividades das entrevistadas, tais mulheres correm o risco de sofrer algum prejuízo psicológico relacionado às memórias que elas trarão à tona no momento em que forem entrevistadas, lembrando suas vivências passadas que possam configurar momentos de dores, de sofrimentos e possíveis perdas pessoais ou profissionais. Para amenizar tal risco, utilizaremos, durante a entrevista, um questionário com perguntas mais centradas na trajetória profissional delas, direcionando as perguntas para questões que visem menos os momentos mais pessoais, subjetivos e emocionais das mulheres. Além disso, a pesquisadora estará atenta para mudar o foco da entrevista ou mesmo encerrá-la, caso perceba que a conversa está comprometendo e prejudicando o estado psicológico e o estado emocional da entrevistada.

A pesquisadora estará munida, durante toda a entrevista, apenas de um gravador de voz para fins posteriores de análises dos dados obtidos. Ao participante da pesquisa não haverá nenhuma vantagem explícita e direta. Esclarece-se que a participação é voluntária, dessa forma, não prevemos remuneração para a referida atividade e, a qualquer momento o participante poderá exigir sua exclusão da pesquisa, bastando para isso, entrar em contato com a pesquisadora responsável, via *e-mail* ou telefone (para isso, os dados encontram-se logo abaixo) comunicando sua decisão, sem qualquer consequência/ônus/ prejuízo. As informações pessoais do participante (como o nome do participante ou outras informações que possam identificá-la) serão totalmente preservadas e servirão apenas para fins de pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Para a análise dos dados, bem como para os resultados da pesquisa, iremos interpretar as falas das entrevistadas preservando qualquer informação que possa vir a comprometer e revelar a identidade da entrevistada. Após a entrevista, a pesquisadora responsável se propõe a deixar um endereço eletrônico de contato para posteriores publicações relativas a sua participação no projeto, bem como maiores informações que o participante julgar necessárias. Para demais esclarecimentos sobre o projeto, o participante poderá contactar a pesquisadora responsável pela pesquisa. Para outros esclarecimentos a respeito da ética da pesquisa, o participante poderá contactar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP. Os dados para contato encontram-se abaixo:

Pesquisadora responsável: Eliana Sambo Machado (Mestranda do Programa de Pós Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, do Departamento de Letras da UFOP.

Tel: (31) 9494-0678; (31) 3551-4133

E-mail: elianaufop@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- UFOP. Campus Universitário Morro do Cruzeiro-ICEB

II, sala 29, Ouro Preto, MG.

Telefone: (31) 3559-1370

E-mail: Propp@ufop.br

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
portadora do documento de identidade _____, abaixo
assinado, concordo em participar da pesquisa **BRANQUITUDE, GÊNERO E
PERFORMATIVIDADE NO DISCURSO DE MULHERES BRANCAS
ACADÊMICAS** participando da entrevista conforme devidamente informada pela
pesquisadora **Eliana Sambo Machado**. Foi-me esclarecido todas as informações
referentes à pesquisa ao método que será utilizado e aos possíveis riscos e benefícios
decorrentes da minha participação na pesquisa. Além disso, foi-me também
garantido o sigilo das minhas informações pessoais que possam assegurar a minha
identificação na pesquisa, bem como possíveis informações que possam vir a
comprometer a minha pessoa. Diante do exposto, estou de acordo que li e compreendi
todas as informações aqui presentes e eventuais dúvidas que eu tinha me foram
esclarecidas, portanto, aceito plenamente a participar da entrevista com a utilização
de todos os dados que possam servir para os fins da pesquisa científica da qual estou
contribuindo.

Local e data: _____, ____/____/ 2015

Nome: _____

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa

ANEXO 3

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1) Fale-me um pouco de sua vida profissional.
 - 1.1.1. Em que tipo de escola você estudou nos diversos níveis de escolaridade?
 - 1.1.2. O que mais mudou em sua vida depois de entrar na UFOP?

- 2) Qual foi a sua formação acadêmica? Por que você escolheu fazer ou não a pós-graduação?
 - 2.1. Graduação?
 - 2.2. Mestrado?
 - 2.3. Doutorado?
 - 2.4. Pós- doutorado?
 - 2.5. Onde?

- 3) Durante a sua formação no Ensino Superior, você dedicou-se, exclusivamente, ao curso ou desenvolvia algum tipo de trabalho fora da faculdade?

- 4) Você participou de projetos na graduação?
 - 4.1. IC?
 - 4.2. Extensão?
 - 4.3. Outros?

- 5) Você deu continuidade a esses projetos na Pós- Graduação?

- 6) Que pesquisa você desenvolve atualmente?
 - 6.1. O que leva você a pesquisar o que você atualmente pesquisa?
 - 6.2. Quais são os objetivos da sua pesquisa?
 - 6.3. Com que finalidade você pesquisa esse tema?
 - 6.4. A sua pesquisa estabelece uma ponte entre a academia e a sociedade?

- 7) A área que você pesquisa permite intersecção com outras áreas do conhecimento?

- 8) Como você vê a questão da relevância social das pesquisas acadêmicas? E da sua pesquisa?

- 9) Você orienta alunos?
 - 9.1. Você orienta alunos de cursos diferentes?
 - 9.2. Quais as temáticas das pesquisas que você orienta?

- 10) No questionário você optou pela categoria racial “branca” para definir a sua cor.
 - 10.1 Por que você fez essa opção?

- 10.1 O que você acha que a caracteriza como “branca”?
 - 10.2 Você acha que tem diferença você ser branca? Isso faz diferença na sua vida?
 - 10.3 Você já presenciou alguma situação de conflito ou explicitação racial? Na Universidade?
- 11) No questionário você optou pela cor “parda”, mas pela raça/etnia “branca”.
- 11.1 Por que você fez essa opção?
 - 11.2 O que em você a faz pertencer a tal raça?
- 12) Como é fazer pesquisa enquanto mulher? Você acha que isso influencia no modo como você atua aqui dentro?
- 12. 2 Você percebe algo em suas ações dentro da Universidade que te caracterizam como mulher?
 - 12. 3 Você já vivenciou alguma situação de conflito de gênero? Na Universidade?

